

Heloisa Murgel Starling
Danilo Araujo Marques
Livia de Sá Baião

ORG.

1964

IMAGENS DE UM GOLPE DE ESTADO



EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

341

Coleção História da Ditadura
Do Golpe à Redemocratização

SENADO FEDERAL



1964

IMAGENS DE UM GOLPE DE ESTADO

SENADO FEDERAL

Mesa

Biênio 2025/2026

Senador Davi Alcolumbre

PRESIDENTE

Senador Eduardo Gomes

1º VICE-PRESIDENTE

Senador Humberto Costa

2º VICE-PRESIDENTE

Senadora Daniella Ribeiro

1ª SECRETÁRIA

Senador Confúcio Moura

2º SECRETÁRIO

Senadora Ana Paula Lobato

3ª SECRETÁRIA

Senador Laércio Oliveira

4º SECRETÁRIO

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

Senador Chico Rodrigues

Senador Mecias de Jesus

Senador Styvenson Valentim

Senadora Soraya Thronicke

CONSELHO EDITORIAL

Senador Randolfe Rodrigues

PRESIDENTE

Esther Bemerguy de Albuquerque

VICE-PRESIDENTE

CONSELHEIROS

Alexandre de Souza Santini Rodrigues

Ana Cláudia Farranha

Ana Flavia Magalhães Pinto

Ana Maria Veiga

Alcinéa Cavalcante

Bruno Lunardi Gonçalves

Carlos Ricardo Cachiollo

Eduardo Rômulo Bueno

Esmeraldina dos Santos

Fernando Pimentel Canto

Heloisa Maria Murgel Starling

Ilana Trombka

João Batista Gomes Filho

Marco Américo Lucchesi

Nathalia Henrich

Rafael André Chervenski da Silva

Victorino Coutinho Chermont de Miranda

Heloisa Murgel Starling, Danilo Araujo Marques e Livia de Sá Baião
Organizadores

1964

IMAGENS DE UM GOLPE DE ESTADO

Brasília, 2025

SENADO FEDERAL



EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL
VOL. 341

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país e também obras da história mundial.

cedit@senado.leg.br
[https://www12.senado.leg.br/publicacoes/
conselho-editorial-1](https://www12.senado.leg.br/publicacoes/conselho-editorial-1)
Todos os direitos reservados

Organização: Heloisa Murgel Starling, Danilo Araujo Marques e Livia de Sá Baião
Pesquisa: Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória | UFMG
Revisão: Cristiano Ferreira e Laércio Franzon
Edição e revisão de originais: Wander Melo Miranda
Capa e projeto gráfico: Erika Albuquerque
Diagramação: Cintia Barbosa e Eduardo Franco

© Senado Federal, 2025
Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes s/nº
CEP 70165-900 — DF

1964 : imagens de um golpe de Estado / Heloisa Murgel Starling, Danilo Araujo Marques e Livia de Sá Baião organizadores. — Brasília : Senado Federal, 2025.

180 p. : il., fots. — (Edições do Senado Federal ; v. 341)

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5676-586-0

1. Revolução (1964), Brasil. 2. Regime militar, (1964-1985), Brasil. 3. Política e governo, Brasil. I. Starling, Heloisa Maria Murgel, org. II. Marques, Danilo Araujo, org. III. Baião, Livia de Sá, org. IV. Título: Mil novecentos e sessenta e quatro: imagens de um golpe de Estado. V. Série

CDD 981.063

PREFÁCIO

O Senado Federal apresenta a coleção História da Ditadura — do Golpe à Redemocratização, para elucidar os desenvolvimentos iniciais do Golpe Militar de 1964, as dimensões multifacetadas do governo autoritário nos longos 21 anos seguintes, bem como as estratégias e alianças que viabilizaram a ditadura no Brasil.

Ao mesmo tempo, esta coleção homenageia os esforços persistentes da população brasileira em sua busca por liberdade e justiça, com ênfase particular na campanha Diretas Já, resultante da coalizão política entre líderes influentes como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Miguel Arraes, Leonel Brizola, Fernando Henrique e Lula, entre outros, fundamentais na redemocratização da Nação e na restauração das eleições presidenciais diretas.

Por meio da divulgação de textos seminais sobre a ditadura ao lado de obras inéditas sobre esse período, nosso objetivo é transmitir às gerações contemporâneas e futuras uma compreensão das realidades que, mesmo depois de quarenta anos, continuam a atentar contra a democracia. O fato de vivermos atualmente a mais longa época democrática da história do Brasil, não impediu o surgimento de uma nova incursão militar golpista entre os anos de 2022 e 2023, que culminou com os atos de vandalismo na Praça dos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2023.

Atualmente, sabe-se que esses esforços se estenderam para além dos fatos já relatados e incluíram o planejamento do assassinato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do vice-presidente Geraldo Alckmin e do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

Além do tumultuado cenário doméstico que confronta as forças democráticas, existe uma ascensão simultânea de regimes fascistas em todo o mundo, juntamente com conflitos, guerras e instabilidade na governança global do pós-guerra, fenômenos que representam ameaças significativas às democracias em todo o mundo.

A democracia se fortalece na preservação da história, da memória e do conhecimento, com diálogos que conectem o passado e o presente ao futuro, na aspiração de construir uma sociedade livre, solidária e coesa, baseada em princípios democráticos. Como dizia Taiguara,

e que o passado abra os presentes pro futuro

Que não dormiu e preparou

O amanhã é seu, o amanhã é seu, o amanhã é seu.

*Senador Randolfe Rodrigues
Presidente do Conselho Editorial do Senado Federal*

PREFÁCIO

O compromisso com a memória e a construção da democracia

Produzidas seis décadas atrás, as imagens deste livro retêm uma atualidade perturbadora. Mostram um passado que não fomos capazes de superar como sociedade e que se faz presente em várias dimensões da vida brasileira. Dilemas seculares nos mantêm acorrentados a um estágio civilizatório próximo da barbárie em rincões e periferias deste país tão injusto quanto imenso.

Uma das questões chave para entender o Golpe de 1964 foi a reforma agrária proposta pelo presidente João Goulart, no conjunto das reformas de base que pretendiam corrigir desigualdades estruturais no Brasil. O massacre de 11 camponeses na Paraíba, poucos meses antes do Golpe, e que ficou conhecido como a “Tragédia de Mari”, expressa a profundidade da injustiça agrária no país, que permanece até hoje, a ferro e fogo.

A chacina poderia estar nas páginas dos jornais atuais como tantos outros assassinatos daqueles que lutam pela terra, defendem os direitos humanos e o meio ambiente nos confins onde litígios são resolvidos à bala. Crimes – muitos deles impunes – que continuaram a acontecer mesmo depois da Constituição de 1988 e que assombram pela brutalidade e frequência. “Mari” é tão contemporâneo

quanto Haximu (1993), Corumbiara (1995), Eldorado dos Carajás (1996), Unaí (2004), Pau d’Arco e Colniza (2017), Chico Mendes (1988), Dorothy Stang (2005), Bruno Pereira e Dom Phillips (2022).

O Brasil primitivo e violento que saiu vitorioso em 1964 interrompeu um projeto de país moderno e solidário, anunciado por Brasília. Projetada por Lúcio Costa, com pistas de um autorama gigante e as colunas etéreas de Oscar Niemeyer em contraste com a terra vermelha do cerrado, a recém-inaugurada capital traduzia uma promessa de nação com olhos no futuro. Mas o desejo de modernidade foi traído pelo Brasil arcaico que, ainda hoje, submete brasileiros à servidão por dívida, em condições de semiescravidão, banindo-os de seus territórios e identidades, lançando-os às margens da sociedade para que recolham as sobras do banquete dos mais afortunados.

Este livro reconstitui a efervescência de mobilizações do país em apoio ao governo João Goulart – ou Jango, como era chamado por seus apoiadores –, no mesmo passo em que empresários, políticos, donos de empresas jornalísticas e militares articulavam a conspiração. Por trás de fachadas falsamente técnicas e acadêmicas, o Instituto Brasileiro de Ação

Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) inundavam a sociedade com propaganda anticomunista e não perdiam uma oportunidade de atacar o governo João Goulart e suas pretendidas reformas. Eram, por assim dizer, os “think tanks” da época, especializados em produzir o que décadas mais tarde viria a ser conhecido como “fake news”.

No auge da Guerra Fria, o governo dos Estados Unidos despejou fortunas na preparação do terreno para o ataque à democracia brasileira e à ordem constitucional de 1946. A maior potência ocidental via em Jango um comunista prestes a implantar uma sucursal de Moscou no território nacional. O plano de John Kennedy para conter a suposta influência soviética na América Latina foi o programa “Aliança para o Progresso”. No caso do Brasil, a iniciativa destinou milhões de dólares para governadores posicionados na linha de frente da conspiração.

Carlos Lacerda, governador do então estado da Guanabara, aplicou o dinheiro num programa de remoção de favelas de caráter segregacionista. Foi assim que nasceu a Vila Kennedy, para onde foram enviados os moradores indesejados na parte rica da capital, a quilômetros de distância de seus locais de trabalho e da infraestrutura urbana. Ainda hoje um símbolo do apartheid social brasileiro, o bairro foi inaugurado com uma insólita réplica da estátua da Liberdade. Alegoria de vassalagem, infelizmente duradoura entre nós, reproduzida no ato de bater continência à bandeira estrangeira.

Os golpistas de 1964 tinham a certeza de que os Estados Unidos dariam todo o suporte militar e logístico necessário se houvesse resistência das forças legalistas. A Operação Brother Sam – revelada mais de uma década depois pelo jornalista Marcos Sá Corrêa, no Jornal do Brasil – estava preparada para uma intervenção militar que previa “missões de intrusão” no espaço aéreo brasileiro e até mesmo “fechar a entrada da Baía de Guanabara” com as forças navais norte-americanas. O palco estava montado para o assalto ao Estado Democrático de Direito.

Na alta voltagem daqueles dias, um fotógrafo atento capturou o sorriso cativante de Maria Thereza Goulart, no Comício das Reformas de Base, na Central do Brasil, ao lado de Jango e Darcy Ribeiro. É uma raridade, já que seu registro mais conhecido, nessa mesma ocasião, é com o semblante grave, carregado de tensão. O que terá provocado esse momento de alívio da jovem primeira-dama, certamente sem imaginar que dali a três semanas estaria partindo para o exílio, de onde voltaria viúva?

Nas manifestações de oposição a Jango, os cartazes de protesto produzem uma ressonância que chega até nós. Na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, dias antes do Golpe, em São Paulo, lia-se: “Verde e amarelo, sem foice nem martelo”. Poderia estar nas mãos de qualquer um dos golpistas do 8 de janeiro de 2023, que atacaram os edifícios--sede dos poderes da República, em Brasília, o “dia da infâmia”, na definição da então presidente do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber.

O anticomunismo oferece discurso para o ilusionismo político de ontem e de hoje. A intercessão com a religião inflama corações e mentes. Fermenta o caldo do fanatismo. O rosário tornou-se elemento cênico nas mãos das senhoras de bem em protestos contra Jango. Nas imagens em preto e branco, vestidos e penteados que caíram em desuso. Mas os signos da época se atualizaram em cultos e acampamentos na frente dos quartéis Brasil afora, após a derrota do projeto autoritário nas urnas em 2022. São cenários e personagens distintos, mas organizados pela mesma sintaxe política de domínios oligárquicos e de privilégios de classe que mantêm o país com os pés fincados no século XIX.

Às vésperas do Golpe de 1964, o Brasil era uma “terra em transe”. A quebra da legalidade era discutida abertamente nos jornais. Não havia dúvidas de que viria. O que não se sabia era quando começaria a sublevação. A incerteza termina quando um general de ópera bufa decide antecipar os acontecimentos e descer com suas tropas de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro. A ordem do dia de 31 de março de 1964, da 4ª. Região Militar, é um primor de “fake news”. Mente ao dizer que o presidente da República havia decidido “mudar, pela violência, o sistema político brasileiro” e anuncia um “Movimento Redentor”.

O levante, que começara com a precipitação do general Olympio Mourão Filho, se organiza e começa a mover as peças da engrenagem golpista com eficiência. Tanques saíram dos quartéis, civis e milícias armadas tomaram as ruas em aprovação à

deposição do presidente, jornais comemoraram. Os apelos para organizar a resistência a partir do Rio Grande do Sul não convenceram Jango. Ele permanecia em território nacional quando Auro de Moura Andrade, no comando do Congresso, declarou vaga a presidência da República. Acumpliciou-se aos traidores da pátria, prestando-se ao papel de conferir verniz de legalidade à ruptura da ordem constitucional. Tancredo Neves resumiu sua indignação em uma palavra: “Canalhas!”

A espiral de acontecimentos se desdobrou com rapidez para consolidar a mudança de regime. Tão logo empossado presidente interino, Ranieri Mazzili, voou para o Rio de Janeiro para o beija-mão de submissão explícita aos militares e ao Comando Supremo da Revolução. O presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson, reconheceu de imediato a nova ordem em substituição ao governo legítimo que ele mesmo ajudara a derrubar. O Golpe estava consumado.

Um Congresso já mutilado pelas primeiras cassações de mandatos confirmou no poder o primeiro ditador do ciclo que duraria 21 anos. O marechal Castello Branco tomou posse prometendo devolver a nação à normalidade e realizar as eleições programadas para o ano seguinte. Ditadores não têm palavra e Castello não honrou a sua. O país mergulhou na escuridão. No regime de exceção, o Estado estava autorizado a esmagar a cidadania e a executar qualquer arbitrariedade contra críticos e opositores: prender, torturar, seviciar, estuprar, matar, sequestrar, perseguir, banir, exilar, censurar, calar.

A lista de crimes cometidos pelos agentes da ditadura é extensa e ainda não revelada em toda a sua amplitude hedionda. No lento processo de retorno à democracia, as forças que controlaram a transição prescreveram o silêncio e o esquecimento. Tentaram impor ao país uma amnésia coletiva e impedir a construção da memória dos anos de terror e medo. Em nível institucional, somente em 2012, com os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, o Brasil começou a resgatar essa dívida com sua própria história.

É, pois, em momento oportuno que o Senado Federal se une à universidade pública neste projeto de valorização da memória nacional, patrocinando a publicação deste livro em parceria com o Projeto República e a Universidade Federal de Minas Gerais. É um esforço de trazer para o presente a reflexão sobre o passado e propiciar a discussão sobre o futuro que queremos.

É inquietante perceber que, 60 anos após o Golpe, amplos setores da sociedade se alinham a um empreendimento de poder de matriz fascista. Herdado das entranhas mais abomináveis do autoritarismo brasileiro, tal projeto encontrou no algoritmo um eficiente instrumento de proselitismo e propaganda que potencializou seu alcance e mobiliza multidões.

O extremismo é uma força de sabotagem da democracia e espalha a falsa crença na tutela militar sobre os poderes da República. Para seguirmos sem sobressaltos, é necessário dissolver o equívoco

dessa percepção que levou a um indesejável protagonismo de fardados em quadra recente da vida nacional. Militares precisam assimilar que sua honra e sua dignidade derivam da subordinação ao poder civil e não o contrário. Mais importante, porém, é que a sociedade civil defenda a observância desse princípio como um dos pilares sem os quais não é possível assentar as bases de uma democracia madura e vigorosa.

A longevidade e a qualidade da nossa democracia dependem também de que saibamos transformar os direitos enunciados na Carta Magna em garantias na vida real. A Constituição não pode ser apenas um rascunho de país, uma promessa vaga de bem-estar, a expectativa de uma sociedade mais justa fora do alcance de imensos contingentes da nossa população. Democracia não tolera prato vazio na mesa das famílias. Não aceita a discriminação de pessoas pela cor da sua pele ou por sua identidade de gênero. A democracia é incompatível com carnificinas nas periferias urbanas, no campo ou nas aldeias. A democracia provê escola para as crianças e emprego para seus pais. Protege florestas e rios, incentiva a ciência, zela pela vida digna. Respeita os direitos humanos de todos e de qualquer um. Temos um país sonhado e imaginado. Precisamos construí-lo com a obstinação das nossas esperanças.

Cristina Serra

Três meses em imagens

As 71 imagens reunidas neste livro nos alcançam de formas várias. Causam desconforto. São símbolos, manchetes de jornal, fotografias, publicações e anúncios; é a intensa radicalização política vivida no período anterior ao Golpe Militar de 1964. Radicalização encabeçada pelos conspiradores que destruíram a democracia no Brasil. Engrenagem minuciosamente articulada ao longo de anos por vários setores da sociedade, lideranças políticas, empresariais, militares e gente de fora do país. A articulação detalhada reforça a certeza de que pode até ser fácil produzir quarteladas e motins, mas para que a ruptura institucional seja decisiva é preciso mais, bem mais. O livro *A máquina do golpe* (2025) da professora Heloisa Starling preenche a lacuna que faltava em nossa historiografia. Ela mostra como foram os dias logo anteriores ao 31 de março, até a posse de Castello Branco, em 15 de abril de 1964; passo a passo, dia a dia. A professora dá nomes aos bois. Ela conta como um golpe de estado é gestado, montado e executado. Starling desmonta a tese de que o “Exército dormiu legalista e acordou revolucionário.” Ela expõe a conspiração, a traição e a tomada de poder. E revela a consistência dos

grupos e da aliança política que sustentariam 21 anos de regime de exceção no Brasil.

Parte significativa dos elementos indispensáveis a essa ruptura e à futura consolidação da ditadura militar no Brasil pode ser identificada nas imagens deste volume. A conspiração contra a democracia envolveu de fato domínios sociais e institucionais cruciais. Estão lá, estampados nas fotografias e nas reproduções dos documentos, a ingerência americana na política nacional: no planejamento da futura queda de João Goulart e, durante os momentos decisivos, numa forte retaguarda militar ao golpe, pronta para intimidar as forças do governo.

Identificamos nesses registros ainda a articulação entre empresários, políticos e militares de alta patente; a fabricação da propaganda anticomunista, indissociável da produção do medo contra o largo espectro da esquerda e, em especial, contra o governo João Goulart. As imagens tornam inegável também a adesão da grande imprensa e a participação de movimentos vários, formados por associações femininas e setores fortes da Igreja Católica. Transformaram em instrumento poderoso a associação direta entre fé cristã e aversão à esquerda e valores tradicionais da chamada “família brasileira”.

A força contrária a esse amplo movimento de conspiração e oposição à ordem democrática também pode ser acompanhada pelas reproduções aqui reunidas. Ao vê-las com os olhos de hoje, contudo, torna-se difícil evitar a melancolia. Abatimento de quem já sabe que em breve os movimentos grevistas, as corporações de trabalhadores (no campo e na cidade) e as manifestações em apoio às Reformas de Base propostas pelo governo Jango seriam reprimidos silenciados e violentados. Junto com essa repressão, abafavam-se também as centelhas repletas de expectativa que circulavam por esses diferentes grupos sociais, impulsionando-os. Era mais uma promessa aniquilada ou, no mínimo, adiada.

Além da polarização e da conspiração, seguimos por meio dessa farta documentação os primeiros movimentos do desencadeamento do golpe militar – após anos de conluio, financiamento externo, compra de armas e muita, muita propaganda. As imagens nos mostram as tropas comandadas pelo general Olympio Mourão Filho, que partiram de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro, para depor o governo eleito, na madrugada do dia 31 de março de 1964. Como é bastante conhecido, esse momento inicial foi antecipado por decisão individual do general. Mas os preparativos estavam a tal ponto azeitados que, percebendo não ser possível impor o recuo do chamado o “Destacamento Tiradentes”, as demais forças golpistas decidiram compor em alguma medida com ele, concretizando estratégias e traições que já se encontravam em andamento.

Nesse contexto, acompanhamos por meio das imagens as reações de adesão das forças conspiradoras ao movimento desencadeado em Juiz de Fora, engrossando o caldo da quebra democrática. Pelas fotografias, vemos no Vale do Paraíba as tropas do general Amaury Kruehl, comandante do II Exército (São Paulo e Mato Grosso), também se movendo em direção ao Rio de Janeiro. À adesão militar se somava aquela dos governadores de oposição. Carlos Lacerda, do Estado da Guanabara, decidiu se entrincheirar junto com policiais militares e voluntários na sede do governo, onde montou um verdadeiro circo. Empunhando uma metralhadora, ele convocava a população a apoiar o Golpe. E mais: comunicava um suposto cerco ao palácio por tropas do presidente ainda não deposto. Tal cerco nunca ocorreu, mas a cena produziu efeito e atraiu o engajamento explícito da população. Contudo, como mostram os registros do dia primeiro de abril, uma parcela desses apoiadores fez bem mais do que celebrar a ruptura democrática. Grupos armados passaram a circular pelas ruas do Rio de Janeiro. Uma parcela deles foi responsável pela depredação e pelo incêndio do prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE) na Praia do Flamengo.

Contudo, apesar dos tanques militares, das milícias armadas nas ruas e da prisão de governadores e líderes de esquerda, ainda era necessário sancionar institucionalmente o golpe, de preferência com verniz legal. A foto da madrugada de 2 de abril nos mostra a etapa em que, formalmente, embora sem

respaldo na Constituição vigente, João Goulart é deposto do cargo e Ranieri Mazzilli, até então presidente da Câmara dos Deputados, empossado em seu lugar. Como a linguagem não tem apenas uma dimensão comunicativa, mas também capacidade de produzir ações e impulsionar efeitos, a deposição e a posse da Presidência da República alcançaram concretude, não se esvaziando num ritual sem validade, porque conseguiram convencer parte significativa da população brasileira da sua validade. Isso dificilmente teria sido possível sem o planejamento e as conspirações anteriores. A ruptura democrática demanda, para se sedimentar, não apenas de tanques ou formalidades político-institucionais, mas também de uma articulação arraigada entre essas fases. De fato, a participação de centenas de milhares de pessoas na chamada Marcha da Vitória, no dia 2 de abril, ratificava todas as ilegalidades e crimes que vinham sendo cometidos nos últimos três dias.

Nesse contexto, ao encarar as fotografias das tentativas de resistência esboçadas em Porto Alegre, temos dificuldade em acreditar na possibilidade de algum êxito, diante de tantas camadas de adversidade que tinham se acumulado no Brasil. Trata-se de um olhar anacrônico, evidentemente. Além disso, esse olhar é guiado não só por esse recorte de imagens sobre o desenrolar do golpe militar de 1964, de 14 de janeiro a 15 de abril de 1964, mas também pelo que conhecemos a respeito desse período da nossa história.

Difícil, assim, não realizar comparações entre as imagens deste livro e aquelas às quais assistimos recentemente pela televisão, enquanto se desenrolaram sob os nossos olhos os violentos ataques cometidos contra os três poderes, em 8 janeiro de 2023. Essa nova tentativa de golpe, seis décadas depois do anterior, foi realizada num Brasil também da política radicalizada. Aqui, entra em cena o Supremo Tribunal Federal – a instituição que decisivamente impediu que o caldo entornasse nos anos anteriores e nos desdobramentos do 8 de janeiro, o chamado “O dia da infâmia”. Não sabemos se essa tentativa se repetirá. Assim como, olhando as 71 reproduções deste volume, não era possível enxergar a longa duração da ditadura militar (1964-1985) que se instaurava naquele momento. Esperamos, porém, que este livro e esses documentos nos ajudem na sedimentação da memória e dessa história, mostrando como não devemos respaldar nem os menores gestos que ferem a ordem democrática. Afinal, quando se rompe certo limite, não sabemos o que vem adiante.

Daniela Birman e André Basbaum

APRESENTAÇÃO

Imagens dão o que pensar. De muitas maneiras, elas apontam para a composição de uma escrita da história capaz de oferecer flexibilidade ao campo da análise, transbordar os limites estreitos da especialização e convidar o historiador a travar diálogos improváveis. Uma escrita disposta a operar passagens – no espaço, no tempo, no campo do conhecimento, no mundo das ideias. E passagem sempre pode ser uma brecha em um terreno repleto de embaraços.

A noção de fragmento, que já ocupou um lugar central na estética barroca e foi consagrada pelos primeiros românticos alemães como um gênero estilístico, configura também uma forma singular de escrita da história – uma escrita que, como imaginava Walter Benjamin, é essencialmente visual e espacial. *Mostrar* por meio de imagens intensifica a presença daquilo que o historiador Paul Veyne denominou o “específico histórico” – um fragmento do passado que se insere na narrativa, não para ampliar descritivamente o enredo, mas para enunciar algo que torne o acontecimento inteligível. Além disso, se admitirmos que do passado nos restam apenas fragmentos dispersos, mostrar cumpre ainda uma função adicional: a de possibilitar a visualização de uma escrita da história que se leia de forma

transversal e múltipla, não sequencial, não linear, incapaz de hierarquizar os fatos ocorridos.

Mas Benjamin foi além. De acordo com ele, a imagem é uma categoria central para a história porque permite reconfigurar os enunciados dessa escrita em novas relações, integrando-os em um texto renovado, dotado de significado próprio e reinventado em sua compreensão inicial. E, sobretudo, mostrar, dizia ele, é revelar aquilo que, em determinado momento, as forças políticas de uma sociedade conspiraram para ocultar. Afinal, os fatos não necessariamente coincidem com aquilo que o poder está disposto a assumir em público. E existem histórias que não se quer divulgar – ou se deseja esquecer.

Independentemente de sua qualidade estética, uma única imagem pode bastar para ler e revelar um conceito, concretizar uma ideia, subverter um acontecimento ou denunciar uma ordem política. Escrever a história com imagens, como propõe a teoria benjaminiana da cultura, é acessar uma forma de narrativa tão rica quanto perigosa; porém, é também uma maneira de resgatar algo inquietante do passado: a repetição do que nunca aconteceu plenamente, o retorno das possibilidades perdidas. Essa repetição está, inevitavelmente, vinculada a um contexto político – cada imagem narra uma

história e revela muito sobre como os homens se veem na esfera pública e estruturam suas opções de convivência política.

Entre os muitos riscos de interpretar uma imagem, talvez o mais grave não seja desvendar o que os personagens têm a dizer, mas insistir em ouvir a qualquer custo uma história que pode ter se dissipado para sempre no passado. Imagens oferecem acesso ao poder de representação visual da narrativa; elas registram algo que só poderia ser visto de um lugar específico, em um instante singular, proporcionando a cada um de nós a possibilidade de imaginar o passado com mais nitidez. E, às vezes, de forma inesperada, provocam uma ressonância que reverbera intensamente no presente.

Walter Benjamin nos convida, portanto, a imaginar uma forma particular de escrita da história. Uma escrita que emerge da potência visual das imagens, capaz de deslocar o passado e oferecer novas formas de compreensão. Este livro pretende narrar o Golpe de 1964 na sua condição de *acontecimento*: não como uma breve e necessária passagem para vinte e um anos de ditadura, mas como um momento singular, carregado de possibilidades, cujo entendimento demanda uma abordagem que vá além de narrativas lineares ou atribuições retrospectivas de sentido.

Se o acontecimento costuma ser entendido como uma transformação na própria estrutura pela qual percebemos e nos relacionamos com o mundo, o Golpe de 1964 foi um marco de ruptura, um instante

em que forças políticas, sociais e culturais se entrecruzaram e produziram uma fratura significativa na história do Brasil. O conjunto de imagens aqui reunido captura essa encruzilhada de tempos e sentidos, oferecendo a possibilidade de experimentar o instante vivido do acontecimento – aquilo que Walter Benjamin chamava de “momento-de-agora”, em que o passado das experiências e o futuro das expectativas pulsam intensamente no presente.

Neste livro, as imagens não são simples ilustrações, são realidades materiais. Elas são fragmentos, testemunhos de uma escrita visual que, em vez de organizar hierarquicamente os eventos, apresenta uma leitura transversal, múltipla e caleidoscópica.

Este livro foge da narrativa tradicional, épica e linear que apresenta o triunfo dos vencedores, nesse caso, os golpistas de 1964. Apresenta imagens que nos desviam do modelo determinista da causalidade histórica. São fotografias que, embora estejam ordenadas cronologicamente e abarquem o curto período de 90 dias que precedeu o golpe, nos convidam à dedução, à especulação e à fantasia. Da capa de jornal do dia 15 de janeiro de 1964 que estampa a greve da Light até a fotografia da posse de Castello Branco em 15 de abril de 1964, cada imagem é “uma fina fatia de espaço bem como de tempo” (SONTAG, 2004, p.33). Cabe a nós leitores, imaginar, intuir e sentir como nos sugere a filósofa e pensadora Susan Sontag em seu livro *Sobre fotografia*. Num tempo em que consumimos imagens num ritmo alucinante, com as redes sociais construindo novas e distópicas

realidades, a fotografia analógica aparece como um testemunho inequívoco de um passado presente.

Cada imagem está acompanhada por uma “legenda” estendida. Além das legendas propriamente ditas, as imagens estão seguidas de textos que trazem uma contextualização histórica e informações que podem potencializar a imaginação, tornar o acontecimento inteligível e, por vezes, trazer à tona o que os vencedores gostariam de ocultar. Como nos alerta Benjamin: “aqui deve intervir a legenda, introduzida pela fotografia para favorecer a literalização de todas as relações da vida e sem a qual qualquer construção fotográfica corre o risco de permanecer vaga e aproximativa (BENJAMIN, 2012, p. 115). Com a legendagem das imagens é possível fazer uma elaboração crítica e transformadora do ocorrido. Elas revelam possibilidades perdidas do passado, esquinas alternativas da história, aquilo que permaneceu latente, passou despercebido ou muitas vezes caiu no esquecimento. E mesmo quando o assunto costuma ser mais conhecido na trama histórica do Golpe de 1964, a imagem continua oferecendo a possibilidade de uma nova perspectiva, um ponto de vista diferente, sob outro enquadramento.

Ao registrar o instante, cada imagem nos coloca diante de um dilema interpretativo: o que ela revela e o que ela oculta? Quais são as possibilidades em cena? Como cada imagem dialoga com as demais

e com os significados que costumamos atribuir ao Golpe de 1964? Este livro convida você, leitor e leitora, a percorrer essas questões, embaralhando fatos e fotos e deixando emergir novos sentidos, ajudado pelos textos, num contínuo transitar entre imagens e palavras. Não para oferecer respostas conclusivas, mas para mostrar – e, neste ato, provocar a reflexão sobre aquilo que foi perdido e o que ainda permanece em nosso presente, sessenta anos depois.

A história do Golpe de 1964 é apresentada aqui como uma constelação de “agoras”, onde as imagens oferecem passagens entre tempos e espaços, entre os olhares que registraram o instante e aqueles que o interpretam hoje. Mostrar essas imagens é trazer à tona a força disruptiva do acontecimento, permitindo a compreensão de suas ressonâncias no presente e reconfigurando nossa percepção do passado.

É um artifício de transformação da história em uma experiência ao mesmo tempo intelectual e sensível, um espaço onde a memória e a imaginação possam se encontrar para recontar este acontecimento da história recente do Brasil em toda a densidade que lhe é devida.

Heloisa Murgel Starling

Danilo Araujo Marques

Livia de Sá Baião

Golpe de 1964 | Cronologia



14 jan 1964

Greve da Light
paralisa a Guanabara

2 mar 1964

General Castello Branco fala sobre o papel das Forças Armadas na política em aula inaugural na Escola de Comando Maior do Exército (ECEME)



19 mar 1964

Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo é organizada como reação política ao Comício da Central do Brasil



30 mar 1964

Presidente João Goulart discursa no Automóvel Clube do Rio de Janeiro

25 fev 1964

De rosários nas mãos, **mulheres da LIMDE** invadem palestra de Leonel Brizola sobre as Reformas de Base em Belo Horizonte



13 mar 1964

Comício pelas Reformas de Base reúne 300 mil na Central do Brasil, no Rio de Janeiro



25-27 mar 1964

Marinheiros amotinados ocupam a sede do Sindicato dos Metalúrgicos no Rio de Janeiro





31 mar 1964

Tropas sob comando do general Olympio Mourão Filho se deslocam de Juiz de Fora rumo à Guanabara



1 abr 1964

Sede da UNE na Praia do Flamengo é incendiada

QG da Artilharia de Costa é tomado por militares golpistas no Forte de Copacabana

Governador Miguel Arraes é preso no Recife



2 abr 1964

Auro de Moura Andrade declara vaga a presidência da República e Ranieri Mazilli assume o cargo na interinidade

Gregório Bezerra é preso e arrastado pelas ruas do Recife



9 abr 1964

Ato Institucional é assinado e publicado pelo Comando Supremo da Revolução

31 mar 1964

Governador Carlos Lacerda se entrincheira no Palácio da Guanabara

Operação Brother Sam é ordenada pelo embaixador dos EUA Lincoln Gordon

João Goulart deixa o Rio de Janeiro e segue para Porto Alegre

Comando Supremo da Revolução é instalado no Ministério da Guerra

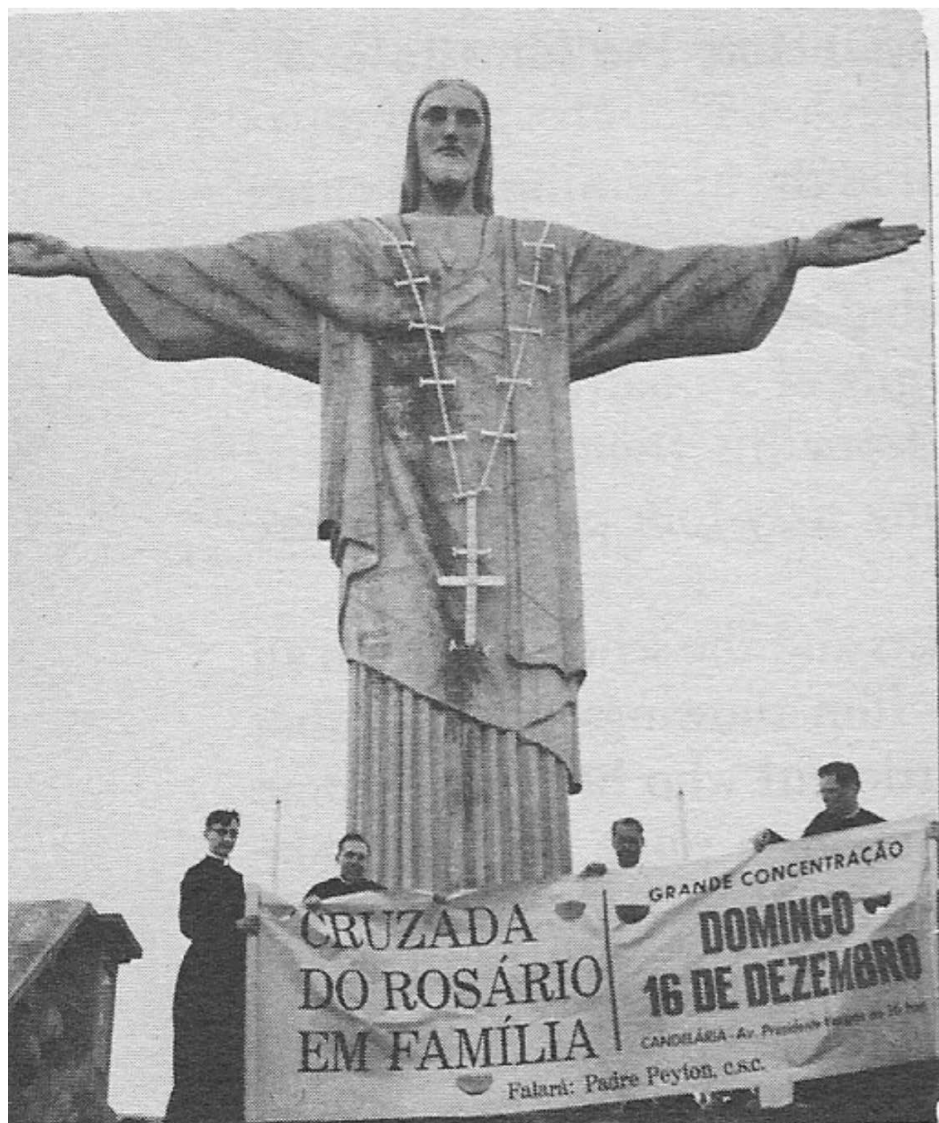
Tropas que saíram de Juiz de Fora são **recebidas no Maracanã**

Marcha da Vitória reúne 800 mil pessoas no centro do Rio

15 abr 1964

Eleito no dia 11 de abril de 1964 pelo Colégio Eleitoral, **general Castello Branco** toma posse como presidente da República





Revista *Nosso século*: 1960/1980 tempos de populismo e agitação.
Fundo João Goulart / Arquivo Nacional

Na primeira metade da década de 1960, uma movimentação de caráter político e religioso se espalhou pelo Brasil: eram as Cruzadas do Rosário em Família. Organizadas pelo Padre Patrick Peyton – um sacerdote irlandês conhecido como o “Padre do Rosário” e fundador da Associação do Rosário em Família –, essas campanhas congregavam multidões de fiéis e figuras públicas para a reza conjunta do terço. Como gostavam de afirmar, “família que reza unida permanece unida”.

Influenciadas pelo contexto da Guerra Fria, as cruzadas adquiriram um forte teor anticomunista em todos os lugares por onde passavam. Em razão das frequentes associações entre posicionamentos do presidente João Goulart e a propaganda comunista, essas manifestações logo se tornaram abertamente contrárias ao governo. As primeiras cruzadas no Brasil ocorreram em 1962, em Recife e no Rio de Janeiro. Mas, rapidamente, o movimento se espalhou e levou milhares de pessoas às ruas de Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre e São Paulo. Tamanha foi a comoção para a realização das cruzadas, que até mesmo agendas públicas e esportivas sofreram alterações e pontos facultativos foram decretados durante a realização dos eventos.

Para dar cabo de suas atividades, as campanhas do Padre Peyton contavam com o aval de instituições como a *Central Intelligence Agency* (CIA) e com

o financiamento de empresários norte-americanos. O discurso das cruzadas apresentava o rosário como uma arma dos cristãos contra o comunismo, entendido como uma ideologia ateia e destruidora dos valores tradicionais da família. Portanto, a realização da oração tomava a forma de um combate cívico, que visava proteger o país da suposta ameaça.

Desse modo, as cruzadas consolidaram-se como uma plataforma de mobilização política conservadora. O uso ideológico de seu maior emblema, o rosário de Nossa Senhora, transformou-o num símbolo da resistência anticomunista. Organizações femininas envolvidas na oposição a João Goulart – como a Campanha da Mulher Democrata (CAMDE) e a Liga da Mulher Democrática (LIMDE) – fizeram largo uso dos rosários em suas bandeiras, eventos e manifestações políticas. Além, é claro, de recorrer ao poder mobilizador da oratória católica para fortalecer sua posição frente à convulsão política que tomava o Brasil.

1	2	3
4	5	6
7	8	9
10	11	12
13	14	15
16	17	18
19	20	21
22	23	24
25	26	27
28	29	30
31	32	33
34	35	36
37	38	39
40	41	42
43	44	45
46	47	48
49	50	51
52	53	54
55	56	57
58	59	60
61	62	63
64	65	66
67	68	69
70	71	72
73	74	75
76	77	78
79	80	81
82	83	84
85	86	87
88	89	90
91	92	93
94	95	96
97	98	99
100	101	102

DEPARTMENT OF STATE
GRAM

BRAZ-US
 REF 1-1 GENL
 FOR RE USE ONLY

A-568 **TOP SECRET**

TO : DEPARTMENT OF STATE

FROM : Amembassy RIO DE JANEIRO DATE: Nov. 4, 1963

SUBJECT: Contingency Planning - Brazil

REF : --- **COPY NO. 23** **SERIES B**

LIMIT DISTRIBUTION

Following is a discussion of political, military and logistic considerations as they might apply to some of the situations which could develop in Brazil.

SITUATION 1

Assumption

President Goulart has taken a clearly unconstitutional and/or illegal action.

The Armed Forces of Brazil have historically been the defenders of the Constitution and legal processes.

President Goulart has endeavored to fill a maximum of key military positions with his supporters; however, the conservative military elements still constitute the large bulk of the Armed Forces.

There is general appreciation within the Armed Forces of the "salami-slicing" methods used by Goulart to weaken the influence and unity of the military. Considerable missionary work has been underway for some time by conservative military elements, particularly within the Army, to consolidate forces opposed to the current trend of the administration. It is believed that the senior conservative officers would immediately oppose an illegal or unconstitutional act by Goulart and would probably convince him to abdicate in favor of the next in line of succession.

GROUP 1 - Excluded from automatic downgrading and declassification.

TOP SECRET

FORM 4-62 DS-223

Classified by: WPRenny/RTDavis:gmh Declassify and Classification: Approved by: DCM: John Gordon Mein

Clearance: COMUSMILGP: Gen. G. R. Mather (in draft) **NK-03-14D**

Telegrama aéreo de Lincoln Gordon ao Departamento de Estado sobre plano de contingência militar, 4 de novembro de 1963. | Núcleo de Apoio às Atividades de Cultura e Extensão / Comissão Nacional da Verdade Brasil

4 de novembro de 1963 | Estados Unidos e o plano de contingência militar no Brasil | *Marcela Telles*

Telefones, teletipos, telégrafos, os dispositivos de comunicação mais avançados disponíveis em 1964 fizeram correr informações, conjeturas, exclamações e fantasias assim que a quartelada comandada pelo general Olympio Mourão Filho começou em Juiz de Fora no dia 31 de março de 1964. Na embaixada americana, os telegramas trocados com Washington certamente foram mais correntes após essa data, mas o assunto não era inédito.

A deposição do presidente João Goulart foi abordada por Lincoln Gordon, embaixador dos EUA no Brasil, em um plano de contingência enviado por telégrafo para o Departamento de Estado americano, pelo menos um pouco antes, em novembro de 1963. O documento registrou três cenários: o golpe viria do presidente João Goulart e os militares conservadores, no interior das Forças Armadas, teriam capacidade para reagir e impedir. No segundo cenário, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul formariam uma confederação com objetivos alinhados aos interesses norte-americanos, enquanto os EUA auxiliariam os confederados de forma ostensiva. Por fim, João Goulart interviria nos estados, poderia prender e mesmo assassinar um governador para executar seu projeto de fazer do Brasil um país alinhado “à esquerda hostil aos Estados Unidos”. Também nesse caso, frotas, armas,

munição, combustível e tropas deveriam ser deslocadas para suporte “às forças aliadas aos interesses nacionais dos EUA.”

Quando construiu seus cenários, Lincoln Gordon procurou antecipar. Se a memória é a capacidade de enxergar o que não existe mais, a antecipação permite ver o que ainda não existe, prever perigos e oportunidades para pensar em ações práticas. Quando escreveu o plano de contingência seu objetivo era convencer. Acumulou dados, comparou informações, tentou dar sentido ao argumento: João Goulart era um risco para os interesses dos EUA no Brasil e os EUA precisavam agir para defendê-los.

O presidente John F. Kennedy não precisava ser convencido. Na luta entre comunismo e capitalismo, estava determinado a conquistar países em desenvolvimento que permaneciam, pelo menos nominalmente, neutros. Lincoln Gordon preocupava-se com o Congresso e a opinião pública do seu país, onde os confrontos da Guerra Fria serviam de pano de fundo para a luta pelos direitos civis. Dezoito dias após o envio do telegrama, John F. Kennedy foi assassinado. Em 11 de dezembro de 1963, o embaixador enviou um segundo Plano de Contingência para McGeorge Bundy, conselheiro de segurança nacional do novo presidente, Lyndon Johnson. Era preciso, mais uma vez, antecipar e convencer.

A greve deflagrada pelos trabalhadores do Grupo Rio Light, responsável pela distribuição de gás, energia elétrica, telefonia e transporte, paralisou grande parte dos serviços públicos nos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro nas primeiras semanas de 1964. Tropas do Exército e do choque da Polícia Militar foram acionadas para guarnecer os setores da Light em que os trabalhadores haviam aderido à greve. Alguns sindicalistas chegaram a ser presos em razão de piquetes, mas logo foram soltos.

A situação caótica em que moradores, comerciantes e industriais conviviam diariamente com racionamento de energia, no entanto, não expressava apenas o arrocho salarial com uma inflação galopante. Tampouco dizia respeito somente à estiagem prolongada e à sucessiva falta de planejamento dos governos em modernizar a infraestrutura do estado. A crise era também política.

Em pé de guerra com o Congresso Nacional – majoritariamente formado por parlamentares ligados a interesses de empresários e latifundiários –, o presidente João Goulart (PTB) contava com o apoio das ruas para abrir caminho à política institucional e avançar nas Reformas de Base. Entre outras medidas, propunha regulamentar a remessa de lucros das multinacionais para suas matrizes e a reforma agrária. Ex-ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, Goulart tinha crédito entre os trabalhadores, mas

não podia errar a mão. Setores da esquerda acusavam o presidente de ser conciliatório demais, ao tentar realizar as reformas respeitando um Congresso que era considerado muito conservador.

Do outro lado, o governador da Guanabara, Carlos Lacerda (UDN), acusava sistematicamente Goulart de promover uma “República sindicalista”. Essa pecha caía como luva em quase toda a imprensa. Meses antes, no dia 13 de setembro de 1963, o editorial do *Jornal do Brasil* – um dos maiores do país –, dizia “Basta” contra a dita “revolução” comunista tramada dentro da própria Presidência da República.

Assim, não era estranho ver Lacerda declarar no mesmo jornal que a greve salarial contra a Light seria “uma etapa de uma guerra revolucionária” promovida pelos trabalhistas com o objetivo de sabotar seu governo e justificar uma intervenção federal. Enquanto isso, o Ministro do Trabalho Amaury Silva, saindo em defesa de Goulart, culpou o governo da Guanabara de não se mobilizar para resolver os problemas.

Perto de generalizar para uma greve geral, a paralisação teve fim depois de 72 horas. Ainda era verão. E as altas temperaturas não iriam arrefecer em 1964.



Foto de Antônio Augusto de Almeida reproduzida em folheto do CPMVJ sobre os “50 anos da Resistência de Mari”, 2014

16 de janeiro de 1964 | Cortejo de trabalhadores rurais na Tragédia de Mari | *Cauã Zenha*

No dia 16 de janeiro de 1964, o município de Mari, na Paraíba, foi palco de um cortejo de trabalhadores rurais em memória de quatro colegas assassinados no dia anterior durante um confronto com policiais militares e funcionários de um conhecido usineiro, chamado Renato Ribeiro. No mesmo dia, proprietários rurais e representantes do governo estadual se reuniram em frente ao Palácio da Redenção, sede do governo estadual, para o velório dos mortos do outro lado do conflito. A celebração, realizada em João Pessoa, buscava mobilizar a opinião pública contra os trabalhadores rurais. Deputados da elite agrária fizeram discursos inflamados, alertando sobre o perigo comunista representado por esses trabalhadores. Eles também discursaram na Assembleia Legislativa, culpando João Goulart e os pequenos agricultores pelo ocorrido.

Em janeiro de 1964, as tensões políticas eram altas e se acumulavam há anos. Desde 1952, com a criação da primeira Liga Camponesa no Engenho Galileia, Pernambuco, o movimento dos trabalhadores rurais pela justiça social e fim da exploração no campo vinha crescendo. Sob a liderança do advogado comunista Francisco Julião, o movimento ganhou força também na Paraíba. Na década de 1960, a proposta de Reforma Agrária tornou-se um dos pilares do programa de Reformas de Base de

João Goulart. Em resposta, grupos conservadores se organizaram para impedir a ascensão das forças progressistas. A vitória da Revolução Cubana em 1959 acendeu o alerta dos latifundiários. A frase “Reforma Agrária na Paraíba vamos receber a bala” representava a Associação dos Proprietários Rurais da Paraíba, em contraste com o lema “Reforma Agrária na lei ou na marra” das Ligas Camponesas.

Após o conflito de 15 de janeiro de 1964, muitos habitantes de Mari com parentes filiados às Ligas Camponesas partiram e nunca mais voltaram. O incidente desencadeou uma perseguição aos envolvidos no trágico evento, refletindo o cenário político à época. O governo de João Goulart enfrentava dificuldades para realizar consensos e atenuar os embates entre grupos antagônicos. A crise do governo ocorreu em meio a uma intensa campanha anticomunista e contra as Reformas de Base – em especial a reforma agrária –, liderada pelos grandes proprietários de terra que, meses depois, apoiariam o Golpe Militar.



**Jornal *Última Hora* (Pernambuco). Mari,
Paraíba, 16 de janeiro de 1964.**
Hemeroteca Digital / Fundação Biblioteca
Nacional

16 de janeiro de 1964 | Trabalhadores rurais realizam comício no enterro de quatro mortos na Tragédia de Mari | *Cauã Zenha*

Cerca de 5.000 trabalhadores rurais se reuniram na cidade de Mari, Paraíba, no dia 16 de janeiro de 1964 para enterrar quatro colegas mortos em um confronto ocorrido no dia anterior. “Só Deus evitará outra hecatombe. O ódio e a intransigência de lado a lado podem provocar, a qualquer momento, outra luta em Mari”, afirmou o padre que realizou o sepultamento. Durante a cerimônia, discursos encorajaram a luta pela terra e animaram a multidão presente para que o sangue derramado não fosse em vão. O confronto envolveu aproximadamente 400 agricultores, munidos apenas com suas enxadas, contra 11 homens fortemente armados e aumentou ainda mais o nível da crise agrária no período anterior ao Golpe de 1964.

Desde a década de 1940, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) organizava os trabalhadores rurais para resistir à exploração no campo e exigir a reforma agrária. Na década de 1950, surgiram as Ligas Camponesas, que amplificaram as reivindicações por direitos sociais e políticos dos trabalhadores rurais do Nordeste. Ao perceberem essas ações como uma ameaça à sua dominação, latifundiários da região passaram a agir de forma violenta contra as Ligas Camponesas. Em virtude da crescente expulsão de pequenos agricultores por conta da incorporação de novas tecnologias e aumento na rentabilidade

nas grandes usinas de açúcar, tornou-se cada vez mais comum a perseguição, o espancamento e a execução de lideranças rurais.

No dia 15 de janeiro de 1964, a Liga Camponesa de Mari realizava um mutirão, que combinava plantio de culturas de subsistência e ação política em favor da reforma agrária. Após um desentendimento entre membros da Liga e um funcionário de uma propriedade vizinha, pertencente ao latifundiário Renato Ribeiro, um grupo armado foi enviado ao local. Supostamente, a intenção era resgatar uma arma roubada do vigia de Renato. No entanto, o incidente serviu apenas como o estopim de um longo histórico de tensões envolvendo os agricultores e jagunços do proprietário. Quando tudo parecia estar resolvido, uma rajada de tiros de metralhadora foi disparada contra os trabalhadores rurais, que reviraram com enxadas. O episódio resultou em mortes de ambos os lados e intensificou ainda mais a crise no campo brasileiro a poucos meses do Golpe de Estado que depôs João Goulart da Presidência da República, em abril de 1964.



Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1964.
Fotógrafo desconhecido.
Fundo Correio da Manhã / Arquivo Nacional

Os moradores do Morro do Pasmado, um dos mais belos cartões postais da Baía da Guanabara, em Botafogo, foram despejados de suas casas no início de 1964. A mando do Governador da Guanabara Carlos Lacerda (UDN), os barracões foram incendiados dias depois, a fim de impedir o retorno das 911 famílias. Lacerda acreditava que o Pasmado, por sua localização privilegiada, estava desperdiçado. As casas populares deveriam dar lugar a um parque ou, quem sabe, um hotel turístico.

Nos planos de Lacerda, os moradores deveriam ser transferidos para Bangu, zona Oeste do Rio de Janeiro, a algumas dezenas de quilômetros de onde foram removidos. Ali foram construídas vilas habitacionais, como Vila Aliança e Vila Kennedy, a partir de recursos do fundo da Aliança para o Progresso, fruto de um acordo com o governo dos Estados Unidos. Em discurso para a imprensa, Sandra Cavalcanti, secretária de Serviço Social da Guanabara, definiu a operação Pasmado como a “primeira revolução social realizada no Brasil”.

Contra o tom eufórico, alguns jornais noticiaram o clima de insatisfação da população. Em Bangu, para onde foram transferidos, os moradores não tinham água encanada, iluminação pública, o transporte era precário e, para piorar a situação, deveriam pagar uma mensalidade por moradias que não queriam, sem sequer receberem indenização pelos barracões destruídos pelo governo. Uma das

moradoras de Pasmado soltou o verbo contra Sandra Cavalcanti: “essa dona fala de Bangu com a boca tão cheia, que até parece que Bangu tem praia!”.

A política urbana de Lacerda era parte de um quadro mais amplo, que opunha o governo da Guanabara e o federal, do presidente João Goulart (PTB). Na contramão do governo estadual, Goulart propunha uma reforma urbana em que algumas propriedades ociosas em áreas nobres da cidade, especialmente aquelas que se valiam da especulação imobiliária, pudessem ser desapropriadas para a ocupação dos favelados. Assim, os moradores não seriam deslocados para áreas periféricas, permanecendo próximos de suas famílias e empregos, bem como da infraestrutura urbana já estabelecida. Não por acaso, as denúncias de violência praticadas contra os moradores removidos foram direcionadas à Presidência da república, expressando a compreensão de duas políticas distintas – estadual e federal – para os favelados.

Com o golpe e a cassação de parlamentares, a política de remoção perdeu opositores no Congresso. Em contrapartida, gerou debate e organização dos moradores das favelas. Etevaldo Justino de Oliveira, diretor da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara, sintetizou o que seria o início do movimento contra a política de remoção das favelas: “Bangu não: urbanização das favelas, sim!”



Capa de material de campanha apresentando a Aliança para o Progresso.
Acervo Projeto República / UFMG

Em 1961, o governo de John F. Kennedy assinou um ambicioso acordo de ajuda econômica para a América Latina: a Aliança para o Progresso. Anunciado como “revolução pacífica” pelo presidente norte-americano, o programa disponibilizava como empréstimo cerca de 20 bilhões de dólares para o desenvolvimento socioeconômico da região em dez anos. Em contrapartida, os Estados Unidos exigiam dos países beneficiários obediência a alguns critérios, como aplicar os recursos em justiça social, respeitar as instituições democráticas e os direitos civis. No contexto da Guerra Fria, a alocação dos recursos financeiros e a propaganda eram armas tão eficientes quanto as bélicas.

A percepção do governo Kennedy era de que o comunismo representava um risco de segurança aos Estados Unidos. Tal preocupação foi acentuada em 1960, quando Cuba entrou na órbita soviética. A Aliança para o Progresso serviria como espécie de política de contenção ideológica para combater o comunismo e o surgimento de novas Cubas em território americano. Por isso, o financiamento fomentava um tipo específico de projetos, mais relacionado ao modelo capitalista, dando à iniciativa privada um papel de destaque.

No caso brasileiro, Washington privilegiou a distribuição do recurso a estados governados pela oposição ao presidente João Goulart (PTB), entre os

quais São Paulo, de Ademar de Barros (PSP), Guanabara, de Carlos Lacerda (UDN), e Minas Gerais, de Magalhães Pinto (UDN). Essa política foi denominada pelo próprio embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, como “política de ilhas de sanidade administrativa”. A medida visava fortalecer popularmente governadores anticomunistas e alterar o equilíbrio de forças políticas no Brasil, obrigando Goulart a moderar as atitudes, assumir compromissos com as lideranças estaduais consideradas “democráticas” e enfraquecer o vínculo do governo federal com as organizações de esquerda – como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que pressionava pelas reformas de base.

As desapropriações levadas a cabo por Leonel Brizola (PTB), quando governador do Rio Grande do Sul, contra as subsidiárias norte-americanas de energia e telefonia foram consideradas radicais pelo governo Kennedy, de modo que tais reformas e outras semelhantes estariam fora do radar de apoio do programa. Em contrapartida, muitos recursos foram alocados para a construção de conjuntos habitacionais populares na Guanabara. Não por acaso, os governadores beneficiados com o financiamento americano, de acordo com a lógica das “ilhas de sanidade administrativa”, mostraram-se centrais na desestabilização do governo Goulart e no Golpe de 1964.



Rio de Janeiro, 13 de abril de 1964.

Fotógrafo desconhecido.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Inaugurada em 20 de janeiro de 1964, a Vila Kennedy recebeu uma curiosa escultura. Pouco se sabe como uma das maquetes feitas como modelo para a produção da Estátua da Liberdade, do artista francês Frederic Augusto Bartholdi, veio parar no Brasil. Porém, conta-se que quando Carlos Lacerda, governador da Guanabara, visitou os jardins da casa do comendador José Pereira da Rocha Paranhos, onde a maquete se encontrava, teve a ideia de instalá-la na Vila Kennedy. A vila era um dos quatro conjuntos habitacionais – além dela, Vila Esperança, Vila Aliança e Cidade de Deus – construídos com financiamento norte-americano para abrigar cerca de 42 mil favelados despejados de suas casas.

Com nome em homenagem ao presidente assassinado meses antes da inauguração, a Vila Kennedy era resultado de um programa de empréstimo financeiro dos Estados Unidos a países da América Latina, entre eles o Brasil. Mais do que apoio socioeconômico, a *Aliança para o Progresso* era um típico produto político da Guerra Fria: visava frear o avanço do comunismo no continente americano e, no caso brasileiro, conferiu subsídios a estados alinhados ao bloco norte-americano.

O programa habitacional defendido por Lacerda incluía a remoção de favelas em áreas centrais da atual cidade do Rio de Janeiro, como de Pasmado e Getúlio Vargas, e a transferência dessas populações carentes para áreas periféricas. Além da distância do

centro urbano, os novos moradores reclamaram da segregação das famílias, da falta de infraestrutura, como de iluminação pública, e do endividamento, já que as famílias deveriam pagar mensalidades à Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara. Aqueles que não tinham renda mínima acabaram em áreas de triagem, muitas das quais se tornaram moradias permanentes, favelizando-se, como é o caso do Complexo da Maré.

Tais medidas adotadas por Lacerda eram as-sentadas em princípios ideológicos, mais do que em estudos técnicos que propunham solucionar o problema de moradia. De fundo, a ideia era que os ex-favelados pudessem se tornar proprietários de casas individuais por meio de seus próprios esforços. Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, a secretária de Serviços Sociais da Guanabara, Sandra Cavalcanti, disse que, na condição de proprietários, os moradores despejados “ganham crédito na praça, um lugar saudável para educar os filhos e a garantia de tranquilidade no futuro”. Apesar do tom eufórico, quatro anos depois, o mesmo jornal noticiaria o fracasso do projeto, apontando a queda de renda dos moradores, o aumento da criminalidade, o retorno dos moradores removidos a favelas, além de que as 1200 crianças nascidas no conjunto eram “tão raquíticas e subnutridas quanto às das favelas” que suas perspectivas não eram melhores.



Reunião de empresários na sede do IPES paulista. São Paulo, data desconhecida.

Fotógrafo desconhecido.

Revista *Fortune*, setembro 1964.

Uma das sedes do golpe foi o Edifício Avenida Central. Localizado na Avenida Rio Branco, no centro do Rio de Janeiro, o prédio era o endereço do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). O IPES era formado pela elite empresarial brasileira e também por oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG). O objetivo público da sua fundação era a “realização de estudos voltados para a realidade brasileira”. Mas havia muito mais por trás das janelas do 27º andar.

Financiado por empresas nacionais e multinacionais, o IPES desenvolveu uma ampla rede de propaganda ideológica, utilizando filmes, panfletos, livros e eventos públicos para disseminar uma retórica fortemente anticomunista e contrária às reformas propostas pelo governo de João Goulart. Essa narrativa visava mobilizar diversos setores da sociedade, como empresários, líderes políticos e até grupos religiosos, contra o governo que consideravam uma ameaça à ordem econômica e social.

Estruturalmente, o IPES era altamente organizado, com comitês dedicados ao planejamento estratégico, levantamento de informações e formulação de diretrizes políticas e econômicas. Contava com apoio logístico, incluindo sistemas de comunicação avançados para a época, financiamento externo e uma rede de aliados influentes no setor empresarial e nas Forças Armadas. Essa estrutura possibilitou não apenas a articulação do golpe, mas também a manutenção de sua agenda após a queda de João Goulart.

Entre suas ações mais emblemáticas, destacam-se a campanha de desestabilização política e a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), liderado pelo general Golbery do Couto e Silva, um dos principais estrategistas do IPES. O Instituto também foi crucial para a formação de alianças com entidades como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), a Ação Democrática Popular (ADEP) e a PROMOTION (Incrementadora de Vendas Promotion S/A) que canalizaram recursos financeiros e logísticos para apoiar candidatos anticomunistas e iniciativas golpistas. Sua estratégia incluiu o financiamento de campanhas de propaganda altamente eficientes, que recorriam a apelos emocionais e retórica alarmista para convencer diversos setores da sociedade sobre os supostos riscos representados pelo governo de Jango. Dessa forma, o Instituto não apenas fomentou a oposição a João Goulart, como também legitimou, perante parcelas da opinião pública, a necessidade de sua destituição.

O IPES não apenas planejou o golpe. Também estruturou a agenda política do regime militar que se seguiu. Sua atuação estendeu-se à definição de políticas econômicas, controle de órgãos governamentais e articulação com o empresariado internacional. Assim, o Instituto consolidou-se como um modelo pioneiro de articulação entre elites econômicas e militares, moldando o futuro político e econômico do Brasil em benefício de seus apoiadores.

No final da década de 1950, surgiu no Brasil o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), uma organização civil que mantinha fortes laços com setores conservadores da sociedade e com a CIA (*Central Intelligence Agency*, a Agência Central de Informações estadunidense). Um de seus principais objetivos era conter o avanço das forças de esquerda, especialmente o que entendiam como a “ameaça comunista”.

Com recursos financeiros provenientes dos Estados Unidos, o IBAD não apenas financiou campanhas políticas, mas também criou uma vasta rede de propaganda que incluía jornais, revistas, rádio e televisão. Durante o governo de João Goulart, essa rede foi crucial para disseminar informações distorcidas e alarmistas, contribuindo para a formação de uma opinião pública contrária principalmente ao programa das Reformas de Base. O medo do comunismo e da instabilidade social era explorado ao máximo, apelando para os setores mais conservadores da sociedade.

Um dos principais instrumentos de propaganda do IBAD foi a revista *Ação Democrática*. Publicada mensalmente e de distribuição gratuita, a revista servia como um poderoso veículo de divulgação da ideologia conservadora e anticomunista do Instituto. Seu conteúdo combinava análises políticas, artigos de opinião e notícias. Além disso, promovia

uma narrativa que associava o governo de Jango ao caos, à corrupção e à ameaça comunista, exacerbando os medos da sociedade e preparando o terreno para a intervenção militar.

O IBAD foi essencial na articulação de uma frente parlamentar conservadora, a Ação Democrática Parlamentar (ADP), que se esforçou para minar a base de apoio do governo Goulart no Congresso Nacional. A ADP bloqueava a aprovação de projetos de lei, criava um clima de permanente crise política e enfraquecia as instituições democráticas.

A organização também se infiltrou em movimentos sociais, como sindicatos e movimentos estudantis, com o objetivo de desestabilizá-los e desacreditá-los. Agentes do IBAD promoviam a divisão interna desses movimentos, incitavam a violência e divulgavam informações falsas para criar um ambiente de insegurança e desconfiança.

O IBAD foi um dos principais articuladores e financiadores do golpe militar de 1964. Através de uma complexa rede política, intenso trabalho de propaganda e atuação incisiva na esfera institucional, o Instituto conseguiu mobilizar um amplo espectro da sociedade contra o presidente João Goulart e criar as condições necessárias para a concretização do golpe de Estado.



1964 | Publicação financiada pelo IPES reflete a bipolaridade da Guerra Fria e imagina as histórias de duas vidas: uma no comunismo e outra na democracia liberal | *Nayara Henriques*

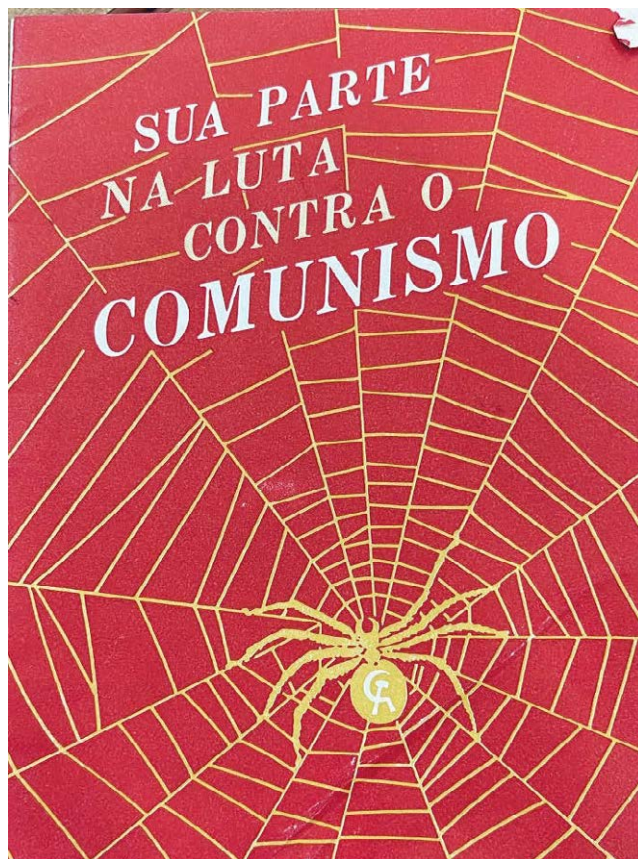
“Como seria sua vida se tivesse nascido sob uma ditadura comunista... ou numa sociedade democrática?”, a publicação de *Dois vidas* se propõe a trazer respostas para essas perguntas. Produzida e financiada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES), a pequena cartilha representa um dos mais emblemáticos exemplos de propaganda política realizada pelos apoiadores do golpe militar. Em sua narrativa, é apresentado o contraste entre a suposta liberdade e prosperidade da sociedade democrática com as alegadas opressões e misérias de uma vida sob um regime comunista.

Através de imagens e textos cuidadosamente elaborados, o panfleto buscava induzir o leitor a uma reflexão direcionada, apresentando duas realidades opostas: do lado direito de quem lê, cores radiantes iluminam o cenário idealizado de uma família feliz, vivendo em uma casa própria, com acesso à educação e à saúde; do lado esquerdo, o vermelho e o preto dominam a imagem sombria do cidadão oprimido por um Estado totalitário, submetido à censura, à vigilância e à falta de oportunidades. O panfleto explora o temor da população em relação à perda de liberdades individuais, à instabilidade social e à influência estrangeira. Simultaneamente, oferece a esperança de uma vida melhor sob um

governo que garantisse a ordem e o progresso, exaltando os valores da família, da propriedade privada e da liberdade econômica.

Nas publicações do IPES, a figura de João Goulart era sistematicamente associada à ameaça comunista. Algumas metas das Reformas de Base anunciadas por Jango, como a reforma agrária e a nacionalização de empresas estrangeiras, eram distorcidas e apresentadas como passos em direção a um regime totalitário. Embora não houvesse evidências concretas, essa associação era eficaz para mobilizar setores da sociedade contra o governo.

Essa estratégia de propaganda se mostrou poderosa ao utilizar o medo do comunismo como um catalisador para a aceitação da ideia de que a intervenção militar era necessária para preservar a democracia e os valores tradicionais. *Dois vidas* reforça e exemplifica a polarização política da época, e serve como justificativa para as ações que levariam à ruptura democrática no Brasil.



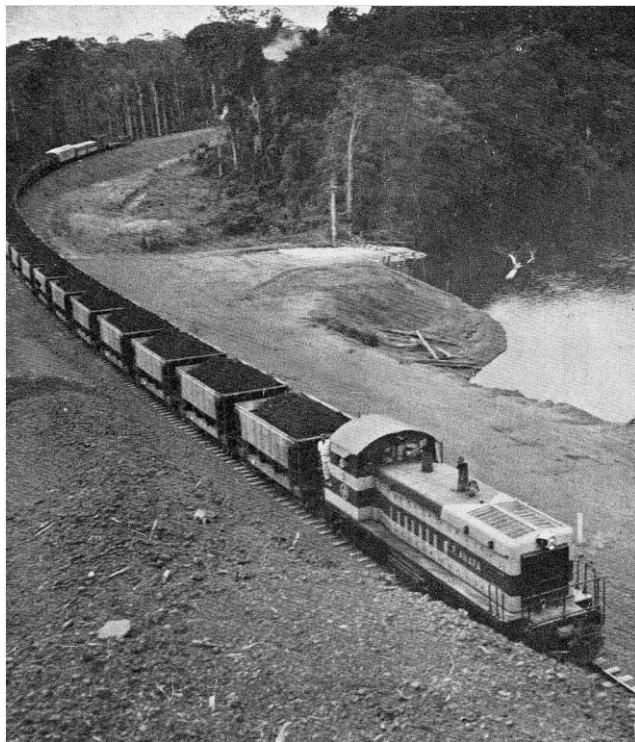
Livreto “Sua parte na luta contra o comunismo”.
Acervo Projeto República / UFMG

Na ficção científica de Robert Heinlein, aranhas alienígenas invadem a Terra. Mas essas criaturas representavam mais do que uma ameaça fictícia. Publicado em 1959, em plena Guerra Fria, o enredo de *Starship Troopers (Tropas Estelares)* reflete o temor da época em relação à suposta conspiração comunista da União Soviética, que, de acordo com o imaginário popular construído pela propaganda anticomunista, estava sempre prestes a invadir os Estados Unidos da América. Heinlein mobilizou a repugnância por aranhas para simbolizar o “inimigo” a ser combatido e alimentar a cultura anticomunista.

A associação entre aranhas e ameaças invisíveis, no entanto, não se limitou à ficção científica. Na realidade política da Guerra Fria, essa metáfora foi amplamente utilizada para personificar o “perigo vermelho”. No imaginário popular, as aranhas costumam ser lembradas por tecer suas teias meticulosamente, atraindo suas presas para depois aniquilá-las sem que percebam. Da mesma forma, segundo a propaganda anticomunista, o comunismo se espalhava: de maneira sutil e ardilosa. Bastava uma pequena distração para que qualquer um fosse envolvido na trama vermelha que ameaçava a família tradicional, os bons costumes e a propriedade privada.

O IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) compreendia bem esse medo e, por isso, investiu massivamente em propaganda anticomunista, utilizando livros, filmes, palestras e panfletos para difundir sua mensagem. O objetivo era claro: desestabilizar o governo de João Goulart e alertar a classe empresarial e a classe média para os “perigos comunistas”. Não bastava apenas associar Jango ao comunismo; era essencial propagar o medo.

A teia comunista, como representada pelo IPES, era a personificação dessa ameaça. Em um de seus panfletos, o Instituto explorou o potencial simbólico das aranhas para mobilizar a população. Todo o asco, repulsa e temor que as aranhas inspiravam foram redirecionados para o “inimigo vermelho”. Mas a propaganda do IPES não se limitou a essa mobilização. Ela também desempenhou um papel crucial na criação de um clima de insegurança e desordem, que, por sua vez, pavimentou a legitimação popular do golpe que depôs João Goulart.



Revista ICOMI, ano I, n. 1

Lançada em janeiro de 1964, a *Revista ICOMI* tinha como um de seus principais objetivos ser um “veículo de propagação cultural” entre os colaboradores da Indústria de Comércio e Minério S/A (ICOMI), como afirmou o fundador da empresa, Augusto Trajano de Azevedo Antunes. Criada em 1942, a ICOMI conseguiu o monopólio da exploração das reservas de manganês em Serra do Navio, Território do Amapá, ainda na década de 1950. Mal firmou o contrato, saiu em busca de sócios. A *Bethlehem Steel Company* – então uma das maiores corporações norte-americanas produtoras de aço – adquiriu 49% de suas ações, o máximo permitido a empresas estrangeiras pela legislação brasileira. Desde 1957, centenas de milhares de toneladas de minério de manganês escoavam pela Estrada de Ferro do Amapá (EFA) em direção ao porto de Santana para alimentar indústrias siderúrgicas, principalmente nos Estados Unidos. A EFA foi construída exclusivamente para esse fim.

A *Revista ICOMI* foi elaborada para um público específico que funcionava quase como um grupo focal onde a aplicação do assistencialismo, ao invés dos direitos, seria colocada a prova. Com outros empresários vinculados a empresas multinacionais, Augusto Trajano fundou, em 1961, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) para preparar,

coordenar e executar uma grande variedade de ações de natureza golpista. O objetivo era derrubar o governo de João Goulart e tomar o comando do país. Quando assumiu a presidência da República, em 1961, Jango comprometeu-se com um programa nacionalista de industrialização e modernização. Tratava-se de combinar o nacionalismo como instrumento da autonomia brasileira no cenário internacional, com a extensão da democracia orientada pela adoção de direitos sociais. A ICOMI, assim como as empresas reunidas em torno do IPES, estava vinculada aos interesses do capital internacional. Na visão dessas empresas, o inimigo havia chegado ao poder.



Revista *O Cruzeiro*, 21 de março de 1964.

Foto de Luiz Alfredo.

Hemeroteca Digital / Fundação Biblioteca Nacional

25 de fevereiro de 1964 | De rosários nas mãos, mulheres da LIMDE interrompem palestra do deputado Leonel Brizola sobre Reformas de Base | *Isabella Souza*

Em 25 de fevereiro de 1964, a Frente de Mobilização Popular, organização intersindical mineira, e o Comando Estadual dos Trabalhadores uniram forças para realizar um evento em Belo Horizonte. O encontro, visto como preliminar ao Comício da Central do Brasil, marcado para acontecer no Rio de Janeiro no mês seguinte, tinha como objetivo mobilizar e conscientizar os trabalhadores sobre a importância das Reformas de Base propostas pelo presidente João Goulart.

Agendado para acontecer no auditório da sede da Secretaria de Saúde, na Avenida Augusto de Lima, coração de Belo Horizonte, o evento prometia uma noite de intensa movimentação política. Líderes do movimento trabalhista e sindical se revezariam no palco. Mas o grande destaque da programação era, sem dúvida, o deputado federal Leonel Brizola, eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) da Guanabara. Cunhado e aliado político de Jango, Brizola era um exímio orador, capaz de agitar multidões com seus discursos.

Diante da mobilização pelas Reformas de Base e da presença de Brizola em Belo Horizonte, as mulheres da Liga da Mulher Democrática (LIMDE) se articularam para impedir a realização do comício. Munidas do rosário de Nossa Senhora, tomaram to-

dos os lugares do auditório, dificultando a entrada dos participantes do comício.

O palco se transformou em um altar improvisado. Ao lado do padre Caio de Castro, secretário do arcebispo de Diamantina – Dom Geraldo de Proença Sigaud, autor do *Catecismo Anticomunista* –, as mulheres da LIMDE se ajoelharam e entoaram preces do terço, suplicando a Deus que livrasse Minas Gerais da influência “comunista” de Leonel Brizola. O engajamento da LIMDE foi tão enérgico que a organização até tentou iniciar o evento, mas não viu outra solução a não ser a cancelar o comício de última hora.

Após a cobertura do ocorrido, as mulheres da LIMDE conquistaram amplo destaque na imprensa. O uso do rosário como arma política rapidamente se espalhou pelo país e se consolidou como um poderoso instrumento de mobilização popular contra o governo de João Goulart – encarado como vetor do comunismo no Brasil e, portanto, como ameaça à religião, à família e aos valores tradicionais.



Revista *O Cruzeiro*, 21 de março de 1964.

Foto de Luiz Alfredo.

Hemeroteca Digital / Fundação Biblioteca Nacional

Em fevereiro de 1964, o Brasil se preparava para o anúncio das Reformas de Base, um conjunto de medidas ambiciosas idealizadas pelo presidente João Goulart para reestruturar setores essenciais da sociedade, como a educação, o setor de tributos e a reforma agrária. O lançamento oficial do programa estava marcado para acontecer em março, num grandioso comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Mas a mobilização pelas reformas já vinha ocorrendo em diferentes cantos do país.

Em Belo Horizonte, Leonel Brizola, figura política de grande influência nacional e aliado de Jango, seria o encarregado de antecipar a apresentação das propostas ao povo mineiro, num evento organizado pelo Comando Estadual dos Trabalhadores e pela Frente de Mobilização Popular, no auditório da Secretaria de Saúde de Minas Gerais. No entanto, ao tomarem conhecimento da presença do deputado na cidade, as mulheres da Liga da Mulher Democrata (LIMDE) se mobilizaram para impedir a realização do comício.

Munidas de rosários e sombrinhas, as mulheres da LIMDE invadiram o auditório algumas horas antes do evento – marcado para começar às 20 horas –, acomodaram-se nas poltronas e ocuparam o palco. Os organizadores do ato político até tentaram for-

mar a mesa e dar início à solenidade. Só que não havia mais jeito de evitar a confusão.

Recusando-se a deixar o auditório, as senhoras da LIMDE partiram para cima dos adversários com suas sombrinhas. O evento, rapidamente, se transformou em um tumulto violento. Cadeiras foram arremessadas pelo auditório, durante a briga entre os organizadores do comício e os acompanhantes das mulheres, que se arrastou até o fim da noite. Nem mesmo a intervenção da Polícia Militar foi suficiente para conter a fúria que havia se instalado no local.

Barrado na entrada do salão, Brizola tentou, sem sucesso, discursar pelo menos do saguão do prédio. Marcado por gritos, violência e correria, o tumulto silenciou suas palavras, tornando impossível que sua mensagem fosse transmitida. Diante do caos, o comício não aconteceu, e a LIMDE, em tom de triunfo, declarou à imprensa: “Nossos inimigos não pisarão mais em Minas Gerais”.



Flâmula da Liga da Mulher pela Democracia (LIMDE).

Acervo Projeto República / UFMG

25 de Fevereiro de 1964 | Liga da Mulher Democrática (LIMDE): organização política feminina conservadora de Belo Horizonte | *Isabella Souza*

Nos anos 1960, ainda era predominante uma perspectiva social que condicionava as atividades femininas ao papel doméstico, desempenhando funções como donas de casa, mães, esposas e responsáveis pela harmonia familiar. Com acesso limitado ao poder político, era relegado, à mulher, o espaço da vida privada. No entanto, com a intensificação da mobilização contra o governo de João Goulart, os grupos de oposição reconheceram o valor que a participação feminina poderia agregar ao movimento.

Em 1962, mulheres em todo o país começaram a se organizar. Em São Paulo, criaram a União Cívica Feminina (UCF) e, no Rio de Janeiro, a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). Ambas as entidades apresentavam um forte apelo religioso, afinal a associação do comunismo com valores antirreligiosos e imorais contribuiu para fortalecer o apoio ao golpe entre a população feminina. Mais tarde, a influência destes grupos se consolidaria com a organização das Marchas da Família com Deus pela Liberdade em seus respectivos estados.

Em setembro de 1963 foi a vez de Minas Gerais e, as senhoras da elite mineira, apoiadas pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), fundaram a Liga da Mulher Democrática (LIMDE), que utilizava

o 11º andar do Edifício Acaiaca, no centro de Belo Horizonte, como local de suas reuniões. O espaço foi cedido pelos “Novos Inconfidentes”, um grupo paramilitar ligado ao IPES. De lá, a LIMDE organizava materiais de propaganda, manifestações, protestos e outras atividades com o objetivo de desestabilizar o governo de João Goulart.

Valendo-se de discursos tradicionalistas para moldar o imaginário social, a organização se firmou como uma das principais entidades femininas conservadoras do Brasil. Em sua flâmula, destacavam a figura da mulher como central para o país, ostentavam as cores da bandeira nacional, o Rosário de Nossa Senhora e as datas de dois eventos que, segundo elas, marcavam vitórias em sua luta anticomunista: 25 de fevereiro de 1964, dia em que impediram um comício de Leonel Brizola em Belo Horizonte, e 31 de março, data da consolidação do golpe militar.



Anúncio no jornal *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 13 de março de 1964.

Hemeroteca Digital / Fundação Biblioteca Nacional

Na manhã de 13 de março de 1964, o Rio de Janeiro despertou em um clima de expectativa incomum. Os jornais estampavam o anúncio do “Comício pelas Reformas de Base” na Central do Brasil, com o desenho de um punho cerrado erguendo uma enxada – símbolo da luta pela terra – acompanhado dos dizeres: “como ponto de partida, vamos realizar a REFORMA AGRÁRIA”. A convocação era ampla: “Você deve estar presente ao Comício das Reformas. Por você e pelo Brasil”. E o chamado ecoava um conflito político que se intensificava há meses.

Desde 1963, duas agendas políticas, à esquerda e à direita, disputavam espaço para se transformar no projeto de país. O embate seguia sem resolução dentro das regras democráticas. O governo Goulart carecia de habilidade de convencimento, enquanto o radicalismo tomava conta das forças políticas dentro e fora do Congresso Nacional. A derrota da emenda constitucional para a reforma agrária, em outubro de 1963, sinalizara que a segunda chance de Jango implementar seu programa de governo parecia se esgotar.

Neste cenário de intensa polarização, o Comício na Central do Brasil era aguardado como um movimento político decisivo. Desde cedo, as ruas no centro do Rio foram tomadas por uma movimentação incomum. Caravanas de trabalhadores chegaram de todo o país e ocuparam a Avenida Presidente

Vargas. Por volta das 14h, milhares já se concentravam nas imediações da Central do Brasil, em frente ao Ministério da Guerra. A expectativa com o ato público era enorme, tanto que o tráfego de veículos foi interrompido muito antes do previsto.

Nos bastidores, contudo, a apreensão era palpável. Rumores sobre a possível ausência de Goulart por questões de segurança circulavam entre os organizadores. A solução improvisada de um “escudo humano” para o presidente ilustrava o clima de incerteza que pairava sobre o comício.

À medida que a noite se aproximava, a multidão crescia. O palanque – o mesmo usado por Getúlio Vargas em cerimônias do Estado Novo – carregava sua própria carga simbólica. Jornalistas de todo o país se posicionavam, cientes de que estavam prestes a testemunhar um momento crucial da história política brasileira.

O ar estava carregado de expectativa. Todos sabiam que as palavras proferidas pelo presidente da República naquela noite tinham força para alterar os rumos do país. As Reformas de Base, tão debatidas e atacadas, estavam no centro do palco. E naquela sexta-feira, 13 de março, o Brasil aguardava, com atenção redobrada, um discurso que prometia ser um ponto de virada no já conturbado processo de crise do governo Jango.



Comício da Central do Brasil. Rio de Janeiro, 13 de março de 1964.
Fotógrafo desconhecido. Fundo Correio da Manhã / Arquivo Nacional

A praça da Central do Brasil, no centro do Rio de Janeiro, se transformou em epicentro da política nacional na tarde daquela sexta-feira, 13 de março de 1964. Uma imensa faixa com o retrato do presidente João Goulart pendia do edifício da estação e dominava a paisagem urbana. Mais um dos muitos sinais que anunciavam o Comício das Reformas, um ato público que prometia reunir caravanas populares provenientes de todos os cantos do Brasil.

Apesar da expectativa, o cenário, no entanto, estava longe de ser tranquilo. Nos bastidores, uma intensa batalha política se desenrolava. Conhecido por sua estridente oposição a Jango, o governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, fez o que estava ao seu alcance para esvaziar a mobilização: decretou ponto facultativo para o funcionalismo público e suspendeu os prazos contratuais das empregadas que trabalhavam para o estado. A justificativa era mordaz: segundo ele, a Central do Brasil ficaria “entregue aos promotores da desordem, cujo agente direto é o deputado Hércules Corrêa e cujo orador oficial é o presidente da República”.

A escolha do local para o comício não havia sido por acaso. Realizar um evento dessa magnitude no centro da cidade do Rio significava demonstrar a força do governo federal, com uma forte possibilidade de reverberação nacional. Mas toda esta ousadia política tinha lá seu preço: a necessidade de um esquema de segurança sem precedentes. E, para preservar a integridade do presidente e das demais autoridades presentes, um impressionante aparato foi mobilizado: nove carros de combate e três tanques cercaram a Praça Duque de Caxias, enquanto

seis metralhadoras foram instaladas no Panteão de Caxias. No interior do Ministério da Guerra, localizado em frente à praça, uma tropa do Batalhão de Guardas permanecia em alerta, pronta para intervir ao menor sinal de perturbação.

Era evidente que havia uma confiança meio difusa na lealdade do chamado “dispositivo militar” para garantir a ordem e a segurança física de João Goulart. Sob o comando do general Moraes Âncora, comandante do I Exército, tropas da Polícia do Exército foram estrategicamente posicionadas. Os Dragões da Independência, o Batalhão de Guardas e o 1º Batalhão de Carros de Combate foram algumas das unidades que também formaram um cordão de segurança ao redor da praça. Figura respeitada na hierarquia militar, a presença do general Âncora transmitia a mensagem de que o Exército se comprometia com a segurança do evento – e, por tabela, com a estabilidade do governo Jango. Mas a presença ostensiva dos “milicos” gerava uma atmosfera paradoxal: por um lado, assegurava a sensação de segurança do ato; por outro, evidenciava a beligerância da situação política do país.

Enquanto a tarde avançava e a multidão crescia, a confiança na garantia do dispositivo militar ficava mais palpável entre os organizadores. Faixas e cartazes – com dizeres que inclusive tiravam sarro dos militares “gorilas” – se misturavam à massa de pessoas que lotava as imediações da Avenida Presidente Vargas. O comício ainda nem havia começado, mas já dava para perceber que aquela sexta-feira 13 seria um dia decisivo – um prelúdio dos eventos que se desenrolariam nas semanas seguintes.



Comício da Central do Brasil, foto de Domício Pinheiro. Rio de Janeiro, 13 de março de 1964.

Estadão Conteúdo / Wikimedia Commons

13 de março de 1964 | Multidão comparece ao Comício das Reformas | Danilo Araujo Marques

No fim da tarde de 13 de março de 1964, cerca de 300 mil pessoas se aglomeraram na Central do Brasil em um evento organizado por um grupo de sindicalistas do CGT. Composta por estudantes, professores, intelectuais e sobretudo por trabalhadores vindos de todos os cantos do país, uma multidão tomou conta da Avenida Presidente Vargas, no trecho entre a Candelária e a Central do Brasil. Naquele dia, o fluxo de veículos no centro do Rio de Janeiro foi completamente paralisado. “Jango! Defenderemos suas reformas à bala”, dizia um dos milhares de cartazes e faixas que inundaram a paisagem do comício.

Após a apresentação de conhecidos nomes da política e do campo das esquerdas – como o deputado federal Leonel Brizola e os governadores de Sergipe e Pernambuco, Seixas Dória e Miguel Arraes –, João Goulart subiu ao palanque e se ajeitou para falar ao microfone. Apesar do clima de festa, havia muito receio com a segurança do presidente, que, durante uma hora e cinco minutos, resolveu discursar de improviso para marcar a posição do seu governo: anunciou a encampação das refinarias privadas de petróleo, a desapropriação de terras improdutivas às margens de rodovias, ferrovias e açudes federais, e defendeu a alteração da Constituição para tornar viável o programa das Reformas de Base.

“Hoje”, disparou Jango, “com o alto testemunho da Nação e com a solidariedade do povo, reunido na praça que só ao povo pertence, o governo, que é também o povo e que também só ao povo pertence, reafirma os seus propósitos inabaláveis de lutar com todas as suas forças pela reforma da sociedade brasileira.”

A multidão que estava ali para apoiar Jango explodiu em festa. Mas, para quem fazia oposição e conspirava contra o governo, a realização de um comício pelas reformas em frente ao Palácio Duque de Caxias – sede do Ministério da Guerra – não passava da mais pura provocação. E, naquela sexta-feira 13, o alarme do golpe soou.



Rio de Janeiro, 13 de março de 1964. Fotografia desconhecido.
Fundo Correio da Manhã / Arquivo Nacional

13 de março de 1964 | Deputado Leonel Brizola no palanque do Comício das Reformas | Danilo Araujo Marques

Na noite daquela sexta-feira, 13 de março de 1964, a praça da Central do Brasil estava tomada por uma multidão estimada em 200 mil pessoas. Iniciado às 18h, o Comício das Reformas atingia o ponto mais aguardado com a chegada do presidente Jango ao palanque às 19h45. Entre o mar de faixas, uma em particular se destacava: “Brizola 65”.

Leonel Brizola subiu ao palanque por volta das 20h. Sua presença causou o maior rebuliço. Para surpresa de muitos, Jango e Brizola se cumprimentaram com um longo abraço. O gesto público de afeto entre os cunhados chamou atenção, pois circulavam rumores de desentendimentos entre ambos.

O deputado do PTB iniciou seu discurso com uma revelação surpreendente: sua participação no ato público havia sido contestada. Mas estava ali para se afirmar como representante do “povo que reagira com armas nas mãos em 1961”, em referência à Campanha da Legalidade.

Por quase 20 minutos, Brizola inflamou a multidão com palavras que oscilavam entre elogios e críticas ao governo Goulart. O radicalismo do gaúcho ficou evidente quando ele defendeu o fim da “política de conciliação” do presidente para, em seguida, emendar a proposta mais polêmica da noite: o fechamento do Congresso Nacional e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

“O Congresso não dará mais nada ao povo brasileiro”, declarou, sugerindo que o novo parlamento deveria ser composto por “operários, camponeses, oficiais militares nacionalistas e sargentos”. A reação foi imediata. Tanto que os ministros Oliveira Brito e Expedito Machado decidiram abandonar o palanque. Mas Brizola não recuou e desafiou seus críticos a resolverem a questão através de um plebiscito.

Em um gesto teatral, Brizola pediu que a multidão levantasse os braços em apoio a um “governo popular e nacionalista”. Milhares de mãos se ergueram. Mas o que chamou a atenção mesmo foi o brilho metálico visto na cintura do deputado: uma Taurus 38.

Mais do que uma medida de segurança, a presença da arma parecia uma mensagem. Brizola encerrou seu discurso com uma advertência enérgica: “O nosso caminho é pacífico, mas saberemos responder à violência com violência”. Dita por um homem armado em um palanque político, a frase ecoou como um presságio dos conflitos que se aproximavam.

Ao descer do palanque, Brizola deixou para trás uma multidão energizada e um ambiente político fraturado. Seu discurso seria lembrado como um dos momentos mais graves daquela noite. E a imagem do deputado com um revólver à mostra tornava-se a síntese da tensão que pairava sobre o Brasil naquele março de 1964.



Rio de Janeiro, 13 de março de 1964. Fotógrafo desconhecido.
Acervo da Fundação Darcy Ribeiro

13 de março de 1964 | Presidente João Goulart discursa em palanque ao lado do ministro Darcy Ribeiro e da primeira-dama Maria Tereza Goulart | *Danilo Araujo Marques*

Às 20h46 de 13 de março de 1964, João Goulart tomou a palavra no palanque montado na praça da Central do Brasil. Ansiosa, a multidão aguardava o discurso do presidente da República. Mas os dias que antecederam o ato público foram marcados por uma ansiedade de outro tipo. Ameaças de atentado chegaram ao Palácio, mencionando possíveis tiros ou bombas durante o comício. Mesmo visivelmente apreensiva, a primeira-dama Maria Thereza decidiu permanecer ao lado do marido. Enquanto, à esquerda de Jango, o sindicalista Oswaldo Pacheco fazia as vezes de escudo humano.

Ciente da importância do momento, João Goulart optou por falar de improviso. Durante uma hora e cinco minutos, manteve a linha de raciocínio, bebeu dois copos d'água e passou o lenço no rosto 35 vezes. O esforço físico e emocional era intenso. As palavras escolhidas serviriam como uma declaração pública de intenções do seu governo.

E revolveu partir para o ataque: “A democracia que eles desejam impingir-nos é a democracia do antipovo, a democracia antirreformas”, declarou Jango, denunciando o que chamava de “terror ideológico” usado por aqueles que tentaram impedir o comício. Chegou até mesmo a defender a necessidade de revisar a Constituição, sob o argumento de que ela não mais atendia aos anseios do povo.

Apesar da atmosfera carregada, houve momentos de leveza. Em certo ponto do discurso, Jango conseguiu arrancar um largo sorriso de Maria Thereza. Também suavizou o semblante fechado do ministro da Casa Civil Darcy Ribeiro – que aproveitava as pausas no discurso para sussurrar observações e frases feitas ao pé do ouvido de Goulart. Mas o presidente não hesitou em abordar temas polêmicos. Falou da encampação das refinarias particulares, da reforma universitária que eliminaria as cátedras vitalícias, e da reforma eleitoral que permitiria o voto aos analfabetos. Também teve coragem para dar destaque ao tema da reforma agrária. “Sei das reações que nos esperam”, admitiu, “mas estou tranquilo, acima de tudo porque sei que o povo brasileiro já está amadurecido, já tem consciência de sua força e de sua unidade, e não faltará com o seu apoio às medidas de sentido popular e nacionalista.”

Uma onda de euforia tomou conta da multidão formada por 200 mil pessoas. O Comício das Reformas ficou marcado como um dos momentos mais expressivos daquele governo. Mas significou também um ponto sem volta no processo de crise política que, em poucos dias, resultaria no golpe e na deposição de João Goulart da Presidência da República.



São Paulo, 19 de março de 1964.
Fotógrafo desconhecido. CPDoc JB

19 de março de 1964 | Manifestantes estendem faixas durante a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, na região central de São Paulo | Danilo Araujo Marques

No dia 19 de março de 1964 – dia de São José, padroeiro da família –, uma passeata no centro de São Paulo mobilizou parcela significativa da sociedade contra o governo de João Goulart. Organizada principalmente por associações femininas conservadoras como a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) e a União Cívica Feminina, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade contou com o apoio estratégico do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). O objetivo era claro: protestar contra o comício da Central do Brasil – ocorrido no dia 13 de março – e chamar a atenção para o modo como as Reformas de Base indicavam uma “ameaça de revolução comunista” no país.

Exibindo rosários e entoando preces, mulheres católicas puxaram uma multidão de cerca de 800 mil pessoas, que percorreu o trajeto entre a Praça da República até a Praça da Sé. Em favor dos valores tradicionais de família e propriedade, faixas e cartazes espalhados pela multidão expressavam uma retórica anticomunista sem peias: “Verde e amarelo, sem foice nem martelo”, “Vermelho bom, só batom” e “O Brasil não será uma nova Cuba”.

A ideia surgiu quando uma freira paulista, a irmã Ana de Lourdes, sentiu que o presidente havia atacado a sua fé no discurso feito na Central do Brasil.

“Não é com rosários que se combatem as reformas”, teria dito. A partir de então, reuniões de líderes e organizações conservadoras – como a Sociedade Rural Brasileira e a Fraterna Amizade Urbana e Rural – rapidamente desembocaram na passeata. Uma mobilização intensa que, em menos de uma semana, gerou uma adesão massiva na cidade de São Paulo.

As esquerdas subestimaram a marcha. Para muitos, não passava da expressão histórica de um fervor religioso típico da classe média. No entanto, a manifestação revelou uma frente de oposição significativa e diversa, unida pela defesa da fé cristã e pelo temor ao comunismo. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi muito mais do que um simples protesto. Ela escancarou uma larga fatia da sociedade disposta a ir para rua e exigir a derrubada de João Goulart da Presidência da República.



São Paulo, 19 de março de 1964.

Foto de Domicio Pinheiro. Estadão Conteúdo / Wikimedia Commons

19 de março de 1964 | Mulheres tomam a frente da Marcha da Família com Deus pela Liberdade | Danilo Araujo Marques

Liderada por associações femininas que vinham atuando desde 1961, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi um evento que lotou o centro de São Paulo no dia 19 de março de 1964. E fortaleceu ainda mais a oposição ao governo do presidente João Goulart. Afinal, o principal objetivo da passeata era funcionar como uma resposta da sociedade ao comício da Central do Brasil – ocorrido há menos de uma semana no centro do Rio de Janeiro e percebido como a prova da temida ameaça comunista no Brasil.

Politicamente organizadas, mulheres conservadoras foram fundamentais na convocação e coordenação da marcha. Um exemplo disso foi dona Leonor Mendes de Barros – esposa do governador de São Paulo, Ademar de Barros –, que usou sua posição de destaque para conseguir apoio. A mobilização aconteceu através de panfletagem, redes de telefonemas e reuniões organizadas por entidades como a União Cívica Feminina de São Paulo (UCF-SP). Lideranças como Regina Figueiredo Silveira e Acyr Guisard, presidente e vice-presidente da UCF, chegaram a viajar pelo país para fomentar outras marchas, demonstrando capacidade de articulação e influência.

No cenário da marcha de São Paulo, símbolos religiosos foram largamente utilizados para agi-

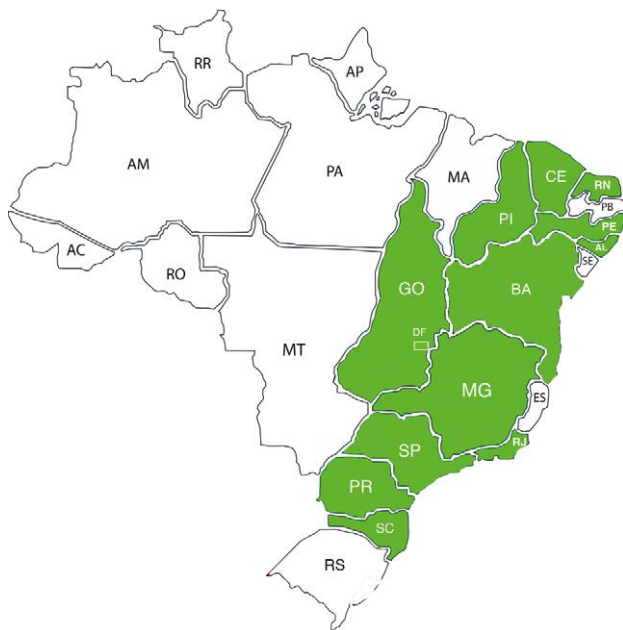
tar os manifestantes. A oração e o rosário serviram como armas para expurgar o fantasma do ateísmo comunista, reforçando a ideia de que a defesa da fé e da família seriam centrais na batalha contra as ameaças revolucionárias aos valores tradicionais no Brasil. “Deus, pátria e família” foi o lema a unificar a multidão que saiu para a rua naquela tarde de quinta-feira

A participação das mulheres na Marcha da Família com Deus pela Liberdade revelou a capacidade de mobilização e liderança femininas dentro do movimento conservador. Elas não apenas organizaram a que foi apenas a primeira de outras passeatas, mas também moldaram a narrativa de defesa da pátria, da família e da fé, colocando-se no papel de guardiãs da moralidade e da ordem contra o avanço do comunismo. Protagonismo que foi vital para o sucesso da marcha e para a consolidação do apoio popular ao golpe de 1964.

Marcha da Família com Deus pela Liberdade

Convidam-se as mulheres de São Paulo, de todos os credos e de tôdas as nacionalidades, para participarem da MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE, que terá início às 16 horas, do dia 19 de março, dia do Padroeiro da Família, saindo da Praça da República para a Praça da Sé.

Anúncio da Marcha da Família com Deus pela Liberdade publicado nos principais jornais de São Paulo em março de 1964



Mapa do Brasil com indicação dos estados onde ocorreram Marchas da Família com Deus pela Liberdade entre março e junho de 1964

Março-Junho de 1964 | **As Marchas da Família com Deus pela Liberdade pelo Brasil** | *Danilo Araujo Marques*

As Marchas da Família com Deus pela Liberdade surgiram como reação ao medo do comunismo e ao desejo de preservar os valores tradicionais da família brasileira frente ao imaginário de um ateísmo revolucionário. Organizadas principalmente por setores conservadores da sociedade, incluindo a Igreja Católica, militares, empresários e a classe média, as marchas ganharam grande adesão popular e reforçaram o aumento da insatisfação com o governo do presidente João Goulart.

O movimento começou no centro de São Paulo, no dia 19 de março de 1964, com uma manifestação que atraiu cerca de 800 mil pessoas. O evento inspirou a realização de passeatas semelhantes em diferentes estados do Brasil, conquistou alcance nacional e se espalhou para capitais como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife. Cada qual com o acento de organizações políticas locais, mas todas elas lideradas por mulheres e reunindo multidões de participantes que portavam cartazes, rosários e marchavam pelas ruas sob um mesmo slogan: “Deus, pátria e família”. Entre março e junho de 1964, ocorreram sessenta e nove passeatas como a do dia 19 de março.

O sucesso das marchas pode ser atribuído à organização eficaz e ao uso estratégico da imprensa. Além disso, o apoio financeiro das elites locais e o

simbólico da Igreja católica conferiu legitimidade às manifestações, permitindo a ampliação do seu impacto. Tudo isso fez que as passeatas galvanizassem o apoio de uma larga parcela da sociedade à deposição do presidente João Goulart.

Muito bem orquestradas e espalhadas pelo Brasil, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade obtiveram grande sucesso. Elas não apenas mobilizaram a opinião pública contra o governo de Goulart, mas também forneceram uma plataforma para a articulação de forças políticas e militares articuladas no golpe de 31 de março de 1964. O alcance nacional demonstrou a capacidade de organização e mobilização das forças conservadoras, que conseguiram unificar diferentes regiões do país em torno de uma causa comum.



Rio de Janeiro, 24 de março de 1964. | Fotografia desconhecida. Agência O Globo

24 de março de 1964 | Reunião de preparação da Marcha da Família com Deus pela Liberdade na sede da CAMDE no Rio de Janeiro | *Isabella Souza*

Após o Comício da Central do Brasil, grupos de oposição a João Goulart intensificaram seus esforços para desestabilizar o governo. Em 24 de março de 1964, as mulheres da Campanha da Mulher Democrata (CAMDE), uma das principais organizações femininas engajadas na promoção de ações políticas contra as esquerdas, reuniram-se para organizar a versão carioca da Marcha da Família com Deus pela Liberdade – que já estava com data marcada: 2 de abril de 1964.

Sob a liderança de Amélia Molina Bastos – escolhida como uma das dez personalidades do ano de 1964 pelo jornal *O Globo* –, a CAMDE influenciava organizações similares em outras regiões do Brasil e promovia a cooperação entre todas elas. Defendendo a bandeira da mãe e da esposa dedicada e da dona de casa exemplar, essas mulheres se uniram em um movimento que se dizia defensor da “ordem” e da “moral”, através da intervenção militar e do apelo religioso.

Em reunião realizada no dia 24 de março de 1964 na sede da entidade – a Casa Nossa Senhora da Paz, em Ipanema –, ficaram definidos todos os detalhes para a realização da marcha. Muito material de propaganda do evento também foi produzido. Em certos momentos, alguns discursos chegaram a

acirrar os ânimos e alertaram sobre a possibilidade de ações de sabotagem, como o bloqueio de vias e vandalização de meios de transporte. O quórum de mulheres interessadas no encontro foi tão grande que o salão rapidamente atingiu sua lotação máxima e o público excedente se acomodou nos corredores para não perder uma vírgula das informações.

Com data, hora e local definidos, era urgente garantir a presença do público. As mulheres da CAMDE passaram a promover apelos na imprensa para solicitar suporte logístico à passeata. E a estratégia deu certo. A organização conseguiu apoio para a realização e a disponibilização de veículos para o transporte dos manifestantes. Muitas mulheres se voluntariaram para distribuir convites da campanha nas portas de fábricas, escolas, empresas e sindicatos. E o espaço que conseguiram nos meios de comunicação acabou sendo essencial para a criação de uma identidade visual do evento: para compor a paisagem da marcha, faixas, velas, rosários, bandeiras do Brasil e uma infinidade de fitas verde-amarelas foram solicitados pela organização.



Rio de Janeiro, 25 de março de 1964.

Fotógrafo desconhecido. Fundo Correio da Manhã / Arquivo Nacional

Naquela quarta-feira, 25 de março de 1964, cerca de 2 mil marinheiros se encontraram no Palácio do Aço, sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, para celebrar os 2 anos da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB). Prestigiada entre os marujos, a Associação não era bem-vista pelo alto comando das Forças Armadas. Tudo porque, na prática, ela funcionava como uma espécie de sindicato dos marinheiros – algo expressamente proibido pelas Forças Armadas. Sem contar o apoio explícito deles às Reformas de Base do presidente João Goulart.

Foi por isso que, 4 dias antes, o ministro da Marinha, almirante Sílvio Mota, havia dado ordens explícitas para que o evento fosse suspenso. Em vão. As comemorações não só aconteceram, mas serviram de palanque para reivindicações como melhoria da comida servida nos navios e alterações no código disciplinar. Tudo isso na presença de convidados como o deputado federal Leonel Briozola (PTB-RJ) – aliado de primeira hora de Jango e um dos porta-vozes das Reformas de Base – e João Cândido, o “Almirante Negro”, líder da Revolta da Chibata de 1910 – símbolo de resistência para a marujada e da mais desabrida insubordinação para o alto comando.

O discurso de José Anselmo dos Santos, o Cabo Anselmo – que, anos depois, se tornaria o informante mais conhecido da ditadura militar –, deu bem o tom político das manifestações: “quem tenta subverter a ordem não são os marinheiros, os soldados, os fuzileiros, os sargentos e os oficiais nacionalistas, como também não são os operários, os camponeses e os estudantes. A verdade deve ser dita: quem, neste país, tenta subverter a ordem são os aliados das forças ocultas, que levaram um presidente ao suicídio, outro à renúncia, e tentaram impedir a posse de Jango e agora impedem a realização das Reformas de Base”.

Diante de declarado ato de desobediência, o ministro da Marinha ordenou a prisão imediata dos organizadores. Em reação, os marinheiros cruzaram os braços e se recusaram a abandonar a sede do Sindicato dos Metalúrgicos. A crise estava instalada. Envolvia apoiadores do governo e a cúpula das Forças Armadas – e estava longe de acabar.



Rio de Janeiro, 26 de março de 1964.

Fotógrafo desconhecido. Fundo Correio da Manhã / Arquivo Nacional

26 de março de 1964 | Fuzileiros Navais depõem armas e aderem ao motim dos marinheiros | Danilo Araujo Marques

No dia 25 de março de 1964, os líderes da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) desacataram a ordem do almirante Sílvio Mota, ministro da Marinha, e mantiveram as comemorações pelos 2 anos de criação da organização. E fizeram isso sabendo muito bem o sentido político da decisão. Tratava-se de marcar posição em favor das reivindicações por melhoria nas condições dos marujos a bordo nos navios. Mas, para a oficialidade, aquilo não passava da mais atrevida insubordinação. Um ato de indisciplina, diante da proibição de qualquer organização sindical no interior das Forças Armadas.

O almirante Mota enviou um destacamento de fuzileiros navais para o Palácio de Aço, sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, no bairro São Cristóvão, onde os marinheiros estavam reunidos. O objetivo era prender os organizadores em uma ação rápida. Só que, para surpresa de todos, assim que chegaram ao local, os fuzileiros navais depuseram as suas armas e capacetes e se juntaram aos marinheiros – a cena foi registrada pelo fotógrafo do *Correio da Manhã*. Tudo com o aval do comandante da tropa, almirante Cândido Aragão, que logo recebeu ordem de prisão e foi afastado do cargo. Feita a adesão, começava ali a ocupação do Palácio do Aço e a revolta dos marinheiros.

A tensão aumentou no dia seguinte, quando o prédio do Sindicato dos Metalúrgicos foi cercado por 500 soldados. Enquanto aguardavam ordens para invadir e efetuar as prisões, o presidente João Goulart interveio e proibiu qualquer movimentação. E foi além: através de seu ministro do Trabalho, Amauri Silva, fechou um acordo direto com os marinheiros para desmobilizar a ocupação. O combinado era que saíam dali e se apresentariam ao I Batalhão de Guardas do Exército em São Cristóvão, como garantia de que não sofreriam nenhum tipo de represália dos oficiais da Marinha.

Desmoralizado, o almirante Sílvio Mota deixou o cargo de ministro da Marinha e engrossou o coro dos oficiais descontentes com o presidente João Goulart.



Revista O Cruzeiro, 18 de abril de 1964, ed. 28.

Fotógrafo desconhecido. Hemeroteca Digital / Fundação Biblioteca Nacional

A ocupação dos marinheiros na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, iniciada em 25 de março de 1964, chegava ao seu terceiro dia em uma Sexta-Feira da Paixão. Naquela semana, o presidente João Goulart passava uma temporada em São Borja, sua terra natal no Rio Grande do Sul. Porém, após os marujos insistirem em desobedecer às ordens do ministro da Marinha, Sílvio Mota, e permanecerem no sindicato, Jango retornou às pressas para o Rio de Janeiro.

O presidente chegou logo na madrugada do dia 27 de março. Assim que tomou pé da situação, nomeou um novo ministro – o almirante Paulo Márcio Rodrigues, militar de esquerda e homem de confiança do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) –, e optou por uma medida que acirrou ainda mais os ânimos entre a oficialidade das Forças Armadas. Desmobilizada a ocupação logo no fim da manhã, os marinheiros não apenas foram enviados ao I Batalhão de Guardas do Exército para evitar qualquer retaliação da Marinha, mas, poucas horas depois, foram postos em liberdade e anistiados. Foi reconduzido ao posto o almirante Cândido Aragão – comandante preso dois dias antes por permitir a adesão das tropas de fuzileiros navais enviadas para desmobilizar o motim.

Eufóricos com o resultado da mobilização, os marinheiros marcharam pelo centro do Rio de Janeiro. Seguiram pela Avenida Rio Branco em direção à Igreja da Candelária. O clima era de celebração. Aos gritos de “Viva Jango” e “Viva o almirante Aragão”, a marujada passou em frente ao Ministério da Guerra. Das janelas do Palácio Duque de Caxias, a oficialidade assistia atônita à festa dos insubordinados – e viam tudo como uma provocação direta. A interpretação era uma só: o alto comando da Marinha havia sido publicamente desmoralizado pela quebra dos princípios de disciplina e hierarquia. E pior: sob aprovação direta do presidente da República. O *Jornal do Brasil* interpretou o episódio como a gota d’água de um processo revolucionário. Em editorial, afirmou que “o estado de direito submergiu no Brasil”. A saída pela intervenção militar parecia cada vez mais próxima.



Governador Valadares, Minas Gerais, 1964.

Fotógrafo desconhecido. Centro Sérgio
Buarque de Holanda, CSBH / FPA

30 de março de 1964 | Francisco Raimundo da Paixão discursa em frente ao Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura de Governador Valadares, Minas Gerais | *Cauã Zenha*

Em 1964, Francisco Raimundo da Paixão, conhecido como Chicão, organizava as reuniões do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade de Governador Valadares (MG) na sua sapataria, localizada no bairro Santa Terezinha. O local se tornou o principal centro de resistência contra os desmandos de latifundiários da região, representando um ponto de encontro das demandas de grande parte da população local.

Desde o fim de 1963, com o programa de Reformas de Base de João Goulart e o debate sobre a reforma agrária, a disputa pela terra se tornou um problema público em Governador Valadares. Mais de 13 mil famílias viviam em favelas ou nas ruas, muitas delas expulsas das lavouras por grileiros com o apoio da polícia e de juízes locais. O sindicato, fundado por Chicão, recebeu apoio de trabalhadores rurais e urbanos e chegou a contar com cerca de dois mil membros no início de 1964, sob o lema: “Reforma Agrária na lei ou na marra”.

Os sindicalizados planejavam a ocupação de diversas propriedades, como a Fazenda do Ministério, que pertencia ao Estado e estava abandonada. Os ruralistas reagiram com propagandas que amedrontavam a população, alegando que, após as terras dos fazendeiros, os trabalhadores invadiriam estabele-

cimentos comerciais e residências. O governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, sugeriu a João Goulart a desapropriação da Fazenda do Ministério, o que foi aceito. A entrega da fazenda seria realizada no dia 31 de março de 1964, acompanhada de um comício organizado pelo sindicato.

No entanto, apreensivos com os rumores de invasões de terras em municípios vizinhos, no dia 30 de março de 1964 os proprietários rurais da região impediram a realização do evento, promovendo um tiroteio contra a sede sindical. Os trabalhadores rurais reagiram, resultando na morte do genro do coronel Pedro Ferreira Pascoal Souza Lima, atingido por uma bala na cabeça. A esposa de Chicão e sua filha de cinco anos também ficaram feridas.



Belém, Pará. Jornal *O Dia*, 30 de março de 1964, edição 751.

Biblioteca Pública Arthur Vianna / Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves, CENTUR

30 de março de 1964 | Invasão dos “lenços brancos” em evento de estudantes na capital do Pará | *Marcela Telles*

A abertura do II Seminário Latino-Americano de Reforma do Ensino Superior (SLARDES) estava prevista para acontecer no auditório da antiga Faculdade de Odontologia, na Praça Batista Campos, em Belém, capital do estado do Pará. O objetivo era reunir estudantes de diferentes países da América Latina em torno de uma mesma demanda: a Reforma Universitária. A democratização de um ensino superior gratuito, acessível aos trabalhadores e a gestão compartilhada entre professores, estudantes e egressos partiu da Argentina, com a publicação do “Manifesto de La Federación Universitaria de Córdoba”, em 1918. A luta contra o “el derecho divino del profesorado universitario” derramou para países como Chile, Peru, México, Uruguai, Bolívia, Paraguai, Colômbia, Cuba. Demorou algumas décadas até o debate se instalar entre os universitários brasileiros, mas a partir de 1960, com a realização do I SLARDES, em Salvador, subiu para o topo da pauta do movimento estudantil nacional. Ora, o presidente João Goulart havia contemplado a Reforma Universitária entre as Reformas de Base anunciadas no comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, há poucos dias da abertura do seminário e as apostas favoráveis à alteração efetiva do Ensino Superior eram altas.

Promovido pela União Acadêmica Paraense (UAP), entidade ligada a União Nacional dos Estudantes (UNE), o evento contou com representantes da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), do reitorado da Universidade do Pará e da Prefeitura de Belém. Pedro Galvão de Lima, presidente da UAP, membros da União Internacional dos Estudantes (UIE) e da UNE abriam o evento quando foram interrompidos por cerca de uma dezena de estudantes que, aos berros de “termina essa reunião!”, irromperam auditório adentro. Usando camisas brancas e lenços da mesma cor, em volta do pescoço, misturaram-se ao público – muitos acompanhados por seus pais –, e começaram um tumulto que desandou em pancadaria. A invasão era para ser uma ação coordenada entre os “lenços brancos” e a Polícia Militar. Mas, afoitos, os invasores deflagraram a ação antes da chegada dos oficiais. Quando o coronel da Polícia Militar Iran Loureiro estacionou em frente a faculdade, já desceu da caminhonete proferindo ameaças e alertando a plenos pulmões “que isso aqui não é a Rússia.” Os ânimos se arrefeceram somente quando alguns participantes do Seminário convenceram os “lenços brancos” a permanecerem e tomarem a palavra em um debate – como deve ser – democrático.



Rio de Janeiro, 30 de março de 1964. | Fotógrafo desconhecido. Agência O Globo

“Presidente, tudo pronto, o esquema já entrou em execução”. Este foi o comunicado do general Assis Brasil, chefe da Casa Militar, a João Goulart, enquanto este aguardava para se deslocar até a sede do Automóvel Clube, no centro do Rio. Lá, o presidente seria homenageado na comemoração dos 40 anos da Associação de Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar. Mas o clima de tensão era inegável. Momentos antes, ainda no Palácio das Laranjeiras, o deputado udenista Tenório Cavalcanti teria agarrado Jango pelo braço para tentar impedi-lo de ir ao encontro. Dizia que os inimigos do presidente estariam de prontidão para explorar o desrespeito à hierarquia militar e que o Estado-Maior do Exército, chefiado pelo general Castello Branco, havia dado ordens aos comandantes para deixar a tropa em estado de prontidão.

Apesar dos alertas de amigos e conselheiros, Jango parecia acreditar ter respaldo do chamado “dispositivo militar” – política atribuída ao general Assis Brasil que consistia na nomeação de oficiais confiáveis para comandos estratégicos. Em razão disso, dirigiu-se ao Automóvel Clube, onde era aguardado por um público de aproximadamente duas mil pessoas. Na plateia, composta em sua maioria por sargentos, suboficiais e seus familiares, encontravam-se ministros civis, os três coman-

dantes das Forças Armadas e muitos marinheiros, cabos e fuzileiros navais. O caldo estava prestes a entornar.

Lideranças civis e militares se alternaram no microfone naquela noite, a exemplo de Abelardo Jurema, ministro da Justiça, e do cabo Anselmo, líder da recente revolta dos marinheiros. O clima no auditório era de festa, como avaliou Jurema, “tudo tinha o calor e o aspecto de uma marcha para a vitória”. Às 22h começou o discurso mais aguardado, Goulart assumiu o microfone. Em um discurso improvisado, onde aparentava estar fora de si, o presidente alegava que não era um comunista, e sim um nacionalista. Durante aproximadamente uma hora e meia, abordou tópicos espinhosos como as reformas de base, o uso político da religião e sobretudo a crise militar. Ali, Jango disse suas últimas palavras públicas como presidente, a poucas horas das primeiras movimentações militares para o golpe, ainda madrugada do dia 31 de março de 1964.



Rio de Janeiro, 30 de março de 1964. | Fotografia desconhecida. Agência O Globo

30 de março de 1964 | Presidente João Goulart discursa no Automóvel Clube | *Álvaro Camara de Pádua*

O público que compareceu ao Automóvel Clube naquele 30 de março de 1964 encontrou um João Goulart irreconhecível. Conhecido por sua oratória segura e um certo carisma, o presidente tinha um semblante carregado e aparentava estar fora de si. O que poucos sabiam é que momentos antes de sua chegada ao evento, ainda no Palácio das Laranjeiras, muitos aliados, como o amigo e deputado Tancredo Neves, haviam tentado convencer Goulart a não comparecer ao evento. A desconfiança decorria do clima de tensão que pairava no ar, causada sobretudo pela anistia presidencial concedida dias antes aos marinheiros amotinados na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro.

“Três discursos foram redigidos para a ocasião e o escolhido foi o de autoria do comunista Luís Carlos Prestes. Com algumas adaptações feitas pelo cunhado, Naio Lopes de Almeida, Jango seguiu rumo ao evento. Todos se assustaram quando o presidente, sob efeito da mistura de Pervitin - composto à base de metanfetamina conhecido por reduzir o estresse e estimular a confiança - com whisky, passou a improvisar, proferindo palavras duras e gesticulando de forma agressiva. O presidente denunciava o uso da religião por parte de alguns “inimigos da democracia” que estariam subvertendo a fé cristã por interesses políticos através de eventos públicos

de massa, a exemplo das “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” e da “Cruzada do Rosário em Família”.

A tensão chegou ao seu ápice quando Goulart se posicionou frente ao tema mais aguardado da noite: a crise militar. Ao elencar os sargentos como “um dos alicerces na nossa estrutura militar”, Jango apelou para que continuassem unidos e firmes em uma “disciplina consciente, fundada no respeito recíproco entre comandantes e comandados”. A declaração causou a ira da oficialidade, que acreditava que os princípios de disciplina e hierarquia deveriam ser pautados sob a máxima do “manda quem pode, obedece quem tem juízo”.

Ao final do discurso, o sentimento geral era de perplexidade. O deputado federal Ernâni do Amaral Peixoto, genro de Getúlio Vargas e um respeitado cacique do Partido Social Democrático (PSD), assistiu a tudo pela televisão e sentenciou: “O Jango não é mais presidente da República [...] nesta hora tenho certeza que sua deposição já está decidida pelos militares”.

MINISTÉRIO DA GUERRA
PRIMEIRO EXÉRCITO
4ª R M - 4ª D I
INFANTARIA DIVISIONÁRIA/4
AJUDÂNCIA GERAL

Quartel General em Belo Horizonte
31 de março de 1964.

= N.º 178 =

= TERÇA - FEIRA =

= BOL. T. DA XD/4 N.º 58 =

= PARA CONHECIMENTO E DEBIDA EXECUÇÃO, PELA XD/4 E POR ESTA GUARNIÇÃO,
PUBLICO O SEGUINTE:-

1ª PARTE:-

= SERVIÇOS DIÁRIOS =

I - SERVIÇO PARA O DIA 1º DE ABRIL DE 1964 - QUARTA - FEIRA:-

a) - Serviço Externo:-

- Patrulha Mista:- 1 Sargento do 12º RI;

b) - Serviço Interno:-

- Comandante da Guarda:- Sgt EVERALDO, do QG;

- Guarda do QG:- 1 Cabo e 3 Soldados do 12º RI.

2ª PARTE:-

= INSTRUÇÃO =

I - REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO DE 1964 - MOVIMENTO REDENTOR:-

1 - A partir do comício de 13 do corrente tornou-se patente que o presidente da República tomara, afinal, em caráter definitivo, a decisão de mudar, pela violência, o sistema político brasileiro, consubstanciado na Constituição de 1946, levado por, ou organizando, um ambiente falso, em desacordo com as aspirações da quasi totalidade do povo e, particularmente, das Forças Armadas de nosso País. A situação nacional, de crise em crise, sempre forjada do alto, vinha se agravando, sendo motivo de atenta observação a campanha sediciosa desencadeada, através da rádio Mayrink Veiga, pelo Deputado Leonel Brizolla, juntamente com organismos irregulares de agitadores infiltrados no meio sindical, os verdadeiros ministros do Sr João Goulart. Não é necessário por em evidência o clima vivido pela população Brasileira, presa de verdadeiro pânico, nos últimos tempos; tão inequívocas as manifestações diárias desses elementos, já de tal forma seguros do sucesso, que nem mesmo buscavam mascarar seus desígnios. Entretanto, a ofensa aos textos legais gera, por si mesma, situações inesperadas, que modificam inteiramente os planos mais bem urdidos, e, quasi sempre, vão além dos objetivos iniciais e passam a conduzir os acontecimentos, superando suas origens e desnortando seus criadores. Foi o que se deu. A campanha de subversão, visando dividir horizontalmente as F.A., buscando lançar os Sargentos contra os Oficiais, iria anteceder-se na Marinha, onde Cabos e Marinheiros, que por serem profissionais consti-

Ordem do dia do golpe, 31 de março de 1964.

Acervo Projeto República / UFMG

Desde que o samba é samba várias foram as tentativas de golpe no Brasil. Os personagens até se repetem às vezes. Entretanto, nenhum foi tão bem-sucedido em iniciar movimentos de derrubada democrática quanto o general Olympio Mourão Filho. Em agosto de 1937, por exemplo, o então capitão foi encarregado por Plínio Salgado, uma das principais lideranças da Ação Integralista Brasileira, de elaborar um plano fictício que simularia uma insurreição comunista contra o governo Getúlio Vargas. O capitão Mourão caprichou tanto na ficção que o Plano Cohen, como ficou conhecido, reacendeu na população o medo da “ameaça vermelha” – ocasionado pelo Levante Comunista de 1935 – e deu as bases para o golpe do Estado Novo de Vargas.

Passados 26 anos desde sua participação no golpe de 1937, agora sob a divisa de general, Mourão passou a articular a derrubada de João Goulart. Primeiro em Santa Maria enquanto comandava a 3ª Divisão de Infantaria, e mais tarde no comando da 2ª Região Militar do II Exército, em São Paulo. Em suas memórias o general se intitulava “Chefe Militar da Revolução”, o que ele não sabia é que fazia apenas o papel de um peão no jogo desempenhado por governadores, empresários e generais do escalão superior.

Transferido para o comando da 4ª Região Militar em Juiz de Fora em setembro de 1963, Mourão tratou de procurar o governador Magalhães Pinto e o general Guedes, seu subordinado, para apresentar a sua “Operação Popeye”. No entanto, as opiniões divergiam: enquanto Mourão acreditava em um ataque surpresa à Guanabara, Guedes pensava que primeiro era preciso defender as divisas de Minas Gerais, pensamento corroborado pelo governador. Os meses passaram e Mourão estava cada vez mais impaciente. O discurso de Jango no Automóvel Clube na noite de 30 de março de 1964 foi a gota d’água.

Logo na madrugada do dia 31, o general pôs em marcha as tropas juiz-foranas em direção ao Rio de Janeiro. Ao voltar para casa, avisou às demais lideranças golpistas das movimentações surpresa e foi dormir. Ao general Guedes, restou apenas obedecer à ordem do superior. Redigiu um boletim interno “saudando a revolução” e ordenando o deslocamento de seus subordinados para fornecer cobertura ao destacamento de Mourão. O golpe oficialmente estava na rua.



Revista *Manchete*, “Edição Histórica”, abril de 1964, ed. 265.

Fotógrafo desconhecido. Hemeroteca Digital / Fundação Biblioteca Nacional

31 de março de 1964 | Tropas sob o comando do General Olympio Mourão Filho saem de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro | *Álvaro Camara de Pádua*

O dia 31 de março começou mais cedo para os militares da 4ª Região Militar. Aquartelados no número 1180 da rua Mariano Procópio em Juiz de Fora, no prédio que um dia abrigou a Família Imperial, 2700 homens – entre oficiais, soldados e policiais militares – do chamado “Destacamento Tiradentes”, receberam a ordem de romper marcha em direção ao Rio de Janeiro.

A intenção do comandante, general Olympio Mourão Filho, era de acender o pavio da rebelião, causando assim uma desordem institucional que possibilitaria uma intervenção das Forças Armadas. Enquanto as tropas se deslocavam, o comandante tratou de divulgar seu “Manifesto à Nação e às Forças Armadas” onde se declarava oficialmente rebelado contra o governo João Goulart e instituiu um estado de guerra em Minas Gerais.

A verdade é que a tropa de Mourão não possuía munição suficiente e nem treinamento para ação de combate em terreno aberto, caso ocorresse um embate surpresa o destacamento não teria chance alguma. Passados 40 quilômetros do “marco zero revolucionário”, estacionaram na divisa mineira, nas proximidades da cidade fluminense de Areal. A descida pela estrada União e Indústria contribuiu para o caráter espetacular da incursão em razão de

sua largura estreita e de suas curvas, o que fez com que os jipes, ônibus e caminhões que transportavam a tropa e os carros de combate tivessem que trafegar em velocidade reduzida.

Assim que a notícia da rebelião chegou ao governo no Rio, o general Assis Brasil ordenou que o I Exército se mobilizasse para conter o movimento e exigir a rendição de Mourão. O que eles não imaginavam é que grande parte da oficialidade e dos soldados não estava disposta a morrer pela democracia e por isso se juntaram aos golpistas. O general Cunha de Mello, militar legalista encarregado do comando das tropas governistas, ainda tentou organizar uma resistência fechando a estrada para o Rio de Janeiro. No entanto, já era tarde demais, o I Exército já estava rachado e não apresentava mais condições de reação ao golpe.



Revista *Manchete*, “Edição Histórica”, abril de 1964, ed. 265.
Fotógrafo desconhecido. Hemeroteca Digital / Fundação Biblioteca Nacional

31 de março de 1964 | Batalhão de voluntários em Belo Horizonte, no colégio Pandiá Calógeras | *Francis Duarte*

Em 31 de março de 1964, enquanto militares insurgentes de Juiz de Fora rumavam para o Rio de Janeiro com o objetivo de depor o presidente João Goulart, muitos moradores de Belo Horizonte, seguiam com sua rotina diária. Havia muita expectativa. Magalhães Pinto, o então governador mineiro, não escondia de ninguém seu desejo de seguir o caminho de alguns de seus antecessores: passar do Palácio da Liberdade para o Palácio do Planalto. Suas ações eram acompanhadas de perto por jornalistas, políticos e militares, conscientes de que o desenrolar dos fatos em Minas Gerais e as decisões do governador poderiam influir nos próximos passos do golpe.

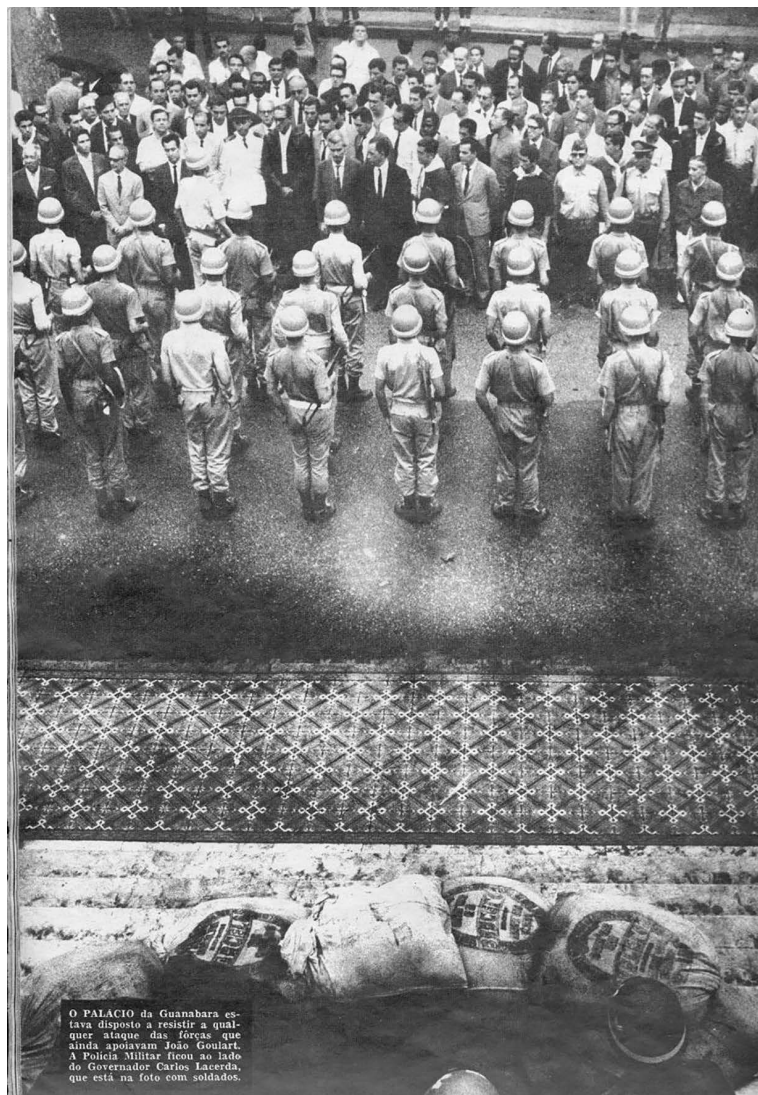
Ao redor do Grupo Escolar Pandiá Calógeras, no bairro Santo Agostinho, um hiato foi aberto no mais-do-mesmo da cidade. Uma fila havia começado no início da manhã e, ao longo do dia, não parou de crescer. Formada em sua maioria por homens de todas as idades, classes e cores – como estudantes universitários, operários e oficiais da reserva –, passou a contar também com algumas mulheres dispostas a enfrentar a espera, em pé sob o sol.

Por trás dos muros, o Grupo Escolar havia se transformado em uma espécie de Quartel-General. Um centro de recrutamento para um “batalhão de voluntários” civis, supervisionados por oficiais

da Polícia Militar e do Exército. Na manhã do dia seguinte, cerca de dez mil pessoas já haviam sido registradas.

Liderados pelos generais Lopes Bragança e João Manuel de Faria, esses grupos armados foram criados com o propósito de auxiliar as ações dos militares que aderiram ao golpe. Receberam treinamento militar e armas – inclusive metralhadoras. Deveriam prender os considerados “esquerdistas” e “comunistas”, reprimir possíveis resistências. As ações incluíam depredar a redação de jornais – como o desabusado e crítico Binômio, criado pelo jornalista José Maria Rabelo –, sedes de sindicatos e movimentos estudantis secundaristas e universitários. A violência chegou até ao Convento dos Frades Dominicanos – para a revolta de quem apoiava o golpe.

Tal como outros grupos paramilitares ao longo da história, os mineiros em 1964 tinham sua própria forma de identificação: tratavam-se como “patriotas” e portavam bracheadeiras nas cores verde e amarelo. Alguns ainda utilizavam um triângulo verde, símbolo da bandeira dos conjurados de Vila Rica no século XVIII. Tudo isso com uma intenção clara: usar elementos de identidade de grupo para intimidar e reprimir.



O PALÁCIO da Guanabara estava disposto a resistir a qualquer ataque das forças que ainda apoiavam João Goulart. A Polícia Militar ficou ao lado do Governador Carlos Lacerda, que está na foto com soldados.

Revista *Manchete*, “Edição Histórica”, abril de 1964, ed. 265.
Fotógrafo desconhecido. Hemeroteca Digital / Fundação Biblioteca Nacional

31 de março de 1964 | Palácio da Guanabara vira trincheira de guerra | *Anna Carolina Viana*

No final da tarde, em 31 de março de 1964, a cena avistada em frente ao Palácio da Guanabara tinha elementos que remontavam a uma situação de guerra: policiais militares cumpriam a convocação de Carlos Lacerda, à época Governador da Guanabara, que, rodeado de apoiadores, preparava um esquema de defesa para a sede do governo. Lacerda mandou erguer barricadas na entrada do Palácio e ordenou que caminhões de limpeza fechassem as vias que davam acesso ao local. Por volta de 18h30, o governador da Guanabara entrincheirou-se no interior do palácio.

A ação, na verdade, era mais performática do que efetiva: o Palácio não estava sob ataque. É certo que, mais cedo, naquele dia, João Goulart tomou providências diante da movimentação de tropas golpistas que havia se iniciado em Juiz de Fora: ordenou que militares leais ao governo marchassem ao encontro das guarnições lideradas por Olympio Mourão Filho para impedir seu avanço sobre o Rio. Soldados da polícia do Exército foram enviados para cercar o Palácio das Laranjeiras, residência oficial do presidente no Rio, onde estava Jango, e aumentar a sua segurança. Entretanto, nenhuma tropa foi direcionada para o Palácio da Guanabara.

Tratava-se de medir forças com Goulart. Como governador, Lacerda tinha a Polícia Militar do esta-

do da Guanabara sob seu comando e, ao mobilizar o efetivo policial desejava impor seu protagonismo como representante da oposição ao presidente. Além disso, ele estava de olho nas eleições presidenciais de 1965 e acreditava que, assumindo a liderança civil do movimento golpista, aumentaria as suas chances de vencer o pleito pela União Democrática Nacional (UDN). Com a saída das tropas de Juiz de Fora, era preciso estar atento: a outra opção do partido para 1965 era Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, que agora tinha a oportunidade de assumir a vanguarda da movimentação.

Mas Lacerda não deixou por menos. Conseguiu aumentar o clima de beligerância no Rio e chamar para si a atenção da mídia: mesmo sem recrutar voluntários, “centenas de pessoas, dispostas a defender a sede do Executivo carioca”, foram até o Palácio em apoio ao Governador – noticiou a Revista Manchete. Apesar do apoio ao golpe de Estado, os militares não corresponderam às suas expectativas e Lacerda não viveu para ver o país escolher um novo presidente da República. Eleições diretas aconteceriam apenas 25 anos depois.



Revista *O Cruzeiro* (Extra), “Edição Histórica da Revolução”, 10 de abril de 1964.
Fotógrafo desconhecido. Hemeroteca Digital / Fundação Biblioteca Nacional

31 de março de 1964 | Governador Carlos Lacerda se entrincheira no Palácio da Guanabara | *Anna Carolina Viana*

Do interior do Palácio da Guanabara, o governador Carlos Lacerda esbravejava: “o governo da Guanabara está cercado”, mas “disposto a todas as resistências. Abaixo João Goulart!”. Lacerda havia mandado instalar, na entrada do palácio, alto-falantes que faziam sua voz ecoar pelas ruas vizinhas. A expectativa do governador era que as provocações se alastrassem pela cidade e chegassem aos ouvidos de Jango, que havia montado um gabinete de crise no Palácio das Laranjeiras, a menos de um quilômetro dali. Lacerda lançava palavras de ordem contra o governo Goulart e conclamava a população a aderir ao golpe. Em cima de sua mesa, o microfone conectado aos alto-falantes, dois telefones, por onde se comunicava com jornalistas e dava entrevistas, e uma metralhadora de mão.

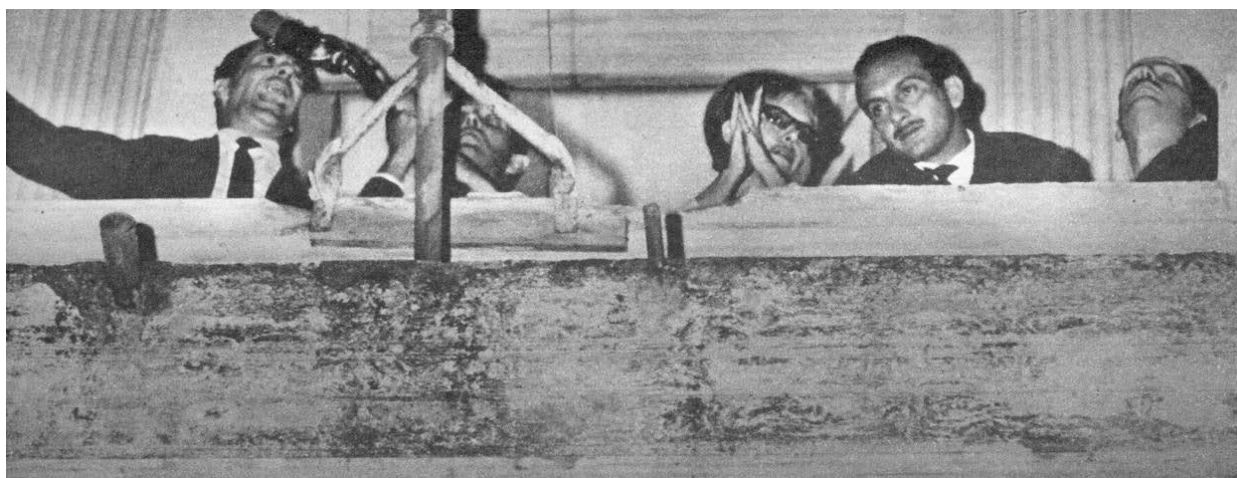
A cena convencia, mas não passava disso: uma cena. Nenhuma ação foi preparada contra Lacerda ou o Palácio da Guanabara. Apesar das recomendações do Chefe da Casa Civil, Darcy Ribeiro, João Goulart se negou a prender o governador. O presidente temia o acirramento do conflito e a sua transformação em uma guerra civil. Assim, Lacerda passou ileso pelo dia 31 de março de 1964 e manteve a fama de “demolidor de presidentes”.

A alcunha fora atribuída em razão de seu estilo

agressivo: não poupava insultos e calúnias contra seus opositores.

Lacerda parecia estar no olho do furacão da política brasileira havia tempo: peça chave na campanha que levou ao suicídio de Getúlio Vargas, tentou impedir as eleições presidenciais de 1955, assim como a posse de Juscelino Kubitschek. Na oposição a Jango, também agiu de modo ferino. Mais cedo naquele ano, por exemplo, após o anúncio das Reformas de Base, declarou: “Goulart está fora da lei”. A manchete estampava o meio da página quatro do Jornal do Brasil que saiu no dia 13 de março. Sem qualquer evidência, acusou Jango de receber a confirmação de apoio militar de Moscou para se tornar ditador.

E não deu trégua. Desacatou o presidente no dia 31 pelos megafones e mentiu sobre estar sendo ameaçado. Suas falas foram transmitidas por estações de rádio no Rio e em São Paulo. Lacerda não saiu do Palácio da Guanabara até que os militares que guardavam o Laranjeiras aderissem ao golpe, já no dia seguinte. Foi apenas então que o governador desmontou o cenário de sua vigília e, com sede de protagonismo, se apressou para ordenar o início de uma caça aos “subversivos” da Guanabara: policiais civis, militares e grupos paramilitares foram acionados para acabar com qualquer foco de resistência ao golpe.



Revista *O Cruzeiro*, 23 de abril de 1964.

Fotógrafo desconhecido. Hemeroteca Digital / Fundação Biblioteca Nacional

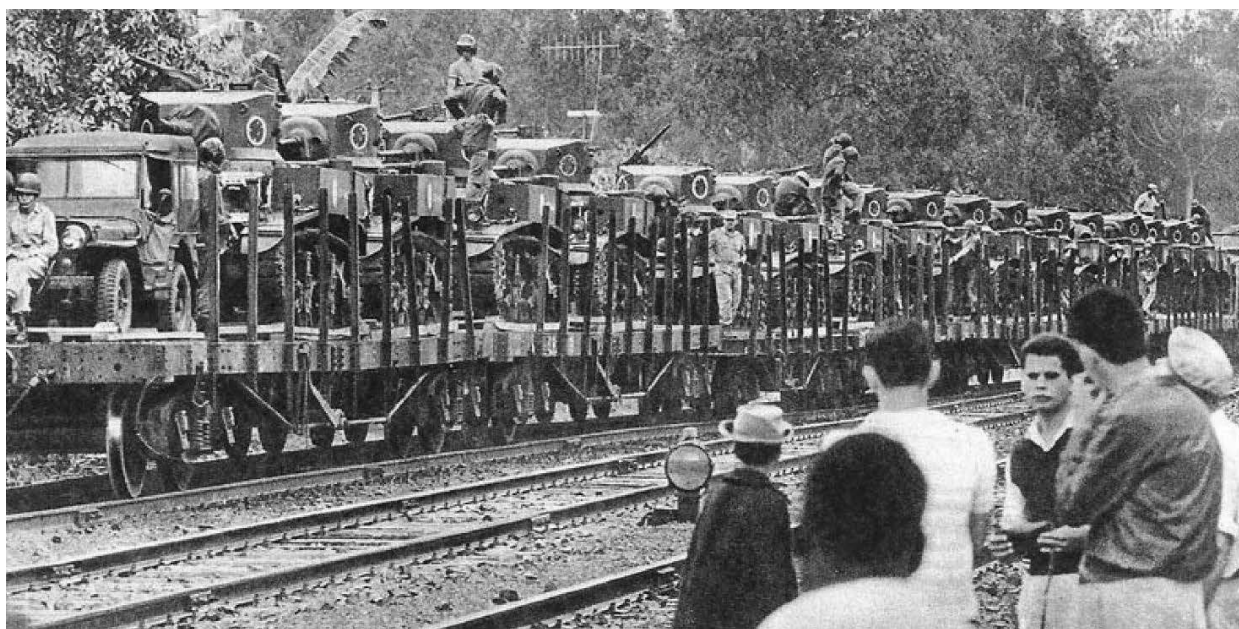
Da sacada da prefeitura de Porto Alegre, Leonel Brizola convocava os rio-grandenses à resistência. O largo diante do edifício estava tomado por uma multidão que apoiava João Goulart. Ao lado de Sereno Chaise, prefeito da capital, Brizola pegou um microfone e pronunciou um discurso, exaltado e agressivo: “Quero pedir a deposição desses militares golpistas. Atenção sargentos do III Exército [...]: O povo de que vocês fazem parte inseparável pede que se levantem, ocupem os quartéis e prendam os generais”. A multidão aplaudia. Brizola comunicava a estratégia de resistência que havia imaginado: os civis deveriam se organizar para aglutinar pessoas para a luta “ao lado das forças legalistas do III Exército”, que reunia as divisões militares da região sul do país.

Ele havia chegado ao Rio Grande do Sul cerca de uma semana antes. Brizola era, à época, deputado federal pela Guanabara, portanto, residia no Rio de Janeiro. O motivo exato que o levou ao sul é difícil de desvendar. Mas, seja qual tenha sido, ele já se encontrava em sua terra natal quando a quartelada saiu de Juiz de Fora em 31 de março. Tão logo soube do início do golpe, apressou-se para articular a resistência. Falou com Goulart, com organizações sindicais, operárias, camponesas e estudantis. Era a hora de pôr o povo na rua para apoiar o presidente e mostrar aos golpistas que o lado legalista tinha força. Os contatos de Brizola deram resultado. Chaise o

apoiou em sua proposta de resistência e ajudou na organização da manifestação. Além dele, o deputado federal pelo Rio Grande do Sul, Paulo Mincarone, também marcou presença nas articulações.

Da sacada, Brizola discursava: “Disseram que Jango havia renunciado, viajando para Brasília e, de lá para o exterior. Quero dizer a vocês que há poucos minutos falei com ele [...]. Ele manda dizer que é mentira. Manda dizer que com ele não haverá renúncia”. Apesar da convicção com a qual transmitiu as palavras de Goulart, Brizola não perdeu a oportunidade para cobrar do presidente uma postura firme, contrária ao golpe: “Pedimos ao Presidente Goulart, aqui e agora, que nem lhe passe pela cabeça a ideia de renunciar, porque queremos ter as mãos livres para obter nós mesmos as conquistas sociais”.

A manifestação em Porto Alegre foi a última vez que Brizola falou com a população no cargo de deputado federal. Em 9 de abril, seu mandato seria cassado e ele só voltaria à vida política em 1982, após anos de exílio. Mas, naquele momento, em 1964, defendeu a possibilidade de resistir ao golpe. Finalizou seu discurso dirigindo-se ao povo gaúcho: “Aos meus conterrâneos, ao valoroso povo de Porto Alegre, quero dizer-lhes de minha confiança pela vossa lealdade. Quanto a mim, podem ter a certeza de que meu lugar é aqui, ao vosso lado. E aqui ficarei”.



Revista *Manchete*, “Edição Histórica”, abril de 1964, ed. 265.

Fotógrafo desconhecido. Hemeroteca Digital / Fundação Biblioteca Nacional

“Não, senhor. O senhor é que deve acabar com essa ‘pelegada’ toda e mudar sua política” respondeu o general Amaury Kruel às ordens de um Jango já enfraquecido frente às mobilizações populares da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Na semana do dia 19 de março, o presidente convocou Kruel para uma reunião no Rio de Janeiro a fim de discutir as implicações da Marcha em São Paulo.

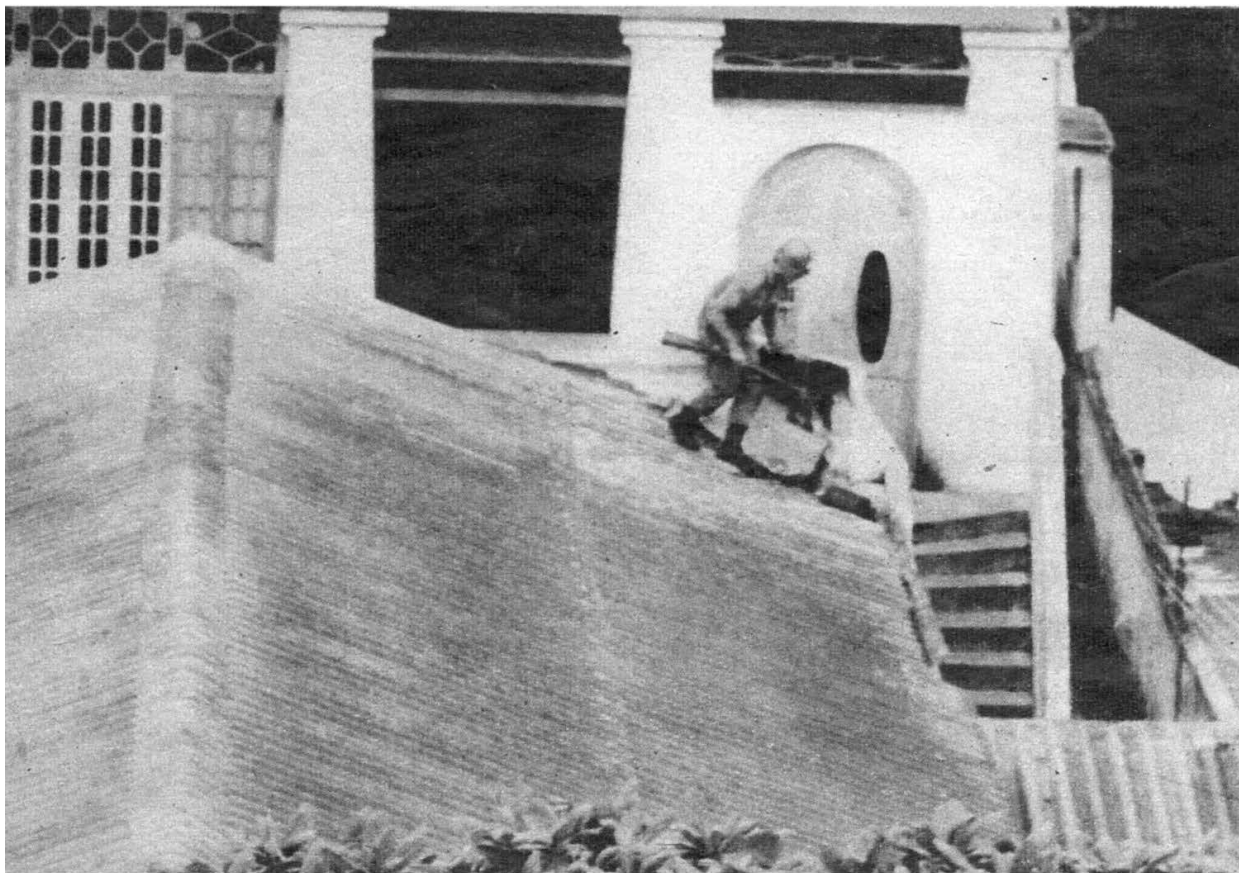
O general, que comandava o II Exército – tropas de São Paulo e Mato Grosso –, era amigo pessoal de João Goulart e padrinho de João Vicente, seu filho. No entanto, a amizade não foi suficiente para impedir que o comandante conspirasse pelo golpe. Nas palavras do próprio Kruel: “Eu não aderi à Revolução. Eu fiz a Revolução. É bem diferente”.

Ao cair do dia 31 de março, em meio à movimentação das tropas do general Olympio Mourão Filho, de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro, Jango ligou para Kruel. De São Paulo, o comandante do II Exército disse que havia aconselhado o presidente a abandonar os sindicalistas. João Goulart contestou, dizendo que não se podia largar os amigos. A resposta do general foi lacônica: “Bem, se o senhor não pode largar os amigos, a partir deste momento estamos separados”.

No Quartel General de São Paulo, o dia havia sido marcado por um clima de apreensão que en-

volvía o comandante do II Exército e alguns de seus comandados – como o general Aloísio, chefe da II Divisão de Exército, que chegou a dizer que prenderia o comandante diante dos indícios de adesão ao levante começado em Juiz de Fora. Foi então que às 22h50, após reunião com subordinados, Kruel ordenou o deslocamento das tropas do II Exército, rompendo oficialmente com o governo.

No dia seguinte, as tropas paulistas já marchavam em direção ao Rio de Janeiro quando, às 14 horas, o general Moraes Âncora, comandante do I Exército, negociou um encontro com Kruel na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), sediada no município de Resende e, à época, comandada pelo general Emílio Garrastazu Médici. Naquele momento, as tropas do I Exército, que ainda se mantinham leais ao presidente Goulart e foram enviadas para conter as movimentações na região do Vale do Paraíba, aderiram ao golpe militar. Foi então que Kruel sentenciou: “Está ganha a revolução”.



Revista *O Cruzeiro* (Extra), “Edição Histórica da Revolução”, 10 de abril de 1964.
Fotógrafo desconhecido. Hemeroteca Digital / Fundação Biblioteca Nacional

Uma movimentação de militares na altura do posto 6 em Copacabana, marcou o dia 1º de abril no Rio de Janeiro. O episódio foi divulgado pelos jornais como a tomada do Forte de Copacabana. Na verdade, a invasão foi feita no Quartel-General da Artilharia de Costa, vizinho do Forte, que ainda se mantinha na legalidade.

Em uma ação breve, alguns carros pararam em frente ao QG no início da tarde. Deles saíram 19 estudantes da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e o coronel César Montagna de Souza, responsável por articular a operação. Armados e à paisana, todos ali se opunham ao presidente João Goulart. Ao ser abordado pela sentinela, o coronel, com a arma na mão, empurrou o militar e entrou no quartel. Para evitar um contra-ataque e marcar presença das forças golpistas, barricadas foram erguidas em frente ao local.

Os 12 sargentos e 20 soldados presentes foram rendidos. Moradores das redondezas assistiram à cena do assalto. Todos que estavam de plantão no QG foram desarmados e postos com as mãos na parede. Enquanto isso, muitos telespectadores puderam acompanhar o levante em tempo real. Isso porque a TV Rio transmitiu parte das ações – a guarita do quartel ficava bem debaixo da janela da emissora.

O Forte de Copacabana já havia se rebelado pela manhã. Como entre os dois quartéis não havia nem mesmo uma cerca que os separasse, os revoltosos transitavam pelos fundos do terreno do QG com facilidade. O comandante do Forte, Tenente-Coronel Arídio Brasil, avisou aos militares da ECEME que iria se rebelar na noite anterior. 27 oficiais da Escola apoiaram a decisão. O general Antonio Henrique Almeida de Moraes, comandante da Artilharia de Costa, até tentou convencê-lo de não ir adiante. Mas a tropa do Forte seguiu convicta para o levante.

O objetivo da invasão do QG era ampliar o contingente de adesões militares ao golpe e acelerar a desagregação do quartel. Isso porque, naquela manhã, apenas 2 unidades de combate – o Forte de Copacabana e a Fortaleza de São João – haviam aderido ao levante militar iniciado em Juiz de Fora. Toda a operação foi decisiva para a afirmação do poder no início das movimentações golpistas.

O Correio da Manhã era, como o nome indica, um periódico matinal. As prensas rodavam pela madrugada garantindo que os jornais estivessem nas bancas e nas mãos dos leitores logo cedo. Entre os dias 31 de março e 2 de abril de 1964, o fechamento das edições contou com a apuração até o último segundo antes de enviá-las para a impressão. A expectativa não era apenas pelas notícias, mas também pelos editoriais com suas opiniões sobre os últimos acontecimentos do país.

Na terça-feira, 31 de março, o Correio da Manhã questionou: “Até que ponto o presidente da República abusará da paciência da Nação?”. E no dia seguinte respondeu: “Chegou ao limite final a capacidade de tolerá-lo por mais tempo”. Na esteira dos acontecimentos políticos do Brasil, especialmente a insatisfação com o governo de João Goulart e os primeiros momentos do golpe de Estado, os jornais se posicionaram – a maioria ao lado dos militares. Contando com sua influência sobre a opinião popular, a imprensa ajudou a promover a ideia de que o Brasil passava por uma “revolução” e que, agora, estava – finalmente – livre da “completa desordem e a completa anarquia no campo administrativo e financeiro”, como dizia o Correio da Manhã do dia 1º de abril. Nas entrelinhas, estava o plano articulado por civis e militares para desestabilizar o governo

de João Goulart, utilizando manobras legais para depor o presidente e usando a imprensa a seu favor.

A opinião popular, claro, sofreria influência direta dos jornais e seus editoriais. O discurso do Correio da Manhã parecia coerente: a legalidade do governo Jango foi defendida em 1961, mas, agora, o presidente havia extrapolado o seu poder constitucional e a sua saída era mais do que justificada. Portanto, a única solução para defender a democracia, diziam os editoriais, seria atacar a sua maior ameaça e retirá-lo do poder. Assim, os jornais colocavam em xeque a governabilidade e a popularidade de João Goulart.

No dia 2 de abril, o jornal anunciou a “Vitória” em seu editorial: “O Correio da Manhã desfraldou a bandeira da legalidade e da defesa das instituições. E saiu vitorioso”. Era também a vitória “da democracia e da nação brasileira”. Mas a derrota não tardou: nos dias seguintes começaram as cassações políticas, as prisões e a primeira suspensão de eleições foi anunciada.



Revista *Fatos & Fotos*. 4 de abril de 1964, n. 166.
Fotógrafo desconhecido. Acervo Projeto República / UFMG

1º de abril de 1964 | Milícias civis portam armas pelas ruas da Guanabara no dia do golpe | *Anna Carolina Viana*

No dia 1º de abril, Carlos Lacerda ordenou que todas as manifestações de resistência ao golpe de Estado em curso fossem identificadas e eliminadas. A missão foi dada aos policiais civis e militares e a uma milícia paramilitar que existia na Guanabara desde 1963: os “Lacerda Men”. O nome do grupo foi escolhido pelos próprios participantes e anunciava a sua lealdade ao então governador da Guanabara. Este grupo era composto por cerca de 300 homens e suas operações eram estruturadas de acordo com um padrão militar: deveriam agir como tropa de choque e fornecer cobertura de segurança em comícios. As armas utilizadas pelo grupo vinham de um depósito clandestino estabelecido no Estádio Mário Filho, o Maracanã. Os “Lacerda Men” faziam parte do esquema de segurança oficial do governador desde o ano de sua criação. E não foram apenas eles que atuaram naquele momento: a existência de milícias paramilitares foi comum no final dos anos 1950 e na primeira metade da década de 1960. Esses grupos combinavam um discurso anticomunista com ações extremamente violentas e estavam espalhados pelo país: atuaram no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Mato Grosso, em Alagoas, no Paraná e em Santa Catarina.

As milícias paramilitares foram importantes para o golpe do ponto de vista pragmático, ideo-

lógico e político: atacavam pontos de apoio do presidente João Goulart – as redações de jornais foram um alvo comum –, disseminavam o discurso anticomunista e contrário ao governo vigente, e fortaleciam os opositores do governo engrossando as fileiras de apoio ao movimento golpista. No caso dos “Lacerda Men”, além da atuação anterior como segurança armada nos comícios, o grupo foi instrumentalizado pelo governador para fazer uma verdadeira “caça às bruxas” no dia 1º de abril. Os milicianos desfilaram armados pelas ruas do Rio de Janeiro e reprimiram as resistências. Um dos momentos mais críticos da atuação do grupo foi o ataque ao prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE): os “Lacerda Men” arremessaram móveis, cadeiras e livros pelas janelas, depredaram salas e jogaram coquetéis Molotov no edifício, cuja fachada logo foi tomada pelas chamas.



Rio de Janeiro, 1º de abril de 1964.

Fundo Última Hora / Arquivo Público do Estado de São Paulo

1º de abril de 1964 | Prédio da UNE é incendiado por apoiadores do governador Carlos Lacerda | *Gabriel Arruda*

No dia 1º de abril de 1964, “um grupo de civis atacava a sede [da UNE] com coquetéis molotov. [...] Deu para eu ver que, no alto do prédio em chamas, alguns companheiros escapavam pelos fundos, pulando para os edifícios vizinhos”. Assim narrou Ferreira Gullar, então presidente do Centro de Cultura Popular da UNE (CPC), sobre o ataque de grupos paramilitares à sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), na praia do Flamengo.

A investida começou na noite anterior, quando o prédio foi atingido por rajadas de metralhadora. Os disparos foram efetuados por partidários do governador da Guanabara Carlos Lacerda, um expoente entre os articuladores do golpe. Um estudante ficou ferido e fuzileiros do Comando da Terceira Zona Aérea foram acionados para proteger a sede. Preocupados, outros estudantes resolveram ficar de vigília à noite. Na manhã seguinte, as forças do exército não responderam aos pedidos de ajuda da instituição, que viu os agressores retornarem e incendiarem o edifício.

A UNE era a principal organização estudantil do Brasil e desempenhava um papel central na política nacional. Antes do golpe de 1964, destacou-se com iniciativas como a UNE-Volante – uma caravana que percorreu o país promovendo debates sobre a reforma universitária, um dos principais pontos no

programa de reformas de base de João Goulart. As atividades incluíam assembleias, palestras e mesas-redondas, oferecendo uma plataforma para reflexões importantes sobre a realidade educacional, em um momento no qual apenas 1% da juventude brasileira frequentava o ensino superior.

Outras iniciativas da UNE foram criadas pelos artistas do CPC. Fora dos muros das Universidades, peças teatrais eram realizadas em portas de fábricas, favelas e sindicatos, além da venda de livros de poesia a preços populares. O grupo, composto por artistas e intelectuais da época como Vianinha, Ferreira Gullar e Cacá Diegues, explorava a ideia de “arte popular revolucionária” enquanto instrumento de transformação social.

Os militares viam nessas ações da UNE parte da suposta “ameaça comunista”. Não por acaso, um dos primeiros alvos dos apoiadores do golpe foi o antigo edifício no Flamengo.



USS Forrestal (CVA-59), na costa leste americana entre a segunda metade de 1963 e início de 1964.

Coleção John N. Adriani Sr / NavSource

Fotografias aéreas mostram a capacidade estratégica e bélica de um porta-aviões. Capturadas de um voo em baixa altitude, ressaltam sua estrutura. No caso do USS Forrestal (CVA-59), dão visibilidade à torre de pouso, a extensão da pista principal com seus 310 metros e da oblíqua, inclinada. Apresentam uma ideia do tamanho do hangar e localização dos propulsores, mostram proa e convés planos e livres de obstáculos, para facilitar manobras. Os tentam um verdadeiro navio de ataque.

No dia 1º de abril de 1964, o USS Forrestal deixou o porto da Base Naval de Norfolk, na Virgínia, seguido por navios de mantimentos, porta-helicópteros, um posto de comando aerotransportado e contratorpedeiros. Na Base Mc-Guire, em Nova Jersey, aviões de abastecimento e caças para combate aéreo aguardavam instruções de decolagem. Para a Base Ramey, também da Força Aérea dos Estados Unidos, em Aguadilla, Porto Rico, foram despachados caixotes carregados de carabinas e caixas de metal com cápsulas de gás lacrimogêneo. No porto de Aruba, no Caribe, o petroleiro Santa Inez recebeu cerca de 108 mil barris de combustível. O destino de tudo isso era a costa brasileira. Mas nenhuma guerra, nem mesmo uma escaramuça, havia sido declarada entre os dois países.

Toda essa movimentação colocava em prática a força-tarefa Brother Sam, operação elaborada pelo

então embaixador dos EUA no Brasil, Lincoln Gordon, para apoio logístico e bélico contra alguma resistência armada à deposição do presidente João Goulart. A operação Brother Sam não foi concebida de supetão. Embaixador, assessores da presidência dos EUA e oficiais brasileiros trabalharam nesse projeto pelo menos desde dezembro de 1963. Com o desenrolar dos fatos, a possibilidade de estourar uma guerra civil no Brasil ficou cada vez mais distante e a força-tarefa acabou desmobilizada.

Difícil foi voltar sem deixar ninguém saber que a Casa Branca protagonizou uma intervenção armada unilateral no território de uma nação estrangeira soberana. Um escândalo para os EUA e seu recém-empossado presidente Lyndon Johnson. A saída foi disfarçar. O comandante geral da operação, George S. Brown, simulou manobras de combate, fez de conta que era um treinamento e conseguiu, aos poucos, colocar tudo de volta no lugar. A operação Brother Sam permaneceu em segredo por treze anos.



Rio de Janeiro, 1º de abril de 1964. | Fotógrafo desconhecido. Agência O Globo

1º de abril de 1964 | Cariocas recebem militares golpistas no centro da cidade | *João Carlos Starling*

Para grande parte da população da Guanabara naquele dia 1º de abril, a chegada das tropas era esperada. A marcha foi amplamente noticiada pelos rádios e jornais da época, e os moradores do Rio de Janeiro acompanharam com ansiedade o desenrolar da ação que poderia determinar se a cidade seria palco de um conflito armado. No dia anterior, muitos moradores correram aos mercados para comprar comida, estocar e se preparar para os diferentes cenários que poderiam surgir. A primeira página do Jornal do Brasil acendeu o alerta: “S. Paulo adere a Minas e anuncia marcha ao Rio contra Goulart”.

O levante militar contra o presidente da República até que era bem-visto por certas camadas da sociedade carioca. Sobretudo pela classe média, que percebia uma completa desordem na condução do governo federal, fator considerado fundamental para a crise econômica e social. Mesmo quando o governo não apoiava movimentos de esquerda, sua postura era vista como insuficiente para tranquilizar os receios de uma possível revolução socialista no Brasil.

A chegada relativamente tranquila dos tanques e caminhões sem indícios de conflito armado foi bem recebida. A perspectiva geral era de que a tão almejada intervenção militar havia finalmente chegado, trazendo a estabilidade, a proteção da democracia e o afastamento do fantasma do comunismo.

Famílias foram às ruas, com olhares curiosos, para receber os tanques, caminhões e tropas que, aos poucos, tomavam conta da paisagem da cidade. O clima geral era de celebração pela iminência do golpe de Estado contra o presidente Goulart. Por isso mesmo, as movimentações militares pelas principais vias do Rio de Janeiro naquele 1º de abril foram recebidas por muitos civis como algo semelhante a um desfile militar, uma ocasião para demonstrar patriotismo.



Revista *Fatos & Fotos*. 4 de abril de 1964, n. 166.

Foto de José Campos. Acervo Projeto República / UFMG

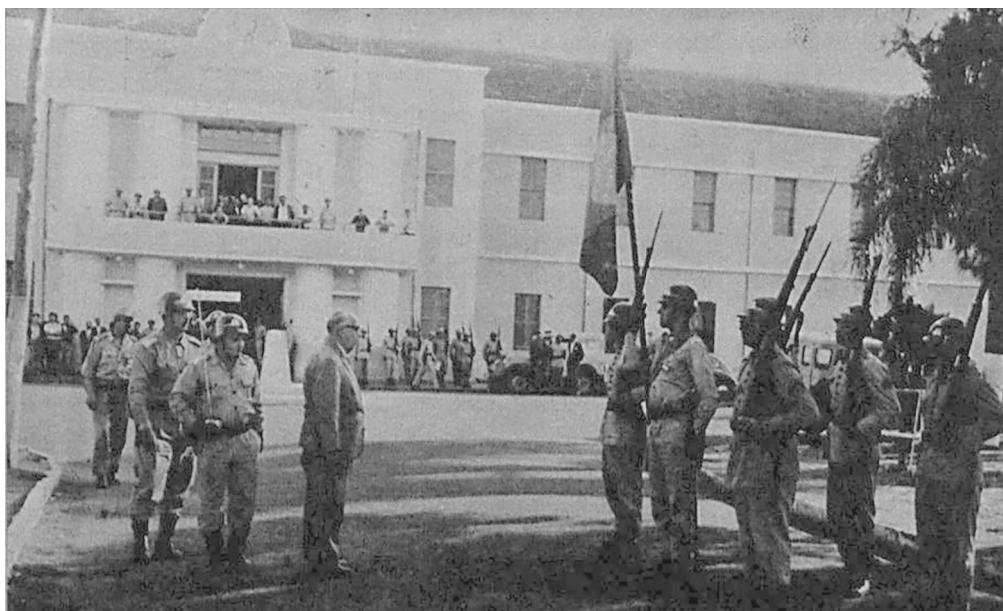
Às 13h30 do dia 1º de abril o presidente João Goulart deixou o Rio de Janeiro. Acompanhado de um guarda-costas e de seu secretário particular, Eugênio Caillard (à direita), Goulart embarcou para sua terra natal, o Rio Grande do Sul, passando antes por Brasília. Jango tentou ser discreto, mas um representante da imprensa estava a postos no Santos Dumont. O Jornal do Brasil tinha enviado um fotógrafo para ficar de plantão no aeroporto e fazer a cobertura de quem entrava e saía do Rio. Em questão de um clique, o flagrante da viagem do presidente tornou-se furo de reportagem em todo o país.

Carregando pouca bagagem, Jango deixou a capital da Guanabara com o objetivo de organizar a resistência legalista a partir do sul do país. Desde as primeiras horas da manhã daquela quarta-feira, os editoriais dos jornais Correio da Manhã e Jornal do Brasil atacavam abertamente a legitimidade de João Goulart para ocupar a presidência. No Rio de Janeiro, a greve deflagrada pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) tinha parado a cidade; o governador Carlos Lacerda discursava do palácio da Guanabara convocando toda a população a aderir ao golpe, as polícias estaduais tomavam conta das ruas, enquanto as tropas comandadas pelo general Olímpio Mourão Filho avançavam cada vez mais sobre a antiga capital.

O ambiente não era mais seguro para o presi-

dente. Jango, que até então acompanhava toda a situação do Palácio das Laranjeiras, foi aconselhado por seus aliados a deixar o Rio de Janeiro. No final da manhã, uma conversa em específico teve forte impacto na decisão de João Goulart: o deputado mineiro e ex-ministro das Relações Internacionais do governo Jango, San Tiago Dantas, advertiu o presidente sobre um possível apoio do governo norte-americano ao golpe em andamento. A viagem a Porto Alegre tinha o propósito de instalar a sede do governo na capital gaúcha, onde Jango poderia se organizar perante o golpe juntamente com seu aliado mais fiel, Leonel Brizola, e o general Ladário Telles, comandante do III Exército, o único dos quatro comandos ainda leal ao presidente.

O plano de João Goulart, contudo, não se consolidou. No meio tempo entre a saída do Rio de Janeiro, a rápida passagem por Brasília e a chegada a Porto Alegre – uma jornada que durou cerca de cinco horas –, o golpe se desenrolou rapidamente. O presidente do Senado, Auro Moura Andrade, usou o episódio para declarar vaga a Presidência da República, de maneira inconstitucional. A saída do presidente da capital da Guanabara e, posteriormente, da capital federal, foi utilizada pela ala golpista como pretexto para declarar vaga a Presidência da República, como se o chefe do Poder Executivo tivesse abandonado o cargo – o que nunca aconteceu.



Revista *Manchete*, 16 de maio de 1964, ed. 630.

Fundo Revista Manchete. Hemeroteca Digital / Fundação Biblioteca Nacional

1º de abril de 1964 | Governador gaúcho passa tropas em revista na cidade de Passo Fundo, capital provisória do estado do Rio Grande do Sul | *Anna Carolina Viana*

Em 1º de abril de 1964, a sede do governo do estado do Rio Grande do Sul foi transferida de Porto Alegre para Passo Fundo. A intenção do governador Ildo Meneghetti era criar um ponto de apoio aos golpistas naquele estado que, historicamente, era reduto trabalhista.

Ele estava preocupado: na noite anterior, chegou a notícia de que o general Ladário Pereira Teles estava a caminho do Rio Grande do Sul para assumir o comando do III Exército, que reunia as divisões do sul do país, sediado em Porto Alegre. Ladário era legalista e estava disposto a defender o governo de João Goulart. Foi enviado para substituir o general Benjamin Galhardo, que não apenas se recusou a ceder o posto, como ameaçou prendê-lo assim que ele pusesse os pés no aeroporto da capital. Mas, quando o avião pousou no Aeroporto Salgado Filho e Ladário de fato pôs os pés no Rio Grande, os eventos não aconteceram assim.

Em negociação com Leonel Brizola, Galhardo mudou sua posição. Foi um toma lá, dá cá: em troca do comando do III Exército, o deputado, em comum acordo com João Goulart, ofereceu ao general o Estado Maior do Exército, no lugar de Humberto Castello Branco. O presidente chega a substituí-lo por um decreto, que nunca foi cumprido. De todo modo, o comando parou nas mãos de Ladário na madrugada do dia 1º de abril.

Meneghetti ficou isolado em Porto Alegre. Jango contava com o apoio de muitos prefeitos no estado e, com Ladário no comando militar, existia o risco de uma resistência armada. O momento pedia cautela e Meneghetti calculou o risco de permanecer na capital. Temia que manifestações se espalhassem por Porto Alegre e que ele acabasse acuado, cercado por legalistas. E então agiu.

Saiu da capital e rumou para Passo Fundo, de onde esperava opor-se a possíveis reações ao golpe. A cidade, que ficava ao norte de Porto Alegre, era estratégica: caso guarnições sob comando de João Goulart tentassem sair do estado para atacar os golpistas ao norte, poderiam ser interceptadas. Além disso, Meneghetti preservaria o governo do estado se houvesse alguma tentativa de removê-lo de seu cargo. Unidades militares do III Exército em Santa Maria, Bagé, Uruguaiana, Livramento, São Gabriel, Pelotas, Quaraí, Bento Gonçalves, Caxias e Santa Cruz apoiaram o governador. Após garantir a sua própria segurança, de seus secretários e outros aliados em Passo Fundo, Meneghetti ordenou que as demais unidades rumassem para Porto Alegre, no intuito de cercar a cidade e impedir a resistência ao golpe. No dia seguinte à sua chegada, o governador saudou os militares fiéis ao movimento golpista ao passar as tropas em revista.



Revista *Manchete*, “Edição Histórica”, abril de 1964, ed. 265.

Fotógrafo desconhecido. Hemeroteca Digital / Fundação Biblioteca Nacional

1º de abril de 1964 | Estudantes da Universidade Presbiteriana Mackenzie comemoram o golpe pelas ruas do centro de São Paulo | *João Carlos Starling*

No dia 1º de abril de 1964, a cidade de São Paulo vivenciou intensas agitações, com ocupação das ruas por militares e civis. Soldados armados garantiam o controle de posições estratégicas, enquanto civis comemoravam os eventos que ocorriam no Rio de Janeiro.

A insatisfação com o presidente João Goulart havia atingido um nível crítico no mês anterior, quando protestos levaram multidões contra o governo federal às ruas da capital paulista. Havia uma crença cada vez mais generalizada na necessidade de uma intervenção para prevenir o que, de acordo com grandes veículos de imprensa como *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*, se tratava de um processo de “comunização do país”. Quando se espalhou a notícia de que Jango havia deixado o Rio de Janeiro, a vitória da chamada “Revolução” foi dada como certa.

Multidões foram às ruas do centro de São Paulo para comemorar. Estudantes do curso de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie lideraram um comício que saiu da Praça da República, carregando bandeiras da instituição, de São Paulo e do Brasil. Para eles, a ação militar tinha como objetivo manter a ordem na política brasileira. Com isso, endossaram a postura de apoio ao Golpe expressa pelo governador de São Paulo Ademar de Barros.

A liderança dos estudantes da Mackenzie nas comemorações contrasta com o tratamento recebido pela União Nacional dos Estudantes (UNE) no Rio de Janeiro, cuja sede foi incendiada, naquele mesmo dia, por apoiadores do Golpe e do governador Carlos Lacerda. As celebrações protagonizadas por estudantes da Mackenzie em São Paulo demonstraram que o universo estudantil não era um monolito e que, como o restante da sociedade, também carregava suas divisões políticas e diferenças ideológicas.



Rio de Janeiro, 1º de abril de 1964. | Fotógrafo desconhecido. Agência O Globo

1º de abril de 1964 | Manifestações a favor do golpe no centro do Rio de Janeiro | *João Carlos Starling*

Em 1º de abril de 1964, as ruas do Rio de Janeiro foram tomadas por manifestações em apoio ao Golpe. Enquanto tanques e soldados marchavam pela cidade, uma parcela significativa da classe média carioca saiu às ruas para comemorar o levante das tropas sob o comando do general Olympio Mourão Filho. Esse grupo temia as direções políticas do governo Goulart e clamava pela intervenção militar.

Com a notícia de que o presidente da República estava saindo do Rio de Janeiro e que os golpistas tomavam os principais pontos da cidade, as principais avenidas ficaram lotadas. Para muitos, a saída de Goulart significava o expurgo da ameaça comunista e a reafirmação dos valores da tradição e da família, enquanto a chegada dos militares era vista como proteção da liberdade e da estabilidade política.

Nas ruas, a celebração tomou várias formas, incluindo carreatas, buzinaços e o uso ostensivo de bandeiras do Brasil e da Guanabara. Alguns observadores chegaram comparar a manifestação a um carnaval fora de época. No entanto, o clima festivo não era unanimidade. As comemorações refletiam a divisão política do período. Embora as Reformas de Base propostas por Goulart contassem com forte apoio popular, eram

vistas com bastante desconfiança pelas classes mais abastadas – as mesmas que no dia 1º de abril de 1964 pegaram seus automóveis para comemorar o Golpe Militar pelos bairros da zona sul do Rio de Janeiro.



Revista *O Cruzeiro*, 25 de abril de 1964, ed. 29.

Foto de Rubens Américo. Hemeroteca Digital / Fundação Biblioteca Nacional

Ainda no dia 31 de março de 1964, o Palácio das Princesas, sede do Governo de Pernambuco, foi cercado por tanques do Exército. Uma nova ordem tomava conta do país. O governador Miguel Arraes, no entanto, recusou-se a renunciar ao cargo. Junto com seus assessores e líderes políticos, decidiu permanecer no palácio e esperar a chegada das forças sob seu comando. Acabou preso, levado ao quartel do 14º Regimento de Infantaria, em Recife, e depois transferido para a ilha de Fernando de Noronha, onde ficou detido em condições precárias.

No início da década de 1960, Pernambuco enfrentava altos índices de miséria e fome. Arraes acreditava que a reforma agrária era essencial para alcançar justiça social e desenvolvimento econômico. Foi assim que ele se tornou um dos principais porta-vozes nacionais do programa de Reformas de Base proposto pelo governo João Goulart. Somado a isso, a expansão das Ligas Camponesas era vista como ameaça pelos usineiros e donos de engenho da região, que temiam a iminência de uma revolta comunista. “A pobreza do Nordeste do Brasil gera ameaça de revolta”, noticiou o New York Times em 31 de outubro de 1960. E Pernambuco era visto como o epicentro dessa possível revolução.

No dia 31 de março de 1964, o general Joaquim Justino Alves Bastos, comandante do Quarto Exérci-

to, foi o responsável pelo plano de captura e prisão de Miguel Arraes. Os comícios estavam proibidos, reuniões públicas e manifestações sindicais. O plano de capturas teve um total aproximado de mil prisioneiros e, sob vigilância, foi iniciado no dia anterior à respectiva prisão.

Ainda que o governo de Arraes seguisse a legislação vigente, direcionando as políticas que já estavam previstas na Constituição, era necessário mostrar qualquer esforço para conter a suposta ameaça de revolução comunista. Naquele dia, Recife foi tomada por confrontos com a Polícia Militar em manifestações de estudantes e trabalhadores rurais contrários à deposição do governador de Pernambuco.



Revista *O Cruzeiro*, 25 de abril de 1964, ed. 29.

Foto de Rubens Américo. Hemeroteca Digital / Fundação Biblioteca Nacional

Por volta das duas horas da manhã do dia 1º de abril, o presidente João Goulart telefonou para o general Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército, baseado no Recife. No dia anterior, Jango havia dado ordens ao I Exército, comandado pelo general Luís Tavares Cunha Mello, de partir em direção a Minas Gerais e bloquear o avanço das tropas do general Mourão Filho que seguiam em direção ao Rio de Janeiro para depô-lo. A conversa informa mais pelo que não foi dito. Alves Bastos era comunicativo e esperto, mas essa última característica costumava ser subestimada. Em Pernambuco tudo estava tranquilo e as tropas de prontidão, garantiu o general. Não mencionou suas ordens para manter sob vigilância o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, nem a proibição de comícios, reuniões públicas, passeatas e manifestações sindicais. No final do dia 31 de março, cerca de 1.000 pessoas estavam presas. Nenhuma dessas ações foi informada ao presidente.

Cerca de uma hora após o fim do telefonema, os comandos do IV Exército e do III Distrito Naval proclamaram sua adesão ao golpe e deram ordens para fechar o cerco em torno do Palácio do Campo das Princesas, sede do governo do estado. O comandante da II Zona Aérea, brigadeiro Homero Souto de Oliveira, uniu-se depois às demais forças armadas. Tropas foram posicionadas em pontos estratégicos

do Recife e da BR-25, que ligava a capital à Vitória de Santo Antão. Em 1955, neste mesmo município, foi fundada, no Engenho Galileia, a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), berço das Ligas Camponesas. Na virada da década de 1960 as ligas contavam com cerca de 35 mil camponeses associados, somente no estado. Uma força considerável a ser isolada. Comícios de apoio ao governador pipocavam por Recife. Estudantes e operários seguiram em passeata para o Campo das Princesas, onde Arraes recusava-se a renunciar ou ser deposto. Na esquina da Av. Dantas Barreto com Marquês do Recife, soldados bloquearam a passagem dos estudantes que, cantando o hino nacional, os enfrentaram com pedras e cocos vazios. Tiros disparados contra os manifestantes foram ouvidos no interior do palácio. Os estudantes Ivan Rocha Aguiar, com 23 anos, e Jonas José de Albuquerque Barros, com 17 anos, foram atingidos. São os primeiros mortos por uma ditadura que nem havia começado.



Revista *O Cruzeiro*, 25 de abril de 1964, ed. 29.

Foto de Rubens Américo. Hemeroteca Digital / Fundação Biblioteca Nacional

O objetivo de um Golpe de Estado é conquistar o poder. Começa com uma conspiração. Um grupo de pessoas fora do governo, mas dentro do estado, traça em sigilo estratégias para alcançar seu propósito. Quando passam do plano à ação, o alvo é pego de surpresa. Sob o impacto do inesperado e, no mais das vezes, do uso da força, a dificuldade de discernir como, quem e de onde partiu, prejudica uma resposta rápida e efetiva que impeça a queda. No dia 1º de abril de 1964, Recife foi atingida.

No Palácio do Campo das Princesas, sede do governo de Pernambuco, “era como se estivéssemos voando sem nenhuma visibilidade”, recordou, anos depois, o economista Celso Furtado, ex-ministro do planejamento de João Goulart e então superintendente da SUDENE. O governador Miguel Arraes tentou articular, a pedido do presidente, um manifesto dos governadores do Nordeste em defesa dos mandatos e da Constituição e – a todo custo – obter informações. Ligações foram feitas para o deputado Leonel Brizola, para o ministro da Justiça Abelardo Jurema, mas nada foi acrescentado ao que já se sabia: tropas haviam partido de Minas Gerais para depor Jango e nenhum pronunciamento claro em defesa do seu mandato fora identificado. Caso o presidente recuasse, Miguel Arraes e Seixas Dória, governador de Sergipe, cairiam. Quanto aos outros governadores, o único a se posicionar em defesa

das garantias constitucionais foi Petrônio Portela, do Piauí. A maioria optou por esperar o desenrolar dos acontecimentos e apoiar os vencedores.

No dia anterior, em Brasília, o advogado, liderança das Ligas Camponesas e deputado federal por Pernambuco Francisco Julião, em meio a uma Sessão da Câmara soube do levante das tropas mineiras. Tomou a palavra, denunciou, condenou o golpe e em determinada altura do seu discurso garantiu contar em seu estado com “quinhentos mil camponeses para responder aos gorilas como os gorilas quiserem: na lei, como desejamos; na marra se eles quiserem”. Julião estava a mais de 2000 km do Recife e enquanto a sessão transcorria, comandos do IV Exército auxiliados por milícias privadas formadas por donos de engenho e usineiros caíam com violência sobre as organizações de trabalhadores rurais. No dia 1º de abril, as tropas desfilaram pelas ruas da capital de Pernambuco sem muitos desafios. Operários, estudantes, trabalhadores da zona portuária, funcionários públicos ensaiaram greves, apedrejaram carros, organizaram comícios, mas a conspiração fazia ver seu efeito. O estado não havia sido conquistado, mas, desprevenida, a população favorável à ampliação e defesa dos direitos, bem como à manutenção da ordem democrática sentia o efeito do golpe.



Jornal *Correio Braziliense*, Brasília, DF, 1º de abril de 1964.
Fotógrafo desconhecido.

O clima em Brasília era de grande incerteza no 1º de abril. Na véspera, vários comandantes militares haviam aderido à quartelada iniciada em Juiz de Fora e que ameaçava a continuidade do governo de João Goulart. Na capital federal, comentava-se que o ministro da Casa Civil, Darcy Ribeiro, estaria planejando uma resistência que pretendia dominar o Congresso Nacional e evitar que o Exército ocupasse a Esplanada dos Ministérios.

Em face disso, por volta das nove horas da manhã, o senador Auro de Moura Andrade, presidente do Senado, começou a articular a defesa do Congresso. Desde o dia anterior, o aeroporto e as rodovias que levavam à Brasília estavam interditados pelas tropas do general Nicolau Fico, comandante militar da guarnição da capital. Entretanto, a mando de Auro, um grupo de deputados goianos conseguiu furar o bloqueio para trazer seis metralhadoras e doze fuzis, emprestados pelo governo de Goiás para guarnecer as defesas da sede do Legislativo.

Tendo em vista que Jango não havia voltado do Rio, Auro estabeleceu-se como a maior autoridade constitucional na capital e convocou uma reunião de extrema urgência. Sua intenção era pressionar o general Fico a colocar as tropas na rua para garantir a segurança do Congresso e de outros pontos sensíveis. Este comandante jurava lealdade à Jango, no entanto, mal conseguia conter os oficiais da 11ª

Região Militar que desejavam se juntar à massa golpista. Em resposta ao senador, o general disse que iria providenciar “após ouvir o Ministro”.

Por volta das dez horas da manhã, Jango desembarcou na capital e rumou para o Palácio do Planalto buscando reafirmar seu poder como presidente e organizar com ministros e aliados uma resistência na capital. Foi cogitado inclusive que o comando militar de Brasília, nas mãos do general Fico, passasse ao general Assis Brasil, que recusou afirmando que seu dever era permanecer ao lado do presidente. Ao ver que a situação na cidade estava praticamente consolidada, Jango embarcou para Porto Alegre, onde acreditava que conseguiria organizar, ao lado do cunhado Leonel Brizola, uma resistência consistente.

No Rio de Janeiro, Costa e Silva havia acabado de se aposentar do gabinete do ministro da Guerra, vago em decorrência do afastamento do general Jair Dantas Ribeiro, e passou a dar ordens da posição de ministro e “líder da revolução”. O general Fico, que aguardava um posicionamento oficial do governo, encontrava-se na “corda bamba”. Tendo a alternativa de manter-se fiel ao governo, o general optou por aderir ao levante e mandou as tropas para a rua.



Congresso Nacional, Brasília, DF, madrugada de 2 de abril de 1964. | Arquivo Tancredo Neves / CPDoc Fundação Getúlio Vargas

Nos dias agitados daquele início de abril de 1964, as atenções no Distrito Federal voltavam-se para Auro Soares de Moura Andrade, presidente do Congresso Nacional. Na noite do dia 31 de março, Brasília ficou sem comunicação com o resto do país e as poucas informações recebidas se perdiam entre os boatos. A Rádio Nacional da capital permanecia na mão dos legalistas, mas seu alcance era curto. Alguns diziam que apoiadores de Jango planejavam ocupar a Câmara e o Senado; outros que os apartamentos dos parlamentares seriam invadidos por uma multidão de janguistas reunidos no Teatro e na rodoviária de Brasília. Eram em sua maioria “candangos” dispostos a pegar em armas para preservar a legalidade do mandato de João Goulart.

Por volta das duas horas da manhã, do dia 2 de abril, deputados e senadores compareceram a uma sessão mista do Congresso convocada às pressas por Auro de Moura Andrade. O objetivo do senador e demais parlamentares golpistas era depor João Goulart e o fizeram por meio de uma ação ilegal. A Constituição definia três formas de afastamento da presidência: renúncia, impeachment e vacância em caso de saída não autorizada do país. Moura Andrade se valeu da última. Mas, o presidente João Goulart não havia deixado o Brasil, quanto mais sem autorização, e o presidente do Congresso sa-

bia disso. Os parlamentares legalistas também. Ele precisou agir rápido: abrir a sessão, comunicar e fechar. Visivelmente nervoso e protegido por um grupo de deputados – alguns armados –, o senador não teve pudor em expor sua estratégia.

Ignorando os pedidos de ordem, começou seu discurso afirmando que o presidente havia deixado a sede do governo. Os deputados e senadores legalistas exigiram a leitura em plenário de um ofício do ministro-chefe da Casa Civil, Darcy Ribeiro, informando que o presidente ainda estava no país. Moura Andrade seguiu, obstinado, o plano do golpe e declarou vaga a Presidência da República. Os microfones foram cortados, as luzes apagadas e a sessão encerrada. O plano era sair às pressas para dar posse ao novo presidente interino. Contudo, Auro de Moura Andrade não cruzou a porta do plenário sem antes ser agredido pelo deputado Rogê Ferreira (PTB-SP).



Revista *Manchete*, “Edição Histórica”, abril de 1964, ed. 265.

Fotógrafo desconhecido. Hemeroteca Digital / Fundação Biblioteca Nacional

2 de abril de 1964 | Parlamentares resistem a declaração do presidente do Congresso Nacional | *Francis Duarte*

Illegal e violenta – assim foi a sessão que declarou vaga a Presidência da República em 1964. Ainda era 1º de abril quando, perto da meia-noite, Tancredo Neves voltou para o Congresso Nacional depois de acompanhar João Goulart até o aeroporto de Brasília, de onde o presidente partiu para o Rio Grande do Sul. O Deputado mineiro estava disposto a montar resistência frente à fase parlamentar do golpe. Quando chegou, observou quem conversava com quem, qual o teor do assunto, as negociações entre as lideranças partidárias, as reuniões improvisadas entre as cadeiras. Suspeitou da trama para depor Jango e informou Darcy Ribeiro, Chefe da Casa Civil que permanecia alerta, no Palácio do Planalto.

A desconfiança não demorou para se tornar certeza. Quando o dia virou e a madrugada de 2 de abril começou, o senador Auro de Moura Andrade, presidente do Congresso Nacional deu início à sessão conjunta. Afirmou que o presidente da República havia deixado a sede do governo. Estavam presentes 212 congressistas – 29 senadores e 156 deputados. A notícia provocou aplausos dos parlamentares de oposição e protestos dos governistas.

A ousadia da declaração surpreendeu até os aliados de Jango mais pessimistas. Alguns apostavam em um impeachment e preparavam-se para resistir

usando recursos regimentais, como a derrubada da sessão por falta de quórum. Em meio ao tumulto, levantavam questões de ordem e apontavam a ilegalidade da sessão. Deputados e senadores do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) exigiram a leitura do ofício enviado por Darcy Ribeiro. No documento, o Chefe da Casa Civil, de forma curta, comunicava a localização de Jango e desmentia Moura Andrade. Ele havia deixado Brasília, mas permanecia em território nacional.

O presidente do Congresso ignorou os pedidos, não leu o ofício e prosseguiu: “O Sr. presidente da República deixou a sede do governo... deixou a nação acéfala numa hora gravíssima... O Sr. presidente da República abandonou o governo... Recai sobre a Mesa a responsabilidade pela sorte da população do Brasil. Assim, declaro vaga a Presidência da República.”

Com esse ato, o Congresso legitimou a ação militar e consumou o golpe no parlamento. No alvoroço que se seguiu, entre gritos de “golpistas”, Tancredo Neves não se conteve: “Canalha! Canalha!”. A reação do deputado mineiro expressou a indignação de alguns presentes e também de muitos brasileiros. Ao final da sessão, jornalistas ainda chegaram a registrar o seu palpite de que o Brasil estava sendo entregue a, pelo menos, 20 anos de ditadura militar.



Brasília, DF, 2 de abril de 1964.

Fotógrafo desconhecido. Fundo Correio da Manhã / Arquivo Nacional

2 de abril de 1964 | Presidente da Câmara dos Deputados toma posse como presidente interino da República | *Francis Duarte*

A atmosfera na noite da posse de Ranieri Mazzilli estava impregnada de tensão e ilegalidade. À medida que a madrugada de 2 de abril avançava, após o Congresso Nacional ignorar a Constituição e declarar vaga a Presidência da República, o passo seguinte do golpe seria dar posse ao novo presidente. Muitas vezes, quem observa as fotos da posse de Mazzilli pode não perceber a dimensão dos eventos daquela madrugada. Mas o certo é que eles representaram um dos momentos mais importantes na consumação do golpe de 1964.

Do Congresso ao Palácio do Planalto estendem-se apenas alguns metros. Mas, naquela noite, a caminhada dos golpistas, composta por uma comitiva de quase cem parlamentares liderada pelo senador Auro de Moura Andrade, foi tudo menos tranquila. Enfrentaram uma série de obstáculos desde o início. Encontraram a porta trancada e as luzes apagadas e após tentativas frustradas de acesso, foram obrigados a buscar pela porta dos fundos, onde alguns soldados bloqueavam a entrada.

As ordens vinham do então ministro-chefe do Gabinete Civil, Darcy Ribeiro, e eram claras: as luzes deveriam permanecer apagadas e ninguém deveria ser autorizado a entrar. Chovia sem parar naquela madrugada, sendo preciso aguardar na chuva até a chegada de um comandante para liberar a entrada.

O grupo subiu as escadas na escuridão do palácio, tateando para encontrar uma luz.

Às 3h45 da madrugada, em solenidade improvisada no gabinete presidencial, Mazzilli prestou seu juramento, e foi empossado na presença dos líderes do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, ministro Álvaro Ribeiro da Costa, que conferiu um tom de institucionalidade ao ato. Discreto na cerimônia, um funcionário da embaixada dos Estados Unidos, relatava quase que em tempo real os acontecimentos ao governo norte-americano. Encerrada a cerimônia, o novo presidente da República ligou para o general Costa e Silva, que no dia anterior havia se automeado comandante do Exército e comandante em chefe das Forças Armadas. Mazzilli fez um pedido: reforço na segurança. Prontamente atendido, Brasília foi tomada pelos militares.



Revista *O Cruzeiro*, 16 de maio de 1964.
Foto de Antônio Ronek. Hemeroteca Digital /
Fundação Biblioteca Nacional

Às 8h da manhã do dia 2 de abril, João Goulart convocou uma reunião com seus aliados no Rio Grande do Sul. O presidente havia chegado de madrugada a Porto Alegre naquele mesmo dia. Exausto da viagem, descansou um pouco na casa do general Ladário Pereira Teles, comandante do III Exército, antes de decidir quais seriam os próximos passos. A reunião aconteceria lá mesmo e contaria com a participação do próprio Ladário, dos também generais Otomar Soares Lima, Floriano Machado e João de Deus Nunes Saraiva, dos ministros Wilson Fadul, Osvaldo Lima Filho e Amaury Silva e de Leonel Brizola, à época deputado federal pelo estado da Guanabara.

As opiniões sobre a possibilidade de resistência foram divergentes: para Floriano Machado, qualquer tentativa naquele momento, não passaria de uma aventura. O Rio Grande do Sul não teria condições de resistir, afinal, mesmo que Ladário fosse um legalista, essa posição não era consenso entre os militares do III Exército. Além disso, no restante do país as forças golpistas eram dominantes e as suas fileiras só engrossavam. Os generais João de Deus e Otomar Soares concordaram.

Ladário e Brizola defenderam reagir. O último sugeriu que Goulart o nomeasse como ministro da Justiça e, a Ladário, ministro da Guerra. Ambos con-

trolariam a situação militar e as mobilizações civis. Acreditavam que aumentariam o número de aliados.

Fadul, manifestando-se por último, afirmou que, diante das divisões internas existentes no Rio Grande do Sul, a luta começaria ali, na busca pela coesão em favor da legalidade. Assim como os outros dois ministros, defendeu que isso minaria a possibilidade de resistência.

A situação era extremamente desfavorável para Jango: Ladário contava com uma unidade de apenas mil homens, contra mais de 50 mil soldados golpistas que marchavam para Porto Alegre. Jango, que já havia chegado à reunião com reservas, estava agora convencido de que não iria resistir. Para ele, qualquer iniciativa poderia jogar o Brasil em uma guerra civil perdida. “Eu me retiro”, teria dito ele. Despediu-se de todos e saiu. Nesse momento, Brizola dirigiu-se ao presidente: “Tu nunca mais vais voltar para o Brasil deste jeito!”.

João Goulart desembarcou com a família no Uruguai em 4 de abril de 1964, em exílio político. Nunca mais voltou ao Brasil e nem viu o fim da ditadura militar que o removeu do poder. Morreu, em 1976, ainda exilado na cidade argentina de Mercedes.



Rio de Janeiro, 9 de abril de 1964. | Fotógrafo desconhecido. Agência O Globo

2 de abril de 1964 | “Comando Supremo da Revolução” é instalado no Ministério da Guerra | *Nayara Henriques*

O nome “Comando Supremo da Revolução” pode ter soado como uma ficção, mas era a nova realidade do Brasil sob controle militar. Ainda na noite da quarta-feira, 1º de abril de 1964, o CSR fez de tudo para tomar as rédeas dos acontecimentos iniciados no dia anterior. Os militares que compunham o triunvirato – o general Arthur da Costa e Silva, o vice-almirante Augusto Rademaker e o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo – eram, respectivamente, os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. E ainda nessa noite, Costa e Silva decidiu atropelar a liderança da facção que atuava sob o comando do general Castello Branco, e se autoneomeou comandante em chefe das Forças Armadas e da junta militar que acabava de ser criada.

Uma semana depois, no dia 9 de abril de 1964, o CSR fez sua primeira aparição pública no Palácio Duque de Caxias, sede do Ministério da Guerra, para proclamar o primeiro Ato Institucional – um documento que consolidou o golpe e garantiu a realização dos seus objetivos. Na ocasião, o CSR destacou a intenção de assegurar um governo capaz de atender aos anseios do povo brasileiro e consolidar a “vitória revolucionária”. A escolha do nome “Comando Supremo da Revolução” refletia a magnitude da mudança e a certeza do controle militar sobre o país. O verniz de legalidade veio com a anuência

do poder Judiciário, que, na figura do presidente do Supremo Tribunal Federal, havia apoiado a posse de Ranieri Mazzilli no dia 2 de abril. Assim, o CSR estabeleceu sua autoridade sem resistência legal significativa. O apoio do STF foi um sinal claro de que a nova ordem estava legitimada, e o Judiciário, embora preservado, foi omissivo e não impôs obstáculos ao golpe de Estado.

Ao edificar sua autoridade, o CSR enfatizou o compromisso com a criação de uma espécie de gabinete de transição, que, segundo sua visão, deveria restabelecer a ordem e direcionar o país para uma nova era. Essa abordagem não apenas solidificou seu controle, mas também marcou o início de um período de profundas mudanças institucionais e políticas, no qual a liderança militar buscou implementar suas políticas – mesmo diante de adversidades e críticas internas e externas.



Revista *Manchete*, “Edição Histórica”, abril de 1964, ed. 265.

Foto de Jader Neves.. Hemeroteca Digital / Fundação Biblioteca Nacional

Qualquer pessoa que abrisse um jornal de grande circulação no estado da Guanabara em março de 1964 teria grandes chances de ler a seguinte chamada: “Mulher carioca, mãe carioca, esposa carioca, irmã carioca. Vamos para as ruas antes que os inimigos cheguem aos nossos templos e igrejas!”. O anúncio servia como convocação para a Marcha da Família com Deus pela Liberdade: uma procissão com jeito de passeata e manifestação política contra o governo João Goulart, organizada por associações femininas conservadoras e católicas, como a Campanha da Mulher Democrática (CAMDE).

O plano era dar seguimento às Marchas da Família que haviam começado no dia 19 de março em São Paulo e que vinham acontecendo em diferentes cidades do país. A edição do Rio tinha data, local, hora e trajeto marcados: quinta-feira, 2 de abril, às 16 horas, saindo da praça da Igreja da Candelária rumo à Esplanada do Castelo. “Venha conosco. Marche conosco ao lado de Deus e do espírito dos nossos heróis da liberdade!”, concluía o anúncio-convite.

Só que, entre a organização e a realização da passeata, muita coisa aconteceu: um levante militar adiantou o relógio do golpe e aumentou a fervura da crise política; o presidente João Goulart deixou o Rio de Janeiro e partiu para Porto Alegre; e, em Brasília, o senador Auro de Moura Andrade convocou uma sessão mista do Congresso Nacional para

declarar vaga a Presidência da República e garantir a posse interina do então presidente da Câmara, deputado Ranieri Mazilli.

Foi assim que a multidão de mais de 800 mil pessoas que se espremeu na Avenida Rio Branco naquela tarde de quinta-feira não compareceu apenas para acompanhar a edição carioca da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Estavam ali para comemorar a queda do presidente João Goulart em uma passeata que, da noite para o dia, passou a ser chamada de “Marcha da Vitória”. Nos dias seguintes, as fotos publicadas em jornais e revistas exibiram o consenso formado por uma parcela significativa da sociedade civil que foi às ruas para manifestar apoio ao golpe de Estado.

A PRIMEIRA AVENTURA CINEMATOGRAFICA DE **JAMES BOND**- Agente 007 !



HARRY SALTZMAN e ALBERT R. BROCCOLI
apresentam a obra de **IAN FLEMING**

O Duplo "O" significa que
ele tem licença para matar
quando quiser ... onde
quiser ... a quem quiser!

"O SATÂNICO DR. NO"

com
SEAN CONNERY no papel de James Bond • **URSULA ANDRESS** • **JOSEPH WISEMAN** • **JACK LORD** •
e também **BERNARD LEE** . Roteiro de **RICHARD MAIBAUM**, **JOHANNA HARWOOD** e **BERKLEY MATHER** .
Dirigido por **TERENCE YOUNG** • Música composta por **MONTY NORMAN** • Produzido por **HARRY SALTZMAN** e **ALBERT R. BROCCOLI** — EON PRODUCTIONS, LTD.

TECHNICOLOR

United Artists
Entertainment from
Transamerica Corporation

Cartaz do filme 007 contra o satânico Dr. No, lançado no Brasil em 1963. | Cinemateca Brasileira.

James Bond, o agente secreto mais famoso da ficção, começou suas aventuras em 1953. Criado pelo escritor britânico, Ian Fleming, 007 surgiu primeiro na literatura até ganhar sua primeira adaptação para os cinemas em 1962. “007 Contra o Satânico Dr. No”, primeiro filme da franquia, chegou no Brasil em 1963 e foi sucesso absoluto de público.

Embora seu nome esteja no título, Dr. No não é um personagem conhecido logo de cara – ele surge como uma grande revelação na parte final do filme. O antagonista da trama é a mente maligna por trás de todas as maquinações do enredo e que só se deixa conhecer por suas artimanhas e pela execução de planos nefastos até o momento inevitável do confronto com James Bond. Embora o “satânico” seja um acréscimo da adaptação do título para a versão brasileira, a vilania do personagem era notável.

O sucesso da película foi tão grande que, fora das telas, um outro personagem tornou-se popularmente conhecido pela alcunha de “Satânico Dr. Go”. Era o general Golbery do Couto e Silva, presente na política nacional desde, pelo menos, 1954, quando se destacou como um dos responsáveis pelo afastamento de João Goulart do Ministério do Trabalho, ainda durante o governo de Getúlio Vargas. Anos mais tarde, a partir de 1962, o general, agora da reserva, passou a se dedicar à organização do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES).

Assim como Dr. No, Golbery deixou os rastros de suas articulações para depor Jango e instaurar o governo militar. O general era uma figura reservada, que atuava nos bastidores e se esforçava para quase não aparecer publicamente. Reconhecido como um grande intelectual no meio militar e da direita política, ele foi um dos pilares da construção ideológica do IPES, ajudando a promover o medo e o pânico por meio da “ameaça do perigo comunista”.

O plano do “satânico Dr. Go” era claro: promover uma guerra psicológica para influenciar a sociedade civil. Era um meio de garantir a vitória e sobretudo a legitimidade do golpe traçado na caserna, uma vez que a opinião pública já estaria bombardeada pela propaganda anticomunista e enxergaria na intervenção militar a solução para o suposto risco que o Brasil corria.

Ao contrário do Dr. No, o Dr. Go foi vitorioso. Poucos meses após o golpe que depôs Jango da Presidência da República, em junho de 1964, ele passou a chefiar o recém-criado Serviço Nacional de Informações (SNI) – cargo com status de ministro –, levando consigo todos os dados coletados durante o período que passou no comando do Grupo de Levantamento da Conjuntura do IPES. As informações davam conta de pelo menos 400 mil cidadãos brasileiros e serviram de base para a criação do SNI, o principal órgão de inteligência e espionagem da ditadura militar.



Revista O Cruzeiro, 23 de abril de 1964.

Fotógrafo desconhecido. Hemeroteca Digital / Fundação Biblioteca Nacional

2 de abril de 1964 | População de Porto Alegre vai para as ruas resistir ao golpe | *Anna Carolina Viana*

No dia 2 de abril, as ruas de Porto Alegre ainda estavam tomadas por manifestantes. As movimentações começaram dois dias antes, quando Leonel Brizola articulou com lideranças estudantis e sindicais uma resistência ao golpe de Estado em curso. “Vamos resistir”, teria dito Brizola na ligação com Max da Costa Santos, deputado federal na Guanabara e membro do PTB: “Como em 1961, vamos resistir de qualquer maneira! [...] Temos que jogar tudo. Aqui no Rio Grande, vou marchar com o povo e ocupar o governo.”. A aposta estava lançada. Brizola desejava reeditar a Campanha da Legalidade de 1961, que garantiu a posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros.

Naquele momento, a posse de Jango havia sido vetada pela junta militar composta pelos ministros Odílio Denys, da Guerra, vice-almirante Sílvio Heck, da Marinha e brigadeiro Gabriel Grün. A resistência ao movimento golpista de 1961 foi protagonizada pelo Rio Grande do Sul, à época governado por Brizola. Ao ser encontrada uma saída conciliatória, com a instauração do parlamentarismo no Brasil, Jango pôde ser empossado, mas com poderes reduzidos.

Em 1964, a situação era diferente. A coesão entre os militares a favor do movimento golpista era muito maior. Mas isso não impediu Brizola de tentar: pediu o apoio dos militares fiéis a João Goulart,

buscou organizar uma resistência armada, requisitou as rádios para que falasse com a população e a chamou para se manifestar mais uma vez. Ele não estava sozinho: os gaúchos defenderam a legalidade novamente e lotaram as ruas de Porto Alegre com faixas que expressavam a disposição para resistir ao golpe, o apoio ao presidente e às Reformas de Base. Além das ruas, o largo da prefeitura da capital ficou lotado: as pessoas se reuniram em um comício para ouvir as propostas de Brizola e do prefeito, Sereno Chaise.

Apesar da intensa participação popular, a movimentação nas ruas durou pouco. No dia 2 de abril, Jango chegou a Porto Alegre. O objetivo da sua ida era averiguar, com aliados, o que seria feito a seguir. A opção do presidente foi, entretanto, não resistir. Com isso, ordenou que as manifestações cessassem. O jornal Última Hora anunciou ainda na edição daquele dia: “Jango dispensa sacrifício dos gaúchos”.



Frame do documentário *Fênix*. Direção de Silvio Da-Rin, 1980.
Arquivo Nacional.

No dia 2 de abril de 1964, o líder dos trabalhadores rurais de Pernambuco, Gregório Bezerra, foi preso e brutalmente torturado por militares golpistas em Recife. Filmado por uma equipe de televisão e cercado por uma multidão assustada, Gregório teve o pescoço laçado, os pés feridos, foi arrastado pelas ruas, protagonista de uma cena grotesca de violência que remetia às infames torturas sofridas pelos escravizados do século XVI ao XIX.

Desde 1962, o comunista Gregório Bezerra organizava trabalhadores rurais com uma estratégia clara: “partir de lutas econômicas nos sindicatos para as lutas políticas e para as grandes soluções revolucionárias”, conforme escreveu em suas Memórias. Ele percorreu quase toda a região açucareira e, logo no dia 30 de março de 1964, com o golpe em andamento e a impossibilidade da luta armada, tentou organizar os trabalhadores para a resistência.

Na ânsia pela captura de comunistas, os militares perseguiram Gregório durante os dois primeiros dias de abril. Ele até conseguiu percorrer o maior centro canavieiro de Pernambuco e chegar à cidade de Cortês. Porém, na manhã de 2 de abril, foi capturado nos canaviais. Com pés e mãos algemados, pescoço e pernas amarrados, acabou conduzido a Recife em um caminhão.

Recebido pelo coronel de infantaria Darcy Villocq com golpes de cano de ferro, Gregório foi forçado

a permanecer em uma poça de ácido de bateria, o que deixou os seus pés em carne viva. O líder comunista foi escolhido para sofrer um castigo exemplar, uma vez que simbolizava tudo aquilo que os militares golpistas procuravam extirpar. Villocq chegou mesmo a incitar a população a linchá-lo: “Olhem para esse bandido! É um monstro! [...] Queria entregar o Brasil à Rússia soviética! [...] Venham, batam até ele morrer!”. Mas o silêncio da multidão salvou Gregório. Dezenas de pessoas correram ao comando do IV Exército e exigiram o fim da tortura. Em meio à repercussão negativa, o general Justino Alves enviou um grupo de resgate que encontrou Gregório com cortes profundos na cabeça, dentes quebrados e rosto deformado por hematomas. O primeiro preso político torturado pela ditadura militar.



Revista *Manchete*, 18 de abril de 1964, ed. 626.

Foto de Francisco Ruas. Hemeroteca Digital / Fundação Biblioteca Nacional

Carros do exército, viaturas e armamentos tomaram a paisagem do estádio do Maracanã durante 4 dias. As tropas lideradas pelo general Olympio Mourão Filho – comandante da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão de Infantaria do I Exército – ficaram aquarteladas no local desde que chegaram ao Rio de Janeiro no dia 2 de abril. A presença da tropa na cidade foi anunciada durante a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que acontecia no centro. “De braços abertos e braços levantados, os dedos formando o ‘V’ da Vitória, o general Mourão Filho dirigiu-se ao povo, que o aplaudiu demoradamente”, descreveu O Cruzeiro.

Apesar do tom triunfante dos fatos, muito sustentado pelos canais de comunicação, Carlos Lacerda, então governador da Guanabara, decidiu ceder o espaço do estádio para de fato alojar a quantidade de soldados vindos de Juiz de Fora, ao mesmo tempo que mantinha a tropa longe dos acontecimentos que vinham ocorrendo na região central da cidade. Afinal, estava em jogo a disputa pelo poder e protagonismo do golpe militar.

Dentro do estádio foi erguido um verdadeiro Posto de Comando. Além de improvisar os dormitórios e preparar suas próprias refeições, os militares eram responsáveis pela limpeza e organização do espaço. Recebiam frequentemente visitas de auto-

ridades como por exemplo o senador Juscelino Kubitschek e o governador de Minas Gerais Magalhães Pinto. A sociedade civil adepta do levante militar também ia ao estádio saudar os soldados, levavam presentes como cigarros, mantimentos e comida. Entre uma visita e outra, as emissoras de rádio e televisão convocavam vedetes e músicos para se apresentarem no palco montado no Maracanãzinho para distrair a tropa.

Com o propósito de invadir o Ministério da Guerra e destituir o governo de João Goulart, Mourão ordenou a antecipação do deslocamento das tropas mineiras no dia 31 de março. A movimentação surpreendeu a todos e acelerou o desencadeamento do golpe. À medida que o destacamento avançou pelas cidades fluminenses outras tropas aderiram ao levante. O general era ambicioso, contava com o reconhecimento do feito, queria ostentar seu papel de liderança nas conspirações golpistas para ascensão em sua trajetória militar.



Rio de Janeiro, 3 de abril de 1964.

Fotógrafo desconhecido. The Life Picture Collection / Getty Images / Wikimedia Commons

3 de abril de 1964 | Ranieri Mazilli se reúne com “Comando Supremo da Revolução” no Palácio Duque de Caxias para anunciar a composição ministerial do governo provisório | Danilo Araujo Marques

Na manhã de 3 de abril de 1964, o presidente interino Ranieri Mazzilli deixou Brasília rumo ao Rio de Janeiro. Seu destino: o Palácio Duque de Caxias, sede do Ministério da Guerra, para um encontro com o autodenominado Comando Supremo da Revolução, liderado pelo general Artur da Costa e Silva.

Apenas dois dias antes, ainda na noite de 1º de abril, Costa e Silva havia realizado uma manobra política audaciosa. Em uma tentativa de tomar o protagonismo dos acontecimentos e fazer frente ao grupo que conspirava sob o comando do general Castello Branco, ele se autoneomeou comandante em chefe das Forças Armadas e constituiu uma junta militar – o chamado “Comando Supremo da Revolução”. Mas a movimentação de Costa e Silva tinha ainda um objetivo mais cirúrgico: centralizar o controle do Estado pelas Forças Armadas.

Foi neste cenário que Mazzilli seguiu para o Rio. Às 11h35, seu avião pousou na 3ª Zona Aérea do aeroporto Santos Dumont. Mal terminado o desembarque, passou em revista a tropa da Força Aérea Brasileira e anunciou uma coletiva de imprensa para as 16h no Palácio das Laranjeiras.

Contudo, o principal destino da viagem era outro. No Palácio Duque de Caxias, Mazzilli foi recebido por Costa e Silva e os outros membros do “Comando Supremo da Revolução”: o almirante

Rademaker Grünewald e o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo. Após uma longa reunião a portas fechadas, todos os planos foram alterados e a prometida coletiva de imprensa teve que acontecer ali mesmo, no gabinete do ministro da Guerra. A partir das 23h, Ranieri Mazzilli anunciou a composição do novo ministério: Otávio Bulhões na Fazenda, Gama e Lima na Educação e Arnaldo Sussekind no Trabalho.

Mas quem estava ali logo percebeu que o poder real pendia para outro lado. A presença de Costa e Silva, Rademaker e Correia de Melo deixava clara a nova ordem. O anúncio da manutenção dos três comandantes em seus postos era mais que uma decisão administrativa – sinalizava, de uma vez por todas, o controle militar sobre o governo.

Enquanto Mazzilli mencionava a aceleração do processo de escolha do novo presidente pelo Congresso Nacional, os olhares se voltavam para Costa e Silva. O general sabia que sua artimanha o colocara em posição de destaque no novo cenário político.

A coletiva no Palácio Duque de Caxias terminou tarde e Mazzilli se preparou para retornar a Brasília. Não como um presidente em plenos poderes, mas como um mero representante da transição para um governo que, para todos os efeitos, já estava nas mãos dos militares.



Revista *O Cruzeiro*, 25 de abril de 1964, ed. 29.

Fotógrafo desconhecido. Hemeroteca Digital / Fundação Biblioteca Nacional

Wang Weizhen e Ju Qingdong eram jornalistas da Xinhua, agência de notícias oficial da República Popular da China (RPC). Chegaram ao Brasil em dezembro de 1961. Su Ziping, Hou Fazeng, Wang Zhi e Zhang Baosheng organizavam uma exposição de produtos chineses. Desembarcaram no Rio de Janeiro em junho de 1963. Wang Yaoting, Ma Yaozeng e Song Guibao vieram para o Brasil em janeiro de 1964 para comprar algodão, principal matéria-prima da crescente indústria têxtil chinesa.

No dia 3 de abril de 1964, foram presos por agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), do estado da Guanabara. A tortura e o espancamento começaram durante a invasão dos apartamentos onde moravam e continuaram nas dependências do nº 40 da rua da Relação, sede do DOPS. Foram acusados de agirem a serviço da RPC, com o auxílio das lideranças do primeiro partido maoísta do mundo fora da China – o PCdoB – para instigar a vitória da Revolução Comunista no Brasil.

Eram comunistas, isso é certo. Tinham imagens de Mao Tse-tung na parede de seus apartamentos, conheceram e se tornaram amigos de comunistas brasileiros. Hou Fazeng, por exemplo, integrava o Comitê Central do PC Chinês e chegou a participar da “Grande Marcha”, quando o exército de Mao percorreu quase dez mil quilômetros até se reorganizar e tomar o poder. É falsa a acusação de terem insti-

gado uma revolução no Brasil. Estavam no país para colocar em prática os acordos e projetos firmados entre os governos brasileiro e chinês com o objetivo de estreitar as relações comerciais entre eles. Essa aproximação começou durante a presidência de Jânio Quadros e continuou, após sua renúncia, com João Goulart. O objetivo era abrir possibilidades para incrementar a economia nacional que capengava com as dívidas herdadas do governo de Juscelino Kubitschek. Não eram nem de longe comunistas revolucionários.

Os nove chineses permaneceram sob vigilância da polícia política do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, durante todo o período em que estiveram no Brasil. Por isso, bastou o Congresso declarar vaga a presidência para o DOPS fechar o cerco. Não foram os únicos. Apenas nos dez primeiros dias do golpe, cerca de 4 mil pessoas foram presas sob acusações semelhantes. Apesar das evidências contrárias e da empenhada defesa do advogado Sobral Pinto, foram condenados a dez anos de prisão. O escândalo diplomático obrigou o presidente Castello Branco a bani-los muito antes do fim da pena, em abril de 1965.



Revista *Manchete*, 18 de abril de 1964, ed. 626.

Foto de Francisco Ruas. Hemeroteca Digital / Fundação Biblioteca Nacional

Entre as 19h15 e as 21h15 do dia 6 de abril de 1964, o Palácio Guanabara, no Rio de Janeiro, foi sede de um encontro entre governadores da federação que se reuniram para indicar um novo nome para a Presidência da República após a deposição de João Goulart. Claro que nem todos os governadores compareceram. Mas, entre os presentes, estavam Carlos Lacerda (Guanabara), Adhemar de Barros (São Paulo), Magalhães Pinto (Minas Gerais), Fernando Correia da Costa (Mato Grosso), Mauro Borges (Goiás), Ildo Meneghetti (Rio Grande do Sul), Nei Braga (Paraná) e Virgílio Távora (Ceará). Todos eles apoiaram o golpe dado pelos militares no início daquele mês. Tudo com o objetivo de executar um processo de “descomunização da vida política e pública do país”, como afirmou Carlos Lacerda naquela noite.

A reunião dos governadores teve como seu objetivo principal a coordenação de ações políticas entre civis e militares para garantir uma transição de poder que aparentasse legitimidade. Embora muitos dos presentes ali tivessem aspirações presidenciais, concordaram em indicar para a votação do Colégio Eleitoral um candidato que garantisse a reestruturação desejada – e que, de preferência, fosse um chefe militar. O escolhido foi o general Humberto de Alencar Castello Branco, que havia

prometido a realização de eleições presidenciais logo no ano seguinte, em 1965, e garantiu que passaria a faixa presidencial ao final de seu mandato, em janeiro de 1966. Não houve muita divergência na indicação. Tanto que, quando o general Muniz Aragão chegou ao Palácio Guanabara para apresentar o nome escolhido pelos militares, o governador Lacerda comentou: “O senhor veio arrombar uma porta já aberta, porque o general Castello Branco já foi escolhido por nós”.

Castello Branco era visto como um quadro de perfil moderado, capaz de unir as diferentes frentes das Forças Armadas e setores civis, assegurando uma transição política com aparência de legalidade. Os governadores que articularam sua indicação, no entanto, não puderam se candidatar para as prometidas eleições presidenciais de 1965. Tudo por um mero detalhe: depois que os militares tomaram o centro do poder, elas simplesmente não aconteceram.



Revista *Fatos & Fotos*. Abril de 1964, vol. 4.
Fotógrafo desconhecido.

9 de abril de 1964 | Polícia Militar invade Universidade de Brasília para apreender material considerado “subversivo” | *Gabriel Arruda*

O Correio Braziliense de 10 de abril de 1964 trazia em letras garrafais: “Material de propaganda comunista apreendido pelo exército na UnB”. O jornal fornecia detalhes sobre os materiais recolhidos: “considerável número de panfletos de propaganda russa, cubana e chinesa”, além de livros e panfletos que “louvavam as personalidades de Lenin, Stalin, Fidel Castro e Mao Tsé-Tung”. E, ao fim de tudo, o noticiário ainda dava uma ideia da truculência da operação, em que militares teriam cercado o campus com “metralhadoras em posição de fogo”.

O fato ocorreu no dia anterior, 9 de abril de 1964. Professores, funcionários e estudantes da Universidade de Brasília foram surpreendidos por um enorme contingente de tropas do Exército e da Polícia Militar adentrando o campus. A operação contava com 14 ônibus e 3 ambulâncias – tudo preparado para a possibilidade de confronto.

O grupo militar procurou por armas – que não existiam – e seguiu por uma revista sistemática no gabinete da reitoria, em salas de professores e bibliotecas. Buscavam um tal “material subversivo”: panfletos, livros, documentos. Qualquer coisa que tivesse a mínima relação com propaganda comunista estava valendo.

Mas isso era apenas uma justificativa. A operação tinha um alvo muito bem definido: 12 professores

deveriam ser presos e interrogados. Os docentes foram detidos e, junto deles, 4 alunos foram levados sob custódia. Outros funcionários tiveram que prestar depoimento no quartel do Batalhão da Guarda Presidencial.

Em geral, as Universidades públicas eram encaradas pelos setores conservadores da sociedade como um local de criação e difusão de ideias “esquerdistas”. Mas a escolha da UnB como um dos primeiros alvos da repressão do governo militar não foi por acaso. A lei que a criou foi sancionada em 1962 por João Goulart, presidente deposto pelo recente golpe de Estado. Um de seus idealizadores foi Darcy Ribeiro, ministro Chefe da Casa Civil de Jango, ao lado do educador – e então reitor – Anísio Teixeira. Dessa parceria nasceu uma Universidade cujo Plano Orientador se baseava em ideais democráticos e de justiça social. Após a operação, Anísio Teixeira foi afastado do reitorado, diretorias e conselhos foram destituídos, e a Universidade passaria a operar sob a tutela de interventores nomeados pelos militares.



Rio de Janeiro, 9 de abril de 1964.

Foto de Givanildo de Oliveira. Fundo Correio da Manhã / Arquivo Nacional

9 de abril de 1964 | Ato Institucional é assinado pelo “Comando Supremo da Revolução” na sede do Ministério da Guerra | *Giovana Vitória Martins Dotta*

“A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização”. Essa foi a definição redundante do primeiro documento oficial produzido pelos militares após o golpe que depôs o presidente João Goulart. No dia 9 de abril de 1964, os membros do Comando Supremo da Revolução – general Arthur da Costa e Silva, tenente brigadeiro Francisco de Assis Correia Mello e o vice almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald – se reuniram na sede do Ministério da Guerra para assinar e tornar público o Ato Institucional.

A escolha do general Sizenio Sarmento Ferreira para realizar a leitura pública do documento não foi mero acaso. Militar de alta patente, experiente no comando de tropas, tinha autoridade suficiente para conferir seriedade à medida e atribuir um verniz de legitimidade à ação. A definição do lugar deixou claro quem assumiu o controle. Quando inaugurado em 1941, o Palácio Duque de Caxias era um dos maiores edifícios públicos da então capital federal. Pesados portões de ferro fundido na entrada, vitrais, mármore em seus 23 andares, esculturas de bronze instalados para monumentalizar o ministério que o ocuparia. A partir de 1949, ainda pôde ostentar na praça em frente – Praça da República – o “Pantheon de Caxias”, sobre o qual foi erguido uma grande

estátua do patrono do Exército. Nessa mesma praça, há menos de um mês, no dia 13 de março, havia sido instalado o palanque do qual João Goulart reforçou para uma multidão seu compromisso com as Reformas de Base.

Na teoria, o Ato Institucional tinha caráter provisório e de exceção. Ele mantinha a Constituição de 1946, definia as diretrizes para uma imediata eleição presidencial no Colégio Eleitoral e previa a posse de um novo presidente eleito democraticamente em 1965. Contudo, transferia parte dos poderes do Legislativo para o Executivo, limitava o Judiciário e suspendia garantias individuais. No “interesse da paz e da honra nacional” autorizava-se a cassação de mandatos parlamentares e a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão brasileiro pelo prazo de dez anos.

O cenário de formalidade transmitido criava uma atmosfera democrática, sugerindo que a ação visava pacificar a nação e ocorria estritamente dentro dos limites da legalidade. Mas a verdade é que não havia qualquer limite para o Comando Supremo da Revolução. Na prática, o Ato inaugurou o novo regime autoritário e foi apenas o primeiro de outros dezesseis atos institucionais.

10 de abril de 1964 | Divulgação da primeira lista de 102 nomes que tiveram seus direitos políticos e mandatos cassados pelo Ato Institucional | *Giovana Vitória Martins Dotta*

Estabelecido o golpe, o primeiro ato, baseado no art. 10 do Ato Institucional, foi a publicação da lista de cassações no Diário Oficial de 10 de abril de 1964. Os indivíduos considerados ameaçadores precisavam ser expurgados com urgência. Os membros das Forças Armadas, deputados, parlamentares, dirigentes sindicais e lideranças populares formavam o alvo principal do Comando Supremo da Revolução.

A lista foi divulgada um dia após a leitura do Ato Institucional. Quando o golpe aconteceu, os meios de comunicação já haviam desenvolvido um clima no qual a deposição do presidente era não só inevitável, mas necessária. A medida imediata do Ato Institucional gerou a cassação inicialmente de 102 mandatos. A justificativa baseava-se na moralização das esferas do Poder. Dentre os principais nomes estavam: Luís Carlos Prestes, João Goulart, Jânio Quadros, Miguel Arraes e os deputados Abelardo Jurema, Elói Dutra e Leonel Brizola.

As perseguições, as prisões e outras arbitrariedades se tornaram regra desde esse momento inicial. Havia um grande interesse em eliminar a oposição e proteger o Brasil do comunismo. Além das cassações, cerca de cinco mil pessoas foram presas nas primeiras semanas após o golpe. Aproximadamente dois mil funcionários públicos foram demitidos ou

aposentados compulsoriamente, 421 oficiais militares obrigados a passar para a reserva com os direitos políticos suspensos por dez anos. Houve intervenção nos sindicatos, nas associações, universidades, instituições de ensino e uma intensa repressão aos movimentos sociais e culturais.

A divulgação da lista, com o apoio da imprensa, estabeleceu um precedente para ações futuras, incluindo atos institucionais subsequentes que aumentaram ainda mais os poderes dos militares e restringiram liberdades civis e políticas no Brasil. A imprensa, ao noticiar e apoiar as formalidades legais, cumpriu um papel legitimador das ações do comando. O controle da narrativa e a manipulação da opinião pública foram fundamentais para suprimir as informações críticas e para promover a imagem favorável da nova ordem. Assim, a estratégia de cassações e suspensões foi essencial para desarticular a oposição e consolidar a ditadura.



Revista *O Cruzeiro*, 2 de maio de 1964, ed. 30.

Foto de Geraldo Viola. Hemeroteca Digital / Fundação Biblioteca Nacional

11 de abril de 1964 | Eleição de Castello Branco para a Presidência da República | *Marina Morgan da Costa*

No dia 11 de abril de 1964, o general Humberto de Alencar Castello foi eleito presidente da República por um Colégio Eleitoral formado pelo Congresso Nacional. Recebeu 361 votos contra 72 abstenções, 37 ausências, 3 votos para Juarez Távora e 2 para o ex-presidente Eurico Gaspar Dutra – mesmo que esses nomes não estivessem na corrida para o cargo. Chefe do Estado-Maior do Exército e um dos principais líderes do golpe de Estado, Castello Branco foi candidato único e as movimentações para sua eleição começaram paralelamente àquelas que levaram à deposição de João Goulart.

Nos dias que antecederam a eleição, uma série de políticos, partidos e organizações civis formalizaram apoio ao general. Dois dias antes da eleição, o autoproclamado Comando Supremo da Revolução decretou o Ato Institucional, que determinava eleições indiretas e permitia a suspensão de direitos políticos e cassação de mandatos sem necessidade de justificativa. Na véspera da eleição, enquanto jornais como O Globo, Jornal do Brasil e Estado de São Paulo apontavam Castello como o próximo presidente, o Congresso recebia uma longa lista de cassações – com muitos nomes filiados ao PTB, partido de Jango.

Às 16h do dia 11 de abril de 1964, a sessão foi iniciada. O presidente do Senado, Auro de Mou-

ra Andrade, explicou que a votação seria aberta e nominal. Castello Branco precisava de 238 votos para ser eleito em primeiro turno e, mesmo com as articulações políticas dando margem para uma vitória segura, havia o temor de que uma votação insuficiente e a necessidade de um segundo turno colocassem em xeque o verniz de legitimidade institucional da eleição. Mas a ameaça se dissipou quando, em plenário, o que havia restado da bancada do PTB leu sua declaração de voto. Mesmo com o decreto do Ato Institucional há apenas dois dias, os senadores trabalhistas confiaram na promessa de manutenção das liberdades democráticas e confirmaram o nome do general.

Castello Branco recebeu a notícia da vitória em sua casa, na rua Nascimento Silva, em Ipanema. Quando saiu no início da noite, foi recebido com palmas, vivas e abraços por pessoas que acompanhavam a votação em rádios de pilha desde às 16h. Em coletiva de imprensa, Castello emitiu uma saudação ao povo brasileiro que foi transmitida por rádio e TV. No dia seguinte, 12 de abril de 1964, a eleição do militar dominou as manchetes dos principais jornais em todo o país.



Revista *O Cruzeiro*, 9 de maio de 1964, ed. 31.

Fotos de Jean Solari, Geraldo Viola, Roberto Stuckert e José Belém. Hemeroteca Digital /
Fundação Biblioteca Nacional

15 de abril de 1964 | Posse de Castello Branco na Presidência da República | *Francis Duarte*

Em 15 de abril de 1964, após uma longa crise político-militar que culminou em 31 de março com um levante militar contra o governo de João Goulart, Humberto Castello Branco, chefe do Estado-Maior do Exército e estrategista do movimento golpista, foi eleito indiretamente pelo Congresso e tomou posse como o 26º presidente do Brasil. Ele se tornou o primeiro presidente brasileiro com amplos poderes, escolhido após o Ato Institucional, assinado dias antes e que conferiu ao governo autoridade excepcional para alterar a constituição, revogar legislação e suspender direitos políticos.

Às 16 horas, no Palácio do Planalto, ocorreu a transmissão do cargo, em uma cerimônia no 2º andar, exibida e registrada por centenas de repórteres. Em seu discurso de posse, Castello Branco sinalizou mudanças significativas na política governamental, enfatizando a liderança das elites para conduzir as transformações do país, contrastando com as políticas de Goulart, que priorizavam o trabalhador e as reformas para melhorar as condições de vida no campo e nas cidades.

A atmosfera do dia era festiva em Brasília. Sob os olhares do presidente Castello Branco e do vice-presidente José Maria Alckmin, a cúpula golpista se reunia para celebrar a união das forças que arquitetaram a queda de Goulart, com destaque para

o entusiasmo do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto (à esquerda), que cumprimentava o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli (à direita), pela vitória do movimento. O general Mourão, que liderou o levante, ao se encontrar com o governador de São Paulo, Ademar de Barros, deixou escapar que estavam conspirando há dois anos e que agora era o momento de comemorar. Do lado de fora, uma multidão de aproximadamente 30 mil pessoas, incluindo parlamentares, diplomatas, governadores e generais, enchia a Praça dos Três Poderes, assistindo ao desfile militar de 3.500 homens, entre membros do Exército, cadetes das Três Forças e Policiais Militares de Minas Gerais e São Paulo, todos envolvidos no movimento contra Goulart.

Na posse de Castello Branco a troca de poder não foi apenas simbólica; foi a consolidação de um golpe meticulosamente arquitetado e planejado ao longo de anos por militares, políticos e empresários. Ao colocar a faixa verde-amarela sobre o terno do marechal, Mazzilli demonstrava que o controle e o destino da nação estavam novamente nas mãos dos militares.

O Golpe de 1964 e as linguagens da imaginação





Capa da 1ª edição do livro *Os 18 melhores contos do Brasil*, com o texto de Ignácio de Loyola Brandão. Editora Bloch, Rio de Janeiro, 1968.

“Daqui a algum tempo, quando os historiadores forem olhar aqueles anos, vão pegar meus livros e os dos meus companheiros de geração para saber como se vivia aqui, como se agia aqui antes, durante e depois do golpe.” A frase é do escritor Ignácio de Loyola Brandão. E cá estamos, 60 anos após o Golpe de 1964, a encontrar, em sua obra, elementos que nos ajudam a entender o que se passou no país nos idos de março daquele ano.

A melhor referência para isso talvez esteja em seu conto “Camila numa semana”. Vencedor do Prêmio Especial do 1º Concurso de Contos do Paraná, em 1968. O texto foi publicado no volume *Os 18 melhores contos do Brasil* (1968) e, mais tarde, em *Pega ele, Silêncio* (1976).

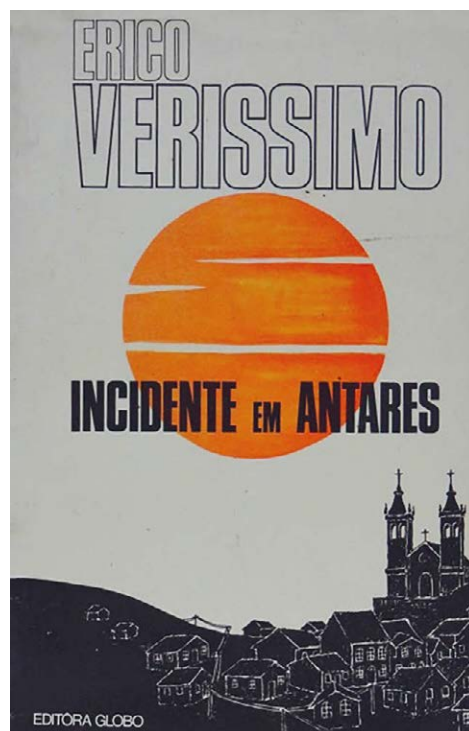
A trama apresenta a história de amor entre a estudante universitária Camila e o jornalista Caio, ao som de Nara Leão. Tomados pela paixão, eles circulam juntos pelo país e testemunham a crescente tensão que toma as ruas das cidades de Curitiba, Belo Horizonte e São Paulo. Presenciam protestos, comícios e embates entre os grupos liderados por padres e mulheres, e os favoráveis à agenda reformista do governo de João Goulart.

Além de evidenciar diferenças e motivações regionais que engajaram parte da sociedade na campanha golpista, o conto foi um dos primeiros saídos no Brasil a mostrar como a classe empresarial se

movimentou para derrubar Jango. Ignácio descreve a pressão da burguesia sobre a imprensa e a presença predominante de pessoas desta classe social na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, na depredação de instituições ligadas à Esquerda e em passeata até a porta do Quartel-General do Exército.

Os golpistas assumem o poder e iniciam-se as perseguições e prisões de adversários políticos. Amedrontado, o jovem casal e alguns amigos fogem para uma fazenda no interior. De lá articulam formas de resistência ao novo governo e refletem sobre suas perspectivas individuais de futuro.

A atuação de Ignácio de Loyola Brandão como jornalista naquele período acabou por impulsioná-lo à carreira literária. Produziu diversas obras que se tornaram incontornáveis para a compreensão do Brasil contemporâneo. O autor de *Zero* e de *Não verás país nenhum* deve ter aprendido com Nara Leão que, além de cantar, mais do que nunca era preciso também contar.



Capa da 1ª edição do livro *Incidente em Antares*, de Erico Verissimo.
Rio de Janeiro: Globo, 1971.

O ano de 1963 foi agitado na pequena cidade de Antares, localizada às margens do rio Uruguai, no interior do Rio Grande do Sul.

De um lado, a oligárquica Quitéria Campolargo, insatisfeita com o governo do presidente João Goulart, decidiu que era hora de agir: convocou os amigos e formou a liga Legionários da Cruz, para enfrentar os esquerdistas e defender os costumes. Com o lema Deus, Pátria, Família e Prosperidade, a ação inicial do grupo seria dissolver o comício que Leonel Brizola faria na cidade. Aos gritos de “Queremos Deus”, boicotariam o sistema de som e apagariam as luzes da praça. Quitéria estava mais que animada: “Estamos por tudo. Se nos desacatarem, levam com rosários e cruzeiros e estandartes na cabeça... e em outras partes. Nossos maridos, nossos filhos, nossos homens, enfim, estarão armados ao nosso lado, prontos para o entrevero.”

Do outro lado, trabalhadores realizavam a primeira greve geral da cidade, para desespero do caudilho Tibério Vacariano, herdeiro da sesmaria onde hoje estava Antares. Averso à democracia, Tibério apelou ao governador: “Mande a legalidade pro diabo! Chegou a hora do Exército Nacional entrar em cena, empolgar o poder em nome do povo, da tranquilidade geral e da justiça.”

No portão do cemitério de Antares, interditado pelos grevistas, sete corpos restavam insepultos,

dentre eles o de Quitéria Campolargo, fulminada por um infarto. Na sexta-feira, 13 de dezembro, esses mortos acordam e decidem protestar às autoridades pelo direito de serem enterrados dignamente. Instalados na praça central, eles deixam a cidade em polvorosa. Revelam os segredos e as hipocrisias dos próceres locais, como as roubalheiras na prefeitura, as perversões dos moralistas, as práticas de torturas e assassinato político e o desprezo pelos mais pobres. Passado o incidente, as autoridades de Antares montam a Operação Borracha, para apagar da memória das pessoas a lembrança do sinistro evento e levá-las a crer que aquilo não aconteceu.

Valendo-se da sátira e do realismo mágico pioneiro na literatura brasileira, Verissimo ousou denunciar os crimes e arbítrios relacionados ao golpe de 1964. Ciente de que os fatos podem ser esquecidos, fraudados ou apagados da História, o autor gaúcho nos legou uma obra que recorda e ensina: a experiência democrática no Brasil só se constrói com a liberdade.



Capa da HQ *Chumbo*, de Matthias Lehmann.
Belo Horizonte: Editora Nemo, 2024.

O título da HQ *Chumbo*, do franco-brasileiro Matthias Lehmann, faz referência aos anos de 1968 a 1974, período conhecido como os “anos de chumbo” da ditadura militar brasileira. A ficção, contudo, começa em 1937 e capta os principais eventos históricos do país sob a ótica da tradicional família mineira Wallace, até 2003.

A rivalidade entre os irmãos Ramires e Severino é o fio condutor da trama. Enquanto o excêntrico e ambicioso Ramires defende o autoritarismo e não alcança êxito em sua trajetória pessoal, o introvertido Severino se dedica ao jornalismo, participa da resistência armada e torna-se um escritor de sucesso. Livremente inspirado em sua família, Matthias faz aqui alusão ao tio, o escritor Roberto Drummond.

Ao focalizar o golpe de Estado de 1964, o autor reconstruiu, ancorado em rigorosa pesquisa histórica, a cena pública da época. A polarização política, representada pelas figuras dos gorilas e jacarés, o uso de frases como “o Brasil não será uma nova Cuba!” e “Viva o exército!”, o engajamento da classe empresarial pró-golpe, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, a movimentação das tropas militares, a derrubada do presidente João Goulart e a ascensão dos militares ao poder central.

Numa das cenas, ambientada após a execução do golpe, militares vigiam a movimentação na casa da família Wallace, no encalço de Severino, já listado

pelo novo governo como comunista. Confundido pelo irmão, Ramires é espancado pelos militares, enquanto beijava um rapaz na rua. No hospital, ele discute com Severino:

- CÊ É O CULPADO DE EU TÁ AQUI!!!

- CULPADO, EU!? SÉRIO?! QUANDO CÊ VAI PERCEBER QUE OS MILICO E OS HÔMI NÃO SÃO SEUS AMIGOS, RAMIRES? CÊ NÃO VÊ QUE ELES TÃO INSTAURANDO UM REGIME BRUTAL?! ISSO SIGNIFICA QUE NEM MESMO UM LACAIO FEITO VOCÊ ESCAPA DELES!

- BÃO! CHEGA! SEVERINO, PICA A MULA! - interfere a irmã.

Com uma linguagem curta e perspicaz, característica das HQs, Chumbo traduz brilhantemente eventos complexos da história do Brasil, mostrando como afetam as relações e os destinos pessoais. Ao ilustrar os elementos conspirativos presentes em 1964, como a mistura da religião com a política, a evocação do comunismo e a estética das campanhas de desestabilização do governo, a obra indica um repertório do passado que ainda está presente nos dias de hoje. Ao fazer isso, Chumbo consegue instruir e blindar os leitores dos repetidos ataques à democracia brasileira.



Referências bibliográficas

Livros

- AGUIAR, Cláudio. *Francisco Julião: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- AMORIM, Célia Regina Trindade Chagas; SILVA, Lanna Paula Ramos. “Ditadura Militar (1964-1985): o movimento estudantil paraense e a comunicação alternativa”. In: ANJOS, Angelina; MACHADO, Ismael; ZELIC, Marcelo; APOLO, Marco; BORDALO, Carlos (Org.) Comissão Estadual da Verdade e Memória do Pará (Tomo I) – Paulo Fonteles Filho. Belém: Editora Dalcídio Jurandir; Imprensa Oficial do Estado do Pará, 2023.
- ARAÚJO, M. P N. *Memórias estudantis: Da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.
- Auro Moura Andrade. *Um Congresso contra o arbítrio: diários e memórias (1961-1967)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985
- BAHIANA, Ana Maria. *Almanaque 1964: fatos, histórias e curiosidades de um ano que mudou tudo (e nem sempre para melhor)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BAHIANA, Ana Maria. *Almanaque 1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BENJAMIN, Walter. “A obra da arte na era da reprodutibilidade técnica”. In: Obras escolhidas. Vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BENJAMIN, Walter. “Pequena História da fotografia”. In: Obras escolhidas. Vol. I. São Paulo: Brasiliense, 2012.

- BENJAMIN, Walter. Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo: *Obras escolhidas*. Vol. III. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte; São Paulo: Editora UFMG; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
- BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- BÖLLE, Willi. Fisiognomia da metrópole moderna. São Paulo: Edusp, 1994.
- BRAGA, Pauliane de Carvalho; STARLING, Heloisa Murgel (org.). *Sentimentos da terra: imaginação de reforma agrária, imaginação de República*. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2013
- BRANDÃO, Ignácio de Loyola. *Pega ele, Silêncio*. São Paulo: Global, 2008.
- CAMARGO, Aspásia. et al. *Artes da política: diálogos com Ernâni do Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- CARVALHO, Aloysio Castelo de. *A Rede da Democracia: O Globo, O Jornal e Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-64)*. Niterói: Editora da UFF, Editora NitPress, 2010.
- CARVALHO, V. (1999-2000). *Barra 68: sem perder a ternura*. Documentário. Rumos Cinema e Vídeo.
- COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Direito à verdade e à memória*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.
- CORDEIRO, Janaína Martins. *Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- DREIFUSS, Rene Armand. *1964: a conquista do Estado; ação política, poder e golpe de classe*. 2. ed. rev. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FAGUNDES, Raphael Silva. *Aranhas gigantes comunistas e um capitalismo morto: Guerra Fria e ficção científica nas obras de Robert Heinlein e Iván Efrémov*. *Tempo de Histórias*, v. 1, n. 39, 2021.
- FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

- FICO, Carlos. *O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.
- FRAGA, Plínio. *Tancredo Neves o príncipe civil*. São Paulo. Objetiva. 2017
- FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2014.
- GOMES, Pedro. Minas: do diálogo ao ‘front’. In: DINES, Alberto et all. *Os idos de março e a queda em abril*. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964.
- GUEDES, Ciça; MELO, Murilo Fiuza de Melo. *O caso dos nove chineses: o escândalo internacional de violação dos direitos humanos da ditadura militar que atrasou em uma década as relações diplomáticas entre Brasil e China*. Rio de Janeiro: Ed. dos Autores, 2024.
- GULLAR, Ferreira. *Antes do golpe: notas sobre o processo que culminou no golpe militar de 1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. Ebook.
- LEHMANN, Matthias. *Chumbo*. Tradução Fernando Scheibe, Bruno Ferreira Castro. 1ª ed. São Paulo: Nemo, 2024.
- LEITE FILHO, PC. *El caudillo – Leonel Brizola: um perfil biográfico*. Reedição ampliada. São Paulo: Editora Aquariana, 2020.
- LEPORE, Jill. *Estas verdades: a história da formação dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.
- LOUREIRO, Felipe. *A Aliança Para o Progresso e o Governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra*. São Paulo: UNESP, 2020.

- MEDEIROS, Leonilde Servolo de (org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.
- MOURÃO FILHO, Olympio; SILVA, Hélio. *Memórias; a verdade de um revolucionário*. Rio de Janeiro: L&PM, 1978.
- MULLER, Angélica; REZENDE, Tatiana. *Praia do Flamengo, 132: histórias e São Paulo*: Letras Jurídicas, 2011.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2015.
- NETO, Lira. *Castello: a marcha para a ditadura*. Companhia das letras, 2019.
- JUNIOR, Américo Bedê. Constitucionalismo sob a ditadura militar de 64 a 85. *Revista de informação legislativa*, v. 50, n. 197, p. 161-174, 2013.
- OTTE, Georg. “Mostrar e dizer: o fragmento em Passagens, de Walter Benjamin”. In: _ . SOUZA, Eneida Maria de & MARQUES, Reinaldo. *Modernidades alternativas na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- RODRIGUES, André Luiz; MATTOS, Rossi. *Uma história da UNE (1945-1964)*. Campinas: Pontes Editores, 2014.
- SALMERON, Roberto A. *A universidade interrompida: Brasília, 1964-1965*. 2. ed. rev. Brasília, DF: Ed. UnB, 2012. 490 p.
- SANDER, Roberto. *1964: o verão do golpe*. Rio de Janeiro: Maquinária Editora, 2013.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SELAU, Inácio Evaldo. *Por que João Goulart não reagiu? O dilema final do governo deposto em 1964* (Monografia). Brasília: Cefor. 2010.
- SILVA, Hélio. *1964: golpe ou contragolpe?* Porto Alegre: L&PM, 2014.
- SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, Pátria e Família: as mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis: RJ: Vozes, 1985.
- SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

- STARLING, Heloisa Maria Murgel. *A máquina do golpe: 1964, como foi desmontada a democracia no Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras, 2025.
- STARLING, Heloisa Murgel. As ruas da República. In: ALONSO, Angela; ESPADA, Heloisa (org.). *Conflitos: fotografia e violência política no Brasil, 1989-1964*. São Paulo: IMS, 2017.
- STARLING, Heloisa Murgel. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- STARLING, Heloisa Murgel. Nada a dizer, só a mostrar: imagens, política e escrita da história. In: VILELA, Bruno (Org.) *Mundo, imagem, mundo: caderno de reflexões críticas sobre a fotografia*. Belo Horizonte: Malagueta Produções; Fundação Municipal de Cultura, 2018.
- STEEN, Edla van. *Viver & Escrever: volume 1*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2008, p. 192.
- TAVARES, Flávio. *1964: o golpe*. Porto Alegre: L&PM, 2014.
- VALE, Osvaldo Trigueiro do. *O Supremo Tribunal Federal e a instabilidade político-institucional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1986.
- VERISSIMO, Erico. *Incidente em Antares*. Organização e posfácio Sérgio Rodrigues; ensaio visual Fernando Vilela; fortuna crítica Maria da Glória Bordini, Hélio Pólvora, Maria Helena Camargo Régis. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: Editora UnB, 1998.
- ŽIŽEK, Slavoj. *Acontecimento: uma viagem filosófica através de um conceito*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

Artigos, teses e dissertações

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Revisitando o campo; lutas, organização, contradições - Pernambuco 1962-1987*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

- ALVES, Filipe. O catolicismo anticomunista nas Cruzadas do Rosário em Família na América Latina na década de 1960. *Revista de Estudos Religiosos*, João Pessoa, v. 17, n. 3, p. 449-474, set./dez. 2016.
- BENEVIDES, Cezar Augusto Carneiro. *Camponeses em marcha*: estudo da Ligas Camponesas Paraibanas (1960-1964). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1985.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. Representações do universo rural e luta pela reforma agrária no Leste de Minas Gerais. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 303-326, 2004.
- BRAGGIO, Ana Karine. “A gênese da reforma universitária brasileira”. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. V.19. 2019.
- BRUM, Mário Sérgio Ignácio. *Cidade alta*: história, memórias e estigma da favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro. 2011. f. 361. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.
- CAMISASCA, Marina Mesquita. *Camponeses mineiros em cena*: mobilização, disputas e confrontos (1961-1964). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- CAMPOS, Daniela; CHAVES, Eduardo dos Santos. *A educação nacional e o conservadorismo feminino em tempos de ditadura*. *Revista História da Educação* (Online), Rio Grande do Sul, v.26, 2022.
- CODATO, Adriano Nervo. O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. *História: Questões & Debates*, v. 40, n. 1, p. 11-36, 2004.
- DE FREITAS, Jânio. Farsa precipitou o movimento militar. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, ano 74, n.23734, 27 mar. 1994. Especial.
- FARIA, Fabiano Godinho. *João Goulart e os militares na crise dos anos de 1960*. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.
- GREENHALGH, R. D. Os livros e a censura em Brasília durante a Ditadura Militar (1964-1985). *Informação & Sociedade*, [S. l.], v. 30, n. 3, p. 1-15, 2020.

- GUISOLPHI, Anderson José. *As Cruzadas do Rosário em Família e a atuação anti-comunista do padre Patrick Payton no Brasil (1962-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) - Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2013
- GULLAR, Ferreira. *Morte do Opinião*. Folha de São de Paulo, São Paulo, 09 de abri. 2006.
- LOUREIRO, Felipe. O passado não pode ser desfeito, mas deve ser reparado: documento mostra apoio militar dos EUA ao golpe de 1964 no Brasil. *Jornal da USP*, 16.04.2024.
- MELLO, Juliana Oakim Bandeira de. “Urbanização sim, remoção não”: a atuação da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara nas décadas de 1960 e 1970. 2014. f. 211. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2014.
- MONTEIRO, Maurílio de Abreu. “A ICOMI no Amapá: meio século de exploração mineral”. In: *Novos Cadernos NAEA/UFPa*. v. 6, n. 2, p. 113 -168, Belém: dez. 2003.
- OLIVEIRA, Ana Paula Santos de. O imaginário sobre o outro nos atos institucionais do estado militar brasileiro. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 23, p. e-1982-4017-23-13, 2023.
- PORTILHO, Aline dos Santos. *Praia do Flamengo 132: memória, reparação e patrimonialização da União Nacional dos Estudantes*. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Sociais) – Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, p. 203. 2010.
- PRESOT, Aline Alves. *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o golpe de 1964*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.
- REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA. *Aviação Militar nos Estados Unidos da América do Norte (Relatório)*. Ano LXXXI. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, Jan. Fev. Mar. 1961.

- SANTOS, Maria Clyvia Martins dos. *A tragédia de Mari: resistência camponesa no município de Mari-PB em 1964*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.
- SESTINI, Dharana Pérola Ricardo. *“A mulher brasileira em ação”: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2008.
- SILVA, Débora Raiza C. Rocha. Resistências contrárias: uma análise dos movimentos femininos de Belo Horizonte no ano de 1964. *Temporalidades* – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, Belo Horizonte, v.5, páginas 20-45, set-dez, 2013.
- TEIXEIRA, Felipe. *As Cruzadas do Rosário em Família do padre Patrick Peyton e o anticomunismo no Brasil (1962-1964)*. Tese (Doutorado em História) - Alegrete: Universidade Federal do Pampa, 2013.

Documentos, jornais e revistas

- ATA da 2ª Sessão do Senado Federal em 03 de abril de 1964, 2ª Sessão Legislativa, da 5ª Legislatura. Diário do Congresso Nacional. Brasília: Anais da Câmara dos Deputados. Ano XIX, nº 60. 03 de abril de 1964 p. 696.
- ATA da 2ª Sessão Conjunta, em 2 de abril de 1964, 2ª Sessão Legislativa, da 5ª Legislatura. Diário do Congresso Nacional. Brasília: Anais da Câmara dos Deputados. Ano XIX, nº 2, 3 de abril de 1964. p. 90.
- BRASÍLIA, 15 de abril de 1964. Discurso de posse. Acervo da Biblioteca da Presidência da República.
- COMISSÃO Anísio Teixeira de Memória e Verdade. Relatório. Brasília: UnB, 2015.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. 4ª Divisão de Infantaria. *Boletim da ID/4 Nr 58*. Belo Horizonte. 31 de mar 1964.
- Jornal *Correio Braziliense*, 1º de abril de 1964.
- Jornal *Correio da Manhã*, 16 de abril de 1964.
- Jornal *Correio da Manhã*, 4 de abril de 1964.

Jornal *Correio da Manhã*, 13 de março de 1964.
 Jornal *Correio da Manhã*, 2 de abril de 1964.
 Jornal *Correio da Manhã*, 3 de abril de 1964.
 Jornal *Correio da Manhã*, 4 de abril de 1964.
 Jornal *Diário de Notícias*, 17 de janeiro de 1964.
Jornal do Brasil, 13 de setembro de 1963.
Jornal do Brasil, 15 de janeiro de 1964.
Jornal do Brasil, 15 de janeiro de 1964.
Jornal do Brasil, 17 de janeiro de 1964.
Jornal do Brasil, 19 de março de 1964.
Jornal do Brasil, 4 de abril de 1964.
 Jornal *O Dia*, 30 de março de 1964.
 Jornal *Última Hora*, 20 de fevereiro de 1964.
 Jornal *Última Hora*, 21 de fevereiro de 1964.
 Jornal *Última Hora*, 22 de fevereiro de 1964.
 Jornal *Última Hora*, 23 de fevereiro de 1964.
 Jornal *Última Hora*, 24 de fevereiro de 1964.
 Jornal *Última Hora*, 25 de fevereiro de 1964.
 Jornal *Última Hora*, 26 de fevereiro de 1964.
 PLANO Orientador da Universidade de Brasília. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília. Não paginado. 1962
 Revista *Fatos & Fotos*. 4 de abril de 1964, n. 166.
 Revista *Manchete*, “Edição Histórica”, abril de 1964, ed. 265.
 Revista *Manchete*, ed. 630, 16 maio 1964. Fundo Revista Manchete.
 Revista *Manchete*. 18 de abril de 1964. Ano 11, nº 626.
 Revista *O Cruzeiro* (Extra), “Edição Histórica da Revolução”, 10 de abril de 1964.
 Revista *O Cruzeiro*, 21 de março de 1964.
 Revista *O Cruzeiro*, 23 de abril de 1964.

ORGANIZADORES

Heloisa Murgel Starling é professora Titular Livre de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), coordenadora do Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória | UFMG e curadora do Caminhão Museu da Universidade Federal de Minas Gerais. Publicou, entre outros livros, *Brasil: uma biografia*, em coautoria com Lilia Schwarcz (Companhia das Letras, 2015); *Ser republicano no Brasil* *Colônia: a história de uma tradição esquecida* (Companhia das Letras, 2018); *Linguagem da destruição: a democracia brasileira em crise*, em coautoria com Miguel Lago e Newton Bignotto (Companhia das Letras, 2022). Em coorganização com Marcela Telles, publicou *Vozes do Brasil: a linguagem política na Independência (1820-1824)* (Senado Federal, 2021). E, em coorganização com Antonia Pellegrino, publicou *Independência do Brasil: as mulheres que estavam lá* (Bazar do Tempo, 2022). Em 2024, foi curadora da exposição “Rio 64: a capital do Golpe”, realizada pelo museu Rio Memórias na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e no Museu Histórico Nacional (MHC), no Rio de Janeiro. Neste mesmo ano, publicou o primeiro volume de *A máquina do golpe. 1964: como foi desmontada a democracia no Brasil* (Companhia das Letras, 2024)

Danilo Araujo Marques é doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisador do Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória | UFMG. É autor do livro *No fio da navalha: historicidade, pós-modernidade e fim da História* (Ed. UFMG, 2017) e coorganizador de *Poesia e Prosa: resumos, atividades, propostas e conceitos* (Projeto República/UFMG, 2018). Em 2024, foi um dos curadores da exposição “Rio 64: a capital do Golpe”, produzida pelo museu Rio Memórias na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e no Museu Histórico Nacional (MHC), no Rio de Janeiro.

Livia de Sá Baião é fundadora e diretora do Rio Memórias, o primeiro museu virtual sobre a história e a cultura da cidade do Rio de Janeiro. Formou-se em economia e tem mestrado e doutorado em literatura pela PUC-Rio. Realizou as exposições sobre o Golpe de 1964 na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e no Museu Histórico Nacional (MHC) em 2024.

AUTORES

André Basbaum é jornalista com 24 anos de profissão e experiência de trabalho nas 4 maiores empresas de televisão do Brasil – Globo, Record, SBT e Band. Em todas elas ocupou posições de liderança e chefia. Atualmente, é diretor de integração do jornalismo na Record.

Álvaro Camara de Pádua é graduando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisador do Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória | UFMG.

Anna Carolina Viana é doutoranda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pesquisadora do Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória | UFMG e professora do Ensino Fundamental em Belo Horizonte (MG).

Cauã Zenha é graduando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisador do Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória | UFMG.

Cristina Serra é paraense, jornalista e escritora. Trabalhou no jornal Resistência, Jornal do Brasil, revista Veja, Rede Globo, Folha de São Paulo e ICL Notícias. Tem quatro livros publicados, entre eles *Tragédia em Mariana*: a história do maior desastre

ambiental do Brasil e Nós, sobreviventes do ódio - crônicas de um país devastado.

Francis Duarte é bacharelando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), produtor cultural, pesquisador do Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória | UFMG e editor-adjunto da Revista do CAAP. Coautor dos livros Homotransfobia e direitos sexuais: debates e embates contemporâneos (Autêntica, 2018) e Direito na atualidade: uma análise multidisciplinar (Lumen Juris, 2016).

Gabriel Arruda é doutorando em Música pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pesquisador do Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória | UFMG e membro do GRET, Grupo de Pesquisa em Etnomusicologia da UFMG. É violonista e cavaquinista, com atuação no grupo “Na Cadência do Samba” e no bloco de carnaval “Bloco do Bigode”.

Giovana Vitória Martins Dotta é advogada, pós-graduada em Direito do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) pesquisadora do Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória | UFMG.

Igor B. Cardoso é doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pesquisador do Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória | UFMG e professor do Instituto Casa Viva. Tem artigos e livros publicados tematizando História Antiga, recepção da cultura clássica, História do Brasil e ensino.

Isabella Souza é graduada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisadora do Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória | UFMG. Atua como educadora na rede privada e no gerenciamento de acervo em instituição cultural em Belo Horizonte (MG).

João Carlos Starling é graduando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisador do Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória | UFMG.

Nayara Henriques é licenciada em História e bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É pesquisadora do Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória | UFMG e professora da rede pública municipal de Contagem (MG).

Marcela Telles é doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisadora do Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória | UFMG. Coorganizadora

dos livros *Utopias Agrárias* (Ed. UFMG, 2008); *Poesia e prosa com Maria Bethânia: diálogos entre literatura e canção* (Projeto República/UFMG, 2017) e *Vozes do Brasil: a linguagem política na Independência* (Ed. Senado Federal, 2020). É autora do livro *Canção sertaneja e política agrária durante a Ditadura Militar, 1964-1985* (Ed. UFMG, 2024).

Marina Morgan da Costa é mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisadora do Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória | UFMG.

Silas Carvalho é mestre em Culturas e Identidades Brasileiras pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP) e graduado em História e em Administração.

Taís Gomes é graduada em Música pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), com habilitação em Educação Musical Escolar, e pesquisadora do Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória | UFMG. Foi integrante do grupo de pesquisa Música e Patrimônio Cultural Imaterial da UEMG.

A história do Golpe de 1964 é apresentada aqui a partir de imagens que oferecem passagens entre tempos e espaços, entre os olhares que registraram o instante e aqueles que o interpretam hoje. Mostrar essas imagens significa trazer à tona a força do acontecimento, permitindo a compreensão de suas ressonâncias no presente e reconfigurando nossa percepção do passado. Neste livro, memória e imaginação se encontram para recontar este episódio da história recente do Brasil em toda a intensidade que lhe é devida.



BAIXE GRATUITAMENTE
ESTE LIVRO EM SEU CELULAR

Encontre este livro gratuitamente em formato
digital acessando: livraria.senado.leg.br

SENADO FEDERAL

